



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em História

Cássio Geovani da Silva

***“A NOSSA FORÇA É A UNIÃO”*: DO PROTAGONISMO
DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO À ESTRUTURAÇÃO
DO BAIRRO SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA – PB.
(1981-1989)**

João Pessoa

2021

CÁSSIO GEOVANI DA SILVA

***“A NOSSA FORÇA É A UNIÃO”*: DO PROTAGONISMO
DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO À ESTRUTURAÇÃO
DO BAIRRO SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA – PB.
(1981-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica.

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

João Pessoa

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586n Silva, Cássio Geovani da.
"A nossa força é a união" : do protagonismo da
Associação União da Beira Rio à estruturação do bairro
São José, João Pessoa-PB (1981-1989) / Cássio Geovani
da Silva. - João Pessoa, 2021.
204 f. : il.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História local - João Pessoa-PB. 2. Protagonismo
associativo. 3. Relatos de memórias. 4. História oral.
5. Bairro São José. I. Pessoa, Ângelo Emílio da Silva.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 94(813.3)(043)

**“A NOSSA FORÇA É A UNIÃO”: DO PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO
DA BEIRA RIO À ESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA – PB.
(1981-1989)**

Cássio Geovani da Silva

Dissertação aprovada em em: ____/____/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr^a. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Titular Interna

Prof^a Dr^a Regina Célia Gonçalves
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Externa

Dedico à

Minha Avó *Adélia*, minha Mãe *Da Guia*, minhas irmãs *Keliandra e Mércia* e a
minha sobrinha *Laura* que são o meu porto seguro.

Todas as famílias das pessoas que faleceram em decorrência das complicações
causadas pela covid-19, principalmente a de *Maria Auxiliadora dos Santos* que seria uma
de nossas entrevistadas.

Todos os *moradores e moradores do Bairro São José* sujeitos da História a quem
devemos um aprendizado especial sobre a vida, que direta ou indiretamente contribuíram
para a realização e conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma demonstração de amor e carinho que afeta tanto quem oferece quanto quem recebe e chegar até aqui não foi uma tarefa tão fácil, porém, se aqui estou tentarei ao menos retribuir de forma carinhosa toda a força e apoio que me conduziram a mais uma realização na minha trajetória pessoal e profissional.

Em primeiro lugar a Deus, por ter permitido ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À minha avó Adélia, o porto seguro da nossa casa, por ser sinônimo de resistência e luta.

À minha mãe Maria da Guia que muito fez pela minha educação desde as séries iniciais até meu ingresso na graduação em História na UFPB.

Aos demais familiares, Tios(as), irmãs e primos(as), que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À Ângelo Emilio da Silva Pessoa, obrigado por ter me orientado desempenhando tal função com dedicação e amizade.

Aos professores e professoras programa de Pós-graduação em História – PPGH, na pessoa do professor Tiago Bernardon, que tanto contribuíram para minha formação tornando ainda mais vivo o compromisso social enquanto historiador.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por me conceder a bolsa que proporcionou o financiamento desta pesquisa acadêmica

Às professoras Ana Beatriz Ribeiro, Luciana Araújo e Regina Célia Gonçalves pelas contribuições e orientações desde o exame de qualificação a até a defesa deste trabalho. Todo o carinho e compreensão delas foi primordial para que eu pudesse seguir com serenidade.

Às(os) amigas(os) da turma de mestrado do PPGH de 2019 (minha turma), em especial Fabiana (Fabi), Elissandra (Eli), Alexandre e Abraão, pelo ambiente amistoso no qual convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos ao longo desse percurso.

Às minhas amigas historiadoras Claudia Rocha, Claudia Rocha e Irmã Lêda por terem me apoiado e seguido seus caminhos ainda conectados com a minha História.

À Cida Guimarães, Nevinha e a Zé Carlos, símbolos vivo de excelência, profissionalismo e carinho que representam o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA/UFPB.

Às minhas amigas e irmãs que o convívio diário na UFPB me deu Luzia da Trindade, Ohana Soara e Jacqueline Oliveira, foi simplesmente um encontro de almas.

À minha psicóloga Estefânia Araújo, pela tarefa árdua que é me auxiliar na compreensão do universo que existe em mim.

À Juliana Abath e a Márcio Feitosa (quase Abath) pelo companheirismo, carinho e amor que nos une na frequência da confraternidade... verdadeiros trigêmeos.

À Monique, Tânia, Fabiano e Hemerson, coordenadores do grupo de acolhida do santuário Mãe Rainha, e aos demais integrantes pelo convívio e partilha no campo da espiritualidade.

À Uliana Gomes e Lígia Maria, por servirem de modelos a serem seguindo no que tange o percurso de formação acadêmica e por também me encherem de orgulho.

À Thiago Correia por seu pragmatismo filosófico, que sem se desvencilhar das sensibilidades, me ajudou em alguns momentos enxergar soluções ao invés dos obstáculos.

À equipe do Cursinho Pré-Universitário PET Conexões de Saberes, em especial à Suelídia Calaça, Driely Xavier, Elenilza Carneiro, Anna Kristina e Franciely por compartilharem as experiências de uma educação popular e inclusiva.

Aos meus amigos que residem(iram) no bairro São José... Erica de Medeiros, Patty Araújo, Anderson Lira, Micael Ribeiro, João Paulo Nascimento, Flaviano Lins, Família Pereira, Família Santos, Polli Marques, Ana Beatriz, Almira Ribeiro, Museu Graffiti, Edvânia Ferreira, Família Soares, Emerson Rodrigues, Márcio da Silva, Família Oliveira, Gabriel Miyadi, Josivânia Felix, Família Delfino, Família Belarmino e a tantos outros, esse trabalho é nosso!

A Senhora Maria do Socorro Santos Neves e sua filha Alba Maria pelas suas contribuições acerca da escolha das pessoas que seriam importantes para o resultado final desse trabalho.

Ao atual presidente da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ, Paulo Alves, por todo o apoio.

E por fim, os principais agradecimentos: as(os) entrevistadas(os) nessa pesquisa. Meu muito obrigado à Rita Maria, Paulo Marcelo, Maria da Conceição, Cássio Rodrigo, Mirtes Anjos e Ana Maria foram os seus depoimentos, fontes de pesquisa, que nortearam a realização desse trabalho.

Saudade Dos Aviões da Panair (conversando Num Bar)
Milton Nascimento

Lá vinha o bonde no sobe e desce ladeira
E o motoneiro parava a orquestra um minuto
Para me contar casos da campanha da Itália
E do tiro que ele não levou
Levei um susto imenso nas asas da Panair
Descobri que as coisas mudam e que tudo é pequeno nas asas da Panair
E lá vai menino xingando padre e pedra
E lá vai menino lambendo podre delícia
E lá vai menino senhor de todo o fruto
Sem nenhum pecado sem pavor
O medo em minha vida nasceu muito depois
descobri que minha arma é o que a memória guarda dos tempos da Panair
Nada de triste existe que não se esqueça
Alguém insiste e fala ao coração
Tudo de triste existe e não se esquece
Alguém insiste e fere o coração
Nada de novo existe nesse planeta
Que não se fale aqui na mesa de bar
E aquela briga e aquela fome de bola
E aquele tango e aquela dama da noite
E aquela mancha e a fala oculta
Que no fundo do quintal morreu
Morri a cada dia dos dias que eu vivi
Cerveja que tomo hoje é apenas em memória
Dos tempos da Panair
A primeira Coca- Cola foi me lembro bem agora
Nas asas da Panair
A maior das maravilhas foi voando sobre o mundo
nas asas da Panair
Em volta desta mesa velhos e moços
Lembrando o que já foi
Em volta dessa mesa existem outras falando tão igual
Em volta dessas mesas existe a rua
Vivendo seu normal
Em volta dessa rua uma cidade sonhando seus metais
Em volta da cidade

RESUMO

O traçado urbano da cidade de João Pessoa, antiga cidade da Parahyba, até finais do século XIX esteve praticamente limitado ao seu desenho colonial e imperial, pouco passando do atual Centro e bairros circunvizinhos de Tambiá e Jaguaribe. Algumas áreas rurais coexistiam com pequenos núcleos de habitação, em Mandacaru, Penha, Tambaú, Gramame, Zumbi e Cruz das Almas, ligados em geral por caminhos bastante precários e geralmente habitados por populações trabalhadoras envolvidas com atividades como pesca, olaria, mariscagem, plantio de capim e outras ligadas a uma pequena economia vinculada à vida dessas populações. No entanto, a partir do início do século XX, esse tecido urbano começa a se expandir rapidamente para além dos limites centrais herdados de seus primeiros séculos e novos bairros começam a se definir, como Jaguaribe e Torrelândia. Considerando tal processo em linhas gerais a autoconstrução da Beira Rio, atual bairro São José, se forma a partir do ano de 1968 ligada ao processo de expansão da cidade na direção Leste e Norte, tendo como base a ocupação do vale do Rio Jaguaribe. Com o intenso movimento de ocupação na região, os moradores e moradoras decidem fundar a Associação União da Beira Rio (AUBR), em 1980, e de forma institucionalizada, passam a demandar do poder público medidas que permitissem viver bem e com qualidade na Beira Rio que iam desde a regularização da terra, a realização de um projeto de urbanização até à construção de equipamentos de uso coletivo como escola, posto de saúde, praça etc. Com isso o presente trabalho tem por objetivo analisar as ações da Associação União da Beira Rio, entre 1981 e 1989, e como elas exerceram influência no ato de organização das forças internas para reivindicarem suas garantias de direitos o que, consequentemente, resultou no reconhecimento e regulamentação do título de bairro por parte da Prefeitura Municipal da cidade João Pessoa. Dessa forma, realizamos um levantamento bibliográfico e uma análise dos documentos produzidos no nosso recorte cronológico somados à metodologia da História Oral que faculta que os(as) entrevistados(as) deixassem de ser meros informantes e passassem a ser protagonistas da história sendo privilegiados suas experiências de vida através dos seus relatos de memória. Neste sentido, vale salientar a importância dessa pesquisa tendo em vista sua contribuição para a produção do conhecimento científico no âmbito da Pós-Graduação em História acerca da temática referente à historiografia local, uma vez que há um escasso acervo sobre o tema abordado, bem como busca adensar as pesquisas sobre história dos bairros na cidade de João Pessoa, ainda carente de maiores produções no âmbito da historiografia.

Palavras-chave: História local; Protagonismo associativo; Relatos de memórias; História oral; Bairro São José.

ABSTRACT

The urban layout of the city of João Pessoa, former city of Parahyba, until the end of the 19th century was practically limited to its colonial and imperial design, a little beyond downtown and surrounding neighborhoods of Tambiá and Jaguaribe. Some rural areas coexisted with small housing nuclei, in Mandacaru, Penha, Tambaú, Gramame, Zumbi and Cruz das Almas, generally connected by very precarious paths and mostly inhabited by hardworking individuals, developing activities such as fishing, pottery, shellfishing, grass planting and others small economy activities linked to the lives of these populations. However, from the beginning of the 20th century onwards, this urban structure began to rapidly expand beyond the central limits, inherited from its first centuries, and new neighborhoods began to define themselves, such as Jaguaribe and Torrelândia. Considering this process in general terms, the self-construction of Beira Rio, the current São José neighborhood, was formed in 1968, linked to the process of expansion of the city towards the East and North, based on the occupation of the Jaguaribe River valley. With the intense movement of occupation in the region, residents decided to found the Beira Rio Union Association (AUBR) in 1980, and in an institutionalized way, they started to demand measures from the public authorities that would allow them to live well and with quality in Beira Rio, like land regularization, an urbanization project to the construction of collective use equipments, such as a school, health care centers, square, etc. The present work aims to analyze the actions of AUBR, between 1981 and 1989, and how they exerted influence in the act of organizing internal forces to claim their rights guarantees, which consequently resulted in the recognition and regulation of the title of neighborhood by the City Hall of the city of João Pessoa. Thus, we carried out a bibliographic survey and an analysis of the documents in our chronological cut, added to the methodology of Oral History, allowing the interviewees to stop being mere informants and become protagonists of History, with their experiences of life through memory accounts. In this sense, it is worth emphasizing the importance of this research in view of its contribution to the production of scientific knowledge in the context of Graduate Studies in History on the subject of local historiography, since there is a scarce collection on the subject, as well as it seeks to deepen research on the history of neighborhoods in the city of João Pessoa, which still lacks more productions in the field of historiography.

Keywords: Local history; Associative Protagonism; Reports from memories; Oral History; São José Neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com sinalização de onde se situavam o Sítio Santa Cruz da Boa Vista (em vermelho) e a Comunidade Beira Rio (em verde). (1968-1983).....	82
Figura 2 - Mapa sobre o processo de ocupação da Beira Rio. (1968-1983)	89
Figura 3 – A Beira Rio apresentada a partir dos setores que se formaram após as ocupações. (1968-1983).	98
Figura 4 - Letra de uma música que referencia a junção da questão religiosa com a luta dos movimentos sociais.	110
Figura 5 - Planta da cidade de João Pessoa no ano de 1983 com destaque para as comunidades que tinham Associações parceiras a AUBR.	124
Figura 6 - Matéria do Jornal Correio da Paraíba, informando o início das obras de urbanização na Beira Rio em 1982.	136
Figura 7 – Manchetes de jornais sobre os desastres do ano de 1984.	140
Figura 8 - Cédula de propaganda para a eleição de diretoria da AUBR em 1984....	148

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Registro do manejo da documentação camarária no arquivo central da UFPB.....	42
Fotografia 2 - Documentos antes do processo de limpeza e catalogação.	43
Fotografia 3 - Aspectos das moradias feitas de barro e madeira na Beira Rio.....	90
Fotografia 4 - Aspectos das moradias feitas de taipa na Beira Rio.	93
Fotografia 5 - Aspectos das moradias feitas de tijolos e cobertas com telhas na Beira Rio.	94
Fotografia 6 - Paulo Marcelo fazendo uma fala durante uma Assembleia na AUBR.	121
Fotografia 7 - Registro da conclusão do curso de corte e costura promovido pelas mulheres da Beira Rio.....	126
Fotografia 8 - Encontro com as mulheres moradoras da Beira Rio na sede da AUBR.	127
Fotografia 9 - Fachada do recém-construído prédio onde funcionaria a Creche Comunitária Criança Feliz.....	130
Fotografia 10 - Formação do Time Santa Cruz Esporte Clube de 1991.	131
Fotografia 11 - Registro da Encenação da Paixão de Cristo feita pelo grupo Nova Esperança na Beira Rio.	132
Fotografia 12 - Registro da apresentação artística do Grupo de teatro Nova Esperança intitulada "Crucificai-nos".....	133
Fotografia 13 - Placa sinalizando as obras empreendidas pela FUNSAT na Beira Rio (1983).	139
Fotografia 14 - Sede da AUBR local de votação para escolha dos membros da Diretoria no dia 18 de novembro de 1984.	149
Fotografia 15 - Carros da FUNSAT que circularam na Beira Rio durante todo o dia da eleição dos membros da diretoria da AUBR em 18 de novembro de 1984.	151
Fotografia 16 - Registro do confronto que se deu logo após o anúncio da vitória da Chapa 1 para direção da AUBR no dia 18 de novembro de 1984.....	152
Fotografia 17 - Registro de como ficou a sede da AUBR pós o confronto por conta do resultado da eleição de 18 de novembro de 1984.	153

Fotografia 18 - Registro da mobilização feita na Beira Rio para decidir um novo nome para a comunidade.	159
Fotografia 19 - Registro da participação do prefeito Antônio Carneiro Arnaud em uma assembleia realizada na sede da AUBR.	160
Fotografia 20 - Construção do Shopping Center Manaíra em 1988.	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista dos Presidentes da AUBR e dos gestores municipais e estaduais durante a década de 1980.	47
Quadro 2 - Organização espacial da Beira Rio entre 1968 e 1986.	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre as ocupações na Beira Rio entre os anos de 1968 e 1983.....	97
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMBR – Associação Comunitária dos Amigos da Beira Rio
ACBR – Associação Comunitária da Beira Rio
ACBSJ – Associação Comunitária do Bairro São José
AHCMJP – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de João Pessoa
ANPUH – Associação Nacional de História
APA – Ação Pastoral Arquidiocesana
AUBR – Associação União da Beira Rio
AUMBSJ – Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CEDOP – Centro de Documentação Popular
CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular
CENTREMAR – Centro de Treinamento Miramar
CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CRAS – Conselho Regional das Assistentes Sociais
CUFA – Central Única das Favelas
CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada
DECA – Departamento Cultural de Arte
DER – Departamento de Esportes e Recreações
DETRAN/PB – Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba
FAC – Fundação de Ação Comunitária
FEPAC – Federação Paraibana de Associações Comunitárias
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNART – Fundação Nacional de Arte
FUNSAT – Fundação Social do Trabalho
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMS – Novos Movimentos Sociais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PRC – Partido Republicano Conservador

PRODASEC/URBANO – Programa de Desenvolvimento de Ações Socioeducativas e Culturais para Populações Carentes do Meio Urbano

PROMORAR – Programa de Erradicação da Sub-Habitação

PT – Partido dos Trabalhadores

SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

SEPLAN/PB – Secretaria do Planejamento do Estado da Paraíba

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UN-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa

ZEP – Zona Especial de Preservação

ANEXOS

Anexo 1 - Quadro Organização Espacial do Bairro São José (2021).....	190
Anexo 2 – Quadro com uma síntese das anotações do Livro de Caixa da Associação de Moradores entre os anos de 1981 e 1989.	192
Anexo 3 - Registro da fachada do prédio onde funciona a Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ).	195
Anexo 4 - Carta de Anuência da AUMBSJ.....	196
Anexo 5 - Parecer do Comitê de Ética da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.	197
Anexo 6 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	200

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - O ATO DE NARRAR: MEMÓRIAS E PESQUISA HISTÓRICA...30	
1.1. 1.1. NARRANDO UM BAIRRO E REFAZENDO UMA HISTÓRIA. 35	
1.2. APAGAMENTOS E SILENCIAMENTOS NA HISTÓRIA DE UMA CIDADE.....	50
CAPÍTULO 2 – ANTIGA BEIRA RIO, ATUAL BAIRRO SÃO JOSÉ: UMA (AUTO)CONSTRUÇÃO AMPARADA NA LUTA COLETIVA.59	
2.1. CIDADE DE JOÃO PESSOA E A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO JAGUARIBE....	65
2.2. O PROCESSO DE (AUTO)CONSTRUÇÃO DA BEIRA RIO.	79
CAPÍTULO 3 – A ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO (AUBR): “O ORGÃO MÁXIMO E REPRESENTATIVO DA COMUNIDADE.”102	
3.1. PAUTANDO O DIREITO À PERMANÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES E MORADORAS.....	108
3.2. ELEGENDO UM <i>FORASTEIRO</i> : EM BUSCA DE UM NOVO LIDER.....	118
3.3. “A MAIS PROPOSITIVA DA CIDADE”: AS FRENTES DE TRABALHO DA AUBR.	123
3.4. DE ALIADA À <i>NON GRATA</i> : ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DA FUNSAT NA COMUNIDADE BEIRA RIO.	134
3.5. “NA NOSSA LUTA, PRECISAMOS CONTINUAR INDEPENDENTES”: OS CONFLITOS DA ELEIÇÃO DE 1984.....	145
3.6. DA ASSOCIAÇÃO COMBATIVA AO ESVAZIAMENTO PÓS FORMALIZAÇÃO DO BAIRRO.	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS.....	173

INTRODUÇÃO

A realização desse estudo é uma continuidade da experiência enquanto pesquisador em formação vivenciada durante a produção do trabalho de conclusão do curso de Graduação em História pela UFPB, intitulado *ENTRE BECOS E VIELAS DO BAIRRO SÃO JOSÉ: HISTÓRIA E MEMÓRIA* durante o ano de 2017, orientada pela Profª Drª Regina Célia Gonçalves. Na ocasião, tínhamos como objetivo principal investigar como os moradores e moradoras percebiam o processo de formação do atual *bairro São José*, antes conhecido como *favela Beira Rio*.

Utilizando a metodologia da história oral aplicada à perspectiva da história vista de baixo foi possível estabelecer uma abordagem qualitativa ancorada numa observação participativa, entrevista semiestruturada e o diário de campo tornando possível a aproximação das vivências sociais, culturais, políticas e artísticas dos(as) moradores(as) do bairro que haviam sido ignoradas pela historiografia local tida como oficial.

No que se refere aos resultados logrados com esse trabalho a partir das informações, documentos e entrevistas realizadas visualizamos que, mesmo com a conclusão da pesquisa, vários questionamentos continuaram suscitando ainda mais interesse pelo tema e isso oportunizou novas possibilidades de investigações. Sendo assim, quando inicialmente elaboramos esse projeto de dissertação para a seleção no PPGH-UFPB, em 2019, definimos como objetivo de estudo novamente o bairro São José vislumbrando retomar inquietações que permaneciam latentes e aprofundar novos questionamentos que foram surgindo.

Num primeiro momento, para nós, investigar o caso do bairro São José tinha uma importância significativa, pois contribuiria para a produção do conhecimento científico no âmbito da Pós-Graduação em História acerca da temática referente à historiografia local, uma vez que ainda há um escasso acervo sobre o tema abordado, apesar de recentes pesquisas que começaram a avançar por essa fronteira, a exemplo de trabalhos como: *O Bairro de Jaguaribe na memória de seus moradores idosos* da pesquisadora Juliana Barros de Oliveira, *Relicário Urbano: Uma leitura do Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa – PB. (2003-2013)* da pesquisadora Luana Maria Cavalcanti Bispo e recentemente o do pesquisador Lucas Gomes Nóbrega intitulado *O NOVO PATRIMÔNIO CATÓLICO: a*

projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em mudança (1894-1953), todos apresentados ao Programa de Pós-Graduação em História, PPGH/UFPB, apesar desses avanços no campo da História local tem sido mais usual a presença desses estudos em áreas como Arquitetura e Urbanismo e Geografia.

Por outro lado, buscávamos através das memórias dos(as) moradores(as), uma história que propiciasse um sentimento de pertencimento, contribuindo para a formação de meios pelos quais fosse possível a construção, de forma empoderada, de uma posição social para além daquela que pesa, como um estigma, sobre o bairro.

A antiga favela Beira Rio recebeu o título de bairro no ano de 1987 por meio dos esforços da Associação, assim como também da comunidade em geral, através de protestos, caminhadas e elaboração de documentos. Porém, o São José continuou apresentando sérios problemas de infraestrutura e até hoje prevalece uma visão negativa por parte da mídia local e de boa parte da população residente nos bairros vizinhos (Manaíra, Tambaú, João Agripino, Bessa), não possuindo diversos serviços básicos, a exemplo de uma escola pública que atenda às demandas da população.

Entretanto, o estabelecimento da pandemia de Sars-Cov-2 (Covid 19)¹ interrompeu a continuidade da linha mestra de nossa pesquisa que tinha como principal suporte metodológico, a oralidade através das entrevistas com o grupo organizado ainda no trabalho da graduação; que, em sua maioria, era de integrantes com idade acima de 60 anos. Nesse caso, em larga medida, tivemos que redirecionar o nosso objeto de pesquisa e, consequentemente, nossas leituras de apoio, nossas fontes e a própria metodologia de trabalho.

O fato de termos mantido um bom relacionamento com a atual presidência da Associação de Moradores nos permitiu propor trabalhar com a documentação que lá

¹ No dia 13 de março de 2020 o governador do Estado da Paraíba, João Azevedo Lins Filho, através do decreto de número 40.122 declarou emergência em Saúde Pública definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, por conta da condição de pandemia de infecção humana pelo Sars-Cov-2 (Covid 19). Dentre as várias restrições estava o fechamento de todas as repartições públicas e privadas com o objetivo evitar aglomerações de pessoas e, consequentemente, conter a propagação do vírus. E, por parte da Secretaria Estadual de Saúde (SES), em colaboração com as entidades nacionais e internacionais de saúde, foi criado um protocolo a ser seguido que determinou o uso de máscaras e álcool em gel e estipulou, a partir de estudos de casos, os grupos mais vulneráveis a infecção. Nossa pesquisa, dessa maneira, teve de se adequar a esses protocolos de biossegurança, que foram complementados por medidas da própria UFPB.

estava, oportunizando a elaboração de um objeto de pesquisa diretamente relacionado à história e às memórias do bairro e, em paralelo, permitindo que os membros da Associação tivessem a oportunidade de revisitar acontecimentos de sua trajetória enquanto instituição.

Cabe ressaltar que após o período intenso onde o número de moradores(as) foi consideravelmente ampliado observado no final da década de 1970 (BATISTA, 1983), é que foi fundada a Associação dos Moradores, em 1980, que se apresentou como uma força política importante para encaminhar as demandas comunitárias junto ao poder público. No ano de 1980, residiam na Beira Rio 3.565 pessoas², segundo os dados apresentados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir do resultado do IX Recenseamento Geral do Brasil realizado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, chamando a atenção não só pelos dados apresentados pelo levantamento que evidenciam a preocupação com as regiões designadas como “favelas” num contexto de crescimento demográfico da cidade de João Pessoa que trazia consigo os problemas estruturais que progressivamente foram se agravando.

Com a expansão urbana e o crescimento populacional enfrentados por João Pessoa desde as primeiras décadas do século XX e intensificados a partir de meados daquele século, muitos trabalhadores buscaram, de maneira “espontânea”, diversas áreas onde pudessem se instalar no território urbano, concomitantemente à expansão de novos loteamentos e bairros regulamentados pelo poder público e viabilizados pelo mercado imobiliário. Os bairros São José e Manaíra³ representaram, em larga medida, essas duas faces vizinhas e concomitantes do mesmo processo.

² Em entrevista, Paulo Marcelo de Lima, ex-presidente da Associação União Beira Rio – AUBR, afirmou que, logo após a sua criação, foi feito um levantamento pelo grupo que fazia parte da direção que visitou cada casa, contando quantas pessoas residiam nelas sob o pretexto de elaborar um documento para mostrar ao poder público e aos demais habitantes da cidade, o descaso com a comunidade que precisava de serviços como água encanada, luz elétrica, transporte público e etc., tendo em vista a rapidez com que crescia em quantidade de moradores(as). Em nota oficial, a direção da Associação já assegurava que, nos primeiros anos da década de 1980, a Beira Rio contava com uma população de cerca de *6.000 mil pessoas* distribuídas em *1.100 casas* contraditando os dados apresentados pelo IBGE. De toda forma, mesmo considerando o número menor, a população da Beira Rio superava a de vários municípios paraibanos.

³ O Bairro de Manaíra começou a se formar a partir do loteamento estabelecido pela família Monteiro da Franca, englobando parte significativa do atual bairro, aprovado pela Prefeitura Municipal em 1953, complementado por ações da Prefeitura para disciplinar e regularizar a ocupação do restante da área. Sua ocupação inicial esparsa foi se adensando a partir da década de 1970. (RESSA, 2012).

Com certo caráter reivindicatório e de embate político, a Associação dos Moradores da Beira Rio obteve apoio de representantes de partidos políticos de pensamento majoritariamente à esquerda⁴ e de membros da Igreja Católica que também compartilhavam tal espectro político o que resultou numa posição predominantemente autônoma em relação ao Estado e seus representantes. A partir das pautas elaboradas através de reuniões realizadas na comunidade foi possível garantir uma considerável “reforma” no quesito estrutura física do bairro e, notoriamente, observa-se os resultados através dos serviços de esgoto, iluminação de vias, transporte público e a relocação de famílias que residiam em área de risco, de maneira que pequenas brechas se transformaram em sólidas conquistas.

A possibilidade de estudar a temática de Associação de bairro a partir da organização dos(as) moradores(as) está ancorada na concepção das novas teorias sociológicas e métodos quantitativos concebidas por George Rudé⁵, enfeixados numa obra coletiva em sua homenagem conhecida como *A Outra História*, que permitiu a utilização de técnicas e fontes documentais ainda não experimentadas ou praticamente desconhecidas ao serem aplicadas ao estudo das massas, a partir da “perspectiva dos de baixo”, pudessem se aproximar do povo conhecendo seus interesses e aspirações.

⁴ As Associações de Moradores como organizações resultantes dos Novos Movimentos Sociais – NMS, de meados da década de 1970, por mais que expressassem a desvinculação, no cenário político, dos esquemas paternalistas e clientelistas existentes no contexto nacional, era comum a presença nesses movimentos dos chamados “agentes organizacionais externos” que participavam da elaboração de projetos cujo objetivo era o de em síntese contribuir na organização das pautas e funcionamentos desses movimentos. (FERREIRA, p. 166-167, 1994.) No caso da Associação União da Beira Rio – AMBR existem no arquivo pesquisado alguns informativos e convites recebidos assim como fotografias de membros do Partido dos Trabalhadores – PT, a exemplo de Anísio Soares Maia (Anísio Maia), Luiz Albuquerque Couto (Luiz Couto), participando de assembleias realizadas na sede da Associação. Somada a essas evidências, nas entrevistas realizadas foi possível também perceber a frequente relação entre o grupo da direção como personalidades políticas do PT cujo a finalidade era o fortalecimento do movimento na busca de adquirirem o suporte para os embates com o poder público frente as demandas da comunidade.

⁵ George Rudé (1910-1993) foi o precursor nos estudos de história como origem no povo, também conhecidos como história vinda de baixo ou a história da gente comum (HOBSCAWM, 1985). Dedicou toda a sua vida profissional ao resgate e compreensão da “vida e ação do homem comum [...]”. Seu trabalho concentrou-se não no estudo de grupos ou classes sociais dominantes, de “elites” ou seus grandes agentes, mas, nos trabalhadores e artesãos urbanos e rurais comuns, anteriores à era industrial e que participaram, através de várias formas de “ação popular”, das grandes Revoluções Francesa e Industrial que configuraram a modernidade. (KRANTZ, 1990, p. 10)

Até os anos finais do século XIX, a classe dominante era o foco quase exclusivo dos estudos em história ignorando, de forma praticamente absoluta, as contribuições da massa da população, exceto em casos excepcionais em que partiram dessa camada insurreições e revoltas que modificaram radicalmente o contexto social. E. J Hobsbawm, em seu ensaio nessa mesma obra mencionada acima, chama a atenção para o fato de que a perspectiva pautada essencialmente na política institucional somada a motivações restritivas de muitos historiadores foram responsáveis pela não realização de pesquisas em história que focassem na participação do povo comum. Também no campo da história social inglesa, destacamos Edward Palmer Thompson⁶, com seus estudos sobre operários e sobre a história dos “de baixo” consolidou um fértil campo de investigações. Seu impacto da historiografia brasileira nas últimas décadas se tornou muito marcante.

A partir do momento em a historiografia passou a reconhecer a participação do povo comum na deliberação de questões decisivas não apenas em acontecimentos pontuais de mobilização, mas, de modo geral como nas grandes revoluções dos séculos XVII a XX e se manifestar através de movimentos sociais que arrebentaram os estreitos limites da política institucional, a história feita por esses sujeitos passa a fazer parte da que era escrita tradicionalmente nesse período, que era em larga medida focada nos grandes feitos dos considerados grandes homens.

Como campo de estudo é notório que a perspectiva da história feita pelo “povo comum”, tem a contribuição de pensadores socialistas, anarquistas e comunistas desde o século XIX, encontrou um suporte considerável no bojo da historiografia francesa que estabeleceu temáticas e métodos que a contemplaram também em outros países após a II Guerra Mundial. Sobre a questão técnica a respeito do material de estudo acessado é comum encontrar algumas dificuldades, ora pelo fato de muitas vezes não existirem arquivos robustos e organizados ou porque o processamento dos dados requer não apenas a

⁶ E. P. Thompson (1924-1993), em obras como *Costumes em Comum* (coletânea de artigos lançada em livro em 1991 e traduzida no Brasil em 1998) e no seu clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* (em três volumes, lançados na década de 1960 e traduzido no Brasil no final da década de 1980), consolidou decisivamente os estudos na perspectiva da história dos “de baixo”, recebendo amplo interesse na produção historiográfica brasileira desde então.

existência material das fontes, mas, fundamentalmente, as perguntas que a elas são direcionadas.

Um aspecto importante é que, quando demandadas, as pessoas comuns costumam a lembrar e narrar os fatos contrastando muitas vezes com os que a historiografia, mais exclusivista, credita como oficial ou o que pode ser “provado” que aconteceu por parte dos historiadores. No nosso caso, o desenvolvimento desse estudo, que visou analisar a atuação da Associação da Beira Rio sob o ponto de vista dos(as) moradores(as) da comunidade, tornou-se possível ampliar o entendimento sobre o processo de formação do bairro São José e contribuir para a detecção de fontes antes pouco consideradas como relevantes e a produção do conhecimento científico no âmbito da Pós-Graduação em História acerca da temática referente aos saberes históricos quanto à história local.

Nesse sentido, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: de que forma as ações empreendidas por parte dos(as) membros da Associação União da Beira Rio (AUBR), com a participação de agentes internos, não associados, e apoios externos à comunidade impacta(ram) na organização do atual bairro São José?

Para isso, objetivamos principalmente, analisar as ações da Associação União da Beira Rio e como elas exerceram influência no ato de organização das forças internas para reivindicarem suas garantias de direitos o que, conseqüentemente, resultou no reconhecimento e regulamentação do título de Bairro por parte da Prefeitura Municipal da cidade João Pessoa.

De modo específico, essa pesquisa direcionou-se nos seguintes rumos:

- Realizou um levantamento documental e bibliográfico sobre a história do bairro São José, antiga favela Beira Rio;
- Buscou compreender as contribuições das memórias dos(as) moradores(as) as para a construção da história da região;
- Investigou as formas de organização do movimento de luta pela moradia que se estabeleceram no interior da comunidade;
- Apresentou os fatos que corroboraram a narrativa de que o movimento organizado iniciado no ano de 1980 foi responsável pela estruturação do bairro São José;
- Mostrou o protagonismo dos(as) moradores(as) ligado ao poder e a capacidade de se construírem como sujeitos das suas próprias histórias.

Explica-se o marco cronológico escolhido a partir das seguintes considerações: o ano de 1981, porque foi o primeiro ano de atividade da Associação de Moradores, chegando a 1989, dois anos após a comunidade receber o título de bairro. Inseridos nessa temporalidade estão também alguns outros acontecimentos que marcaram a trajetória de atuação do bairro e da Associação, a exemplo dos anos de 1984 e 1989, quando houve trágicos deslizamentos da barreira situada na parte de cima do bairro, causando mortes e feridos, fazendo com que a comunidade se tornasse objeto de discussão na cidade de João Pessoa, cujos moradores e moradoras, através da atuação dos meios de comunicação, passaram a vê-la como um “problema”.⁷ Certamente, em função de algumas necessidades muito pontuais, esse recorte cronológico poderá ser ultrapassado, mas apenas em busca de adensamento de informações necessárias ao entendimento de alguns processos.

Em se tratando dos dias atuais, o Bairro São José, apesar da institucionalização, continua a viver um processo de segregação social justificado por descrições pejorativas e estereotipadas a seu respeito. Por outro lado, foi possível perceber que ainda existe no bairro a constituição de um “sentimento de comunidade”, que contribui para a permanência de antigas tradições do lugar, a exemplo das conversas na calçada e nas portas, o estreitamento das relações da vizinhança etc.

Isso considerando que, quando defendemos essa dissertação, o bairro contava com aproximadamente 7.078 mil habitantes⁸, e a própria cidade de João Pessoa tem uma população estimada de 825.796 mil pessoas, segundo dados do IBGE, numa realidade bastante mais complexa que na década de 1980, quando focamos o essencial da história sobre a qual nos debruçamos. Isso implica que existe uma situação singular entre as

⁷ Sobre esse trágicos eventos, cumpre salientar que é o momento no qual a comunidade ganha muita visibilidade na mídia local e cujo acontecimento criou um certo estereótipo de “lugar problemático” em relação ao bairro, como discutiremos adiante.

⁸ Esse número foi obtido através do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizado no ano de 2010. O levantamento do mesmo instituto que deveriam acontecer no ano de 2020, como previstas, foi adiado para 2021 e até a finalização da nossa pesquisa não tinha iniciado os trabalhos e, portanto, tivemos que tratar com os dados desatualizados por consequência. No entanto, bem antes do Censo de 2010, constava em trabalhos acadêmicos como é o caso da dissertação de mestrado intitulada: *Morfologia urbana, qualidade de vida e ambiental em assentamentos espontâneos: o caso do Bairro São José – João Pessoa – PB*, de autoria de Marco Antônio Suassuna Lima, defendida em 2004 no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB, João Pessoa – PB, na área de concentração Habitat Humano e Meio Ambiente, que a população do bairro São José era de aproximadamente 13.000 mil pessoas um número bem maior que o referendado pelo IBGE.

famílias estabelecidas na formação do bairro e outras advindas em momentos posteriores, que contribuíram para redesenhar muitas formas de sociabilidade nas últimas três décadas após o marco de encerramento de nossa pesquisa, além das diversas formas de relação entre o bairro e a cidade, o que demanda a atenção de novas pesquisas e pesquisadores(as) para questões que se desdobram a partir daqui.

Considerando, não obstante, diversas permanências, os(as) moradores(as) do hoje bairro São José apresentam posicionamento pautado na resistência através de aspectos culturais representados no contexto social local em que vivenciam de forma rotineira, ataques, tanto pela mídia local, quanto pelas áreas circunvizinhas que, ao negligenciar a história da comunidade, seja por falta de conhecimento ou convicção, intensifica, num contexto amplo, o processo de alienação cultural provocando, quase que automaticamente, um enfraquecimento das interpretações acerca de sua própria atuação enquanto sujeitos da história.

Esse estudo, portanto, considerando seu ponto de partida e os meandros da pesquisa, tal e qual o rio Jaguaribe, se deu por meio de vários procedimentos, sendo o primeiro o *levantamento bibliográfico*, mesmo sabendo que se trata de um tema lacunar no campo da historiografia local, pouco enfrentado pela produção dos(as) nossos(as) historiadores(as). Dessa forma, parte substantiva do material de apoio utilizado para realizar alguns registros foi encontrada através de consultas a trabalhos nas áreas de arquitetura, urbanismo, direito, geografia, ciências sociais e outras realizadas anteriormente, o que nos levou a buscar ampliar o leque de nossos diálogos.

A par das dificuldades resultantes do contexto pandêmico e observados todos os protocolos necessários, foram feitas *Entrevistas semiestruturadas*⁹. Inicialmente, foram realizadas 2 (duas) entrevistas no formato remoto, com um roteiro elaborado a partir as hipóteses por nós levantadas previamente com o auxílio das informações contidas em

⁹ Como técnica específica, a entrevista é utilizada como técnica base nos trabalhos de História oral e, diferente dos outros instrumentos de pesquisa, estabelece uma relação igualitária entre pesquisador e pesquisado. Como afirma Paul Thompson (1992, p. 254), uma boa entrevista capaz de contribuir positivamente para a pesquisa é quando, em sua realização, houve interesse e respeito com as pessoas e flexibilidade às reações em relação a elas; bem como demonstração de compreensão e simpatia pelas opiniões delas, e, por fim, não menos importante, disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1992, p. 254)

alguns documentos associando-os a utilização de fotografias¹⁰, que também fazem parte do arquivo da Associação.

As fotografias, no nosso caso, serviram como fontes de estudo que nos possibilitaram, a partir dos vários questionamentos, obter informações a respeito da vida cotidiana dos(as) moradores(as) da comunidade, assim como das atividades realizadas pela AUBR no período analisado. Também utilizamos o acervo imagético como recurso didático visual tanto na condução das entrevistas, como na construção das narrativas no decorrer do texto.

Ainda sobre as entrevistas, é importante frisar que tivemos uma jornada complexa para realizá-las, pois, com o distanciamento social, primordial para o impedimento do avanço da pandemia, tivemos que refazer os contatos com os(as) entrevistados(as), reduzimos a quantidade de participantes na pesquisa e, seguindo todos os protocolos estabelecidos pelas instituições sanitárias conseguimos, por conta da efetivação do plano de vacinação, concretamente colher mais 1(uma) entrevista, essa realizada presencialmente, que adicionada às 2(duas) realizadas à distância e as outras 5 (cinco) feitas antes do período pandêmico, totalizaram 8 (oito) entrevistas que deram subsídio para escrita dessa dissertação.

Também realizamos uma *análise documental* a partir de impressos e eletrônicos, a exemplo de jornais, atas de reuniões da Associação dos moradores do bairro, esses encontrados no próprio acervo da instituição que nos permitiu reconstruir uma versão do passado com a metodologia rigorosa que nos possibilitasse chegar mais próximos de questões atinentes aos processos de organização da comunidade e de suas entidades representativas. Também nos valem de recortes de jornais com reportagens e materiais produzidos pela mídia local, que abordaram a presença do bairro na cidade em diversos momentos e fazem parte do arquivo disponível na Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José – AUMBSJ.

¹⁰ As fotografias, segundo KOSSOY, 1992, p. 125, são resultados de várias interpretações desde a primeira pessoa que fotografou optando pela escolha do objeto registrado, o ângulo utilizado, o processo de revelação até a obtenção da imagem final. Mesmo com tais implicações a utilização das aproximadamente 120 fotografias que pertencem ao arquivo da Associação dos Moradores do Bairro São José somaram positivamente no que tange à realização das entrevistas e na escrita final desse texto, visto que, oportunizaram o acréscimo de informações importantes sobre o processo histórico de ocupação da comunidade, as atividades da vida cotidiana dos(as) moradores(as), assim como os relatos a respeito do que permanece ou se perdeu.

Cabe destacar que, em relação aos procedimentos de transcrição, buscamos ao máximo preservar a coloquialidade das falas, apesar dos cuidados gramaticais exigidos num trabalho acadêmico, uma vez que revelam muitas das pertencências sociais de pessoas das classes trabalhadoras, com graus de acessos diversos à escolarização, respeitando o sabor de suas falas e os saberes que elas carregam para além dos aspectos puramente formais. Portanto, por exemplo, o uso de “nóis”, em vez de nós, será adotado em circunstâncias nas quais essa coloquialidade se tenha feito imperativa.

Desde já, consultamos os protocolos éticos de transcrição, evitando expor pessoas a situações inconvenientes, por um lado, ou adulterar as suas falas, por outro, obedecendo fielmente aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme a resolução de número, 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Os documentos referentes a esses Protocolos encontram-se nos Anexos 10 e 11.

A aproximação com os(as) entrevistados(as), a partir da pesquisa de campo, possibilitou investigar e produzir um conhecimento através realidade empírica o que gerou um contato direto com mais moradores(as) da comunidade o que, ao final, contribuiu para o entendimento do processo histórico de formação do bairro São José, bem como a forma de organização que foi estabelecida no que tange à formação do movimento associativo na comunidade durante o período analisado. Esse tipo de abordagem qualitativa, em que utilizamos, em larga medida, a História Oral¹¹ e a documentação disponível, trouxe contribuições importantes ao conhecimento científico e esse conjunto de práticas constitui um método que foi capaz de investigar qual foi o papel da Associação de Moradores da Beira Rio para a formação do bairro São José.

Nesse sentido, foi possível nos aproximar de uma perspectiva histórica que consideramos que propiciou um sentimento de pertencimento por parte dos

¹¹ A História Oral consiste em coletas de narrativas a fim de obter material para conhecimento e análise de um determinado processo social do presente ancorado no passado, favorecendo os significados atribuídos pelos depoentes aos fatos, possibilitando ir além dos documentos escritos no trabalho de resgate da história, oportunizando um maior entendimento nas relações dos grupos de uma determinada sociedade. A aproximação da metodologia da História Oral com a perspectiva dos “de baixo”, possibilitou aos historiadores analisar as experiências das pessoas comuns, ditas “de baixo”, permitindo tornar concretas as pesquisas a respeito das experiências dessas pessoas. Tal procedimento reconheceu a importância social e política delas através da estruturação de um acervo de relatos de histórias que levam à (re)construção da identidade coletiva bem como das suas memórias.

participantes/entrevistados(as) desse estudo estabelecendo uma importante reflexão acerca dos meios através dos quais eles(as) pudessem construir, uma leitura do contexto social para além daquela que pesa como um estigma de um bairro muito além da visão estereotipada de um “espaço problemático” na trama urbana da cidade, como veremos se descortinar ao longo desse trabalho.

Com isso, nosso trabalho foi organizado da seguinte forma:

No **primeiro capítulo**, *O Ato de Narrar: Memórias e Pesquisa Histórica*, buscamos estabelecer as contribuições das memórias para o desenvolvimento da pesquisa histórica, bem como ao fato de que lembrar é um permanente ato de resistência. Apresentamos os(as) nossos(as) entrevistados(as), personagens da narrativa que foi construída durante a escrita desse trabalho reconhecendo a importância social e política dos(as) mesmos(as) através da estruturação de um acervo de relatos de histórias que levam à (re)construção da identidade coletiva bem como das suas memórias. Num segundo momento procuramos jogar luz à questão da invisibilidade em relação a população empobrecida no debate sobre a história da urbanização da cidade de João Pessoa.

No **segundo capítulo**, *Antiga Beira Rio, atual bairro São José: Uma (auto)construção amparada na luta coletiva*, buscamos apreender como se deu o processo de ocupação da área da antiga comunidade Beira Rio no contexto da história urbana da cidade de João Pessoa ao longo do século XX. Ressaltamos a dinâmica de desenvolvimento urbano da cidade e observando como ele desenhou as ocupações em várias localidades, focando no vale do rio Jaguaribe, mais precisamente onde hoje se encontra o bairro São José.

Já em relação ao **terceiro capítulo** cujo título é *Associação União Da Beira Rio (AUBR): “A Instituição Máxima Da Comunidade”*, apresentamos o contexto no qual a Associação dos Moradores foi criada trazendo à luz uma síntese da trajetória de movimento popular à institucionalização. Pontuamos a estrutura pela qual estava organizada, as relações de poder estabelecidas por parte dos gestores locais no que tange à questão da representatividade e o impacto de suas ações tanto dentro da comunidade quanto nas comunidades tidas como “companheiras” até o fim da fase considerada mais aguerrida, apresentando os possíveis impactos derivados do enfrentamento das várias medidas determinadas pelo poder público e as formas de resistência estabelecidas pelos

sujeitos envolvidos que elevaram a importância social, política e cultural da AUBR não só para a comunidade como também para e para a cidade de João Pessoa como ficará evidenciado no capítulo.

CAPÍTULO 1 - O ATO DE NARRAR: MEMÓRIAS E PESQUISA HISTÓRICA.

O avanço da profissionalização do historiador e o alicerçamento da disciplina de História, ambos ocorridos no decorrer no século XIX, fizeram com que o documento escrito fosse validado como fonte praticamente exclusiva no processo de pesquisa histórica negligenciando a tradição oral, algo relevante nas sociedades sem escritas e nas classes populares.

Dessa forma, a historiografia tida como tradicional foi responsável pela exclusão dos negros, pobres, mulheres, sujeitos marginalizados participantes da história tornando-se muitas vezes anônimos e sem representatividade. Esse processo de exclusão da contribuição das memórias desses grupos trouxe à tona debates a respeito de uma nova historiografia comprometida com os mais diversos grupos sociais que tenham interesses em (re)construir suas histórias, acessando fontes orais mediante ao trabalho com a memória, a partir de suas percepções e representações sobre o vivido com o propósito de romper com uma tradição de silêncio.

O conceito de memória¹² que é também discutido em outras áreas do conhecimento como a Antropologia e a Psicologia apresenta variadas definições e abordagens, tornando necessário apresentar os motivos do seu uso para os(as) leitor(as) deste trabalho, haja vista que, apesar das subjetividades a que a memória como fonte de pesquisa está sujeita, ela possui relevância como qualquer outra no campo da historiografia.

Neste sentido, a compreensão de memória, a qual nos determos, parte da perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), quando este a caracteriza como um fenômeno completamente coletivo e social, constituindo-se a partir das relações mantidas entre os indivíduos e o grupo, sendo, portanto, construções sociais sujeitas a mudanças constantes.

¹² Na *Literatura Clássica* a deusa *Mnemosyne*, como era chamada a Memória na mitologia grega, era a responsável por resgatar as lembranças e impedir que o ser humano vivenciasse o esquecimento. De sua união com o *Zeus*, durante nove noites surgiram as nove musas do conhecimento dentre elas *Clio* que é a História. Segundo HOLANDA (2017), a importância da Memória na literatura clássica é de tal ordem que ela aparece também na *Odisseia*, de Homero, quando Ulisses em seu retorno a Ítaca, trava uma luta pela manutenção da memória contra a grande sedução do esquecimento do regresso. Fonte: HOLANDA. Bernardo Buarque de. A literatura e o conceito de memória. GV CULT. Criatividade e Cultura. 2017. Disponível em: <https://gvcult.blogosfera.uol.com.br/2017/09/19/a-literatura-e-o-conceito-de-memoria-i/?cmpi>. Acesso em 10 de set de 2021.

Todavia, mesmo sendo coletiva, a memória necessita de um indivíduo que seja capaz de lembrar e com isso trazer um conjunto de representações de si e do momento que é lembrado.

Ao lembrar, seja de forma individual ou coletiva, o sujeito recorre à memória para visitar o passado com os aportes do presente fazendo como que várias visões sejam elaboradas mostrando muito mais sobre o tempo presente do que sobre o passado que se propõe investigar (SILVA, 2017, p. 24-25.). A partir desse movimento é possível aferir que a memória é elo que se estabelece entre presente e o passado, permitindo o entendimento de práticas e representações de determinado período histórico.

Alicerçada, muito embora em meio a críticas sistemáticas da produção acadêmica contemporânea, na perspectiva tradicional, a historiografia produzida pelos pesquisadores que analisam o contexto local, ampara-se essencialmente numa narrativa de acontecimentos baseada, quase sempre, em uma visão concentrada nos “grandes feitos e grandes homens”. Muito se sabe sobre o mito de fundação da cidade, bem como de sua expansão territorial focando nas ações do Estado na tentativa de modernização rumo ao litoral¹³.

Todavia, a história da cidade de João Pessoa também é vivenciada pelas populações que não ocupam o topo da hierarquia social e esse contexto nos aproximou de historiadores como Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, Christopher Hill¹⁴, que foram os pioneiros nos debates e entendimentos sobre o que conhecemos hoje na historiografia mundial a respeito da perspectiva da *história vista de baixo*. (CANDEIA, 2010, p. 38)

¹³ Um exemplo é a questão da Avenida Epitácio Pessoa, principal via de ligação entre o centro da cidade e a orla, iniciada na década de 1920 durante a gestão de Camilo de Holanda e pavimentada no governo de José Américo de Almeida (1951-1956) que é tema de vários trabalhos acadêmicos na área de arquitetura, urbanismo, geografia e meio ambiente como é o caso da dissertação de mestrado intitulada *Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa*, defendida por Marcos Antônio Farias Coutinho no ano de 2004 no Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Mestrado Subprograma UFPB/UEPB.

¹⁴ A fundamentação histórica do conceito de *História vista de baixo*, no nosso entendimento e de forma simplificada, pode ser encontrada nas discussões feitas por Eric Hobsbawm, em ocasião da *Revolução Burguesa na França*, em meados de 1789, quando fica visível a participação do povo nos acontecimentos históricos. Quando Edward Palmer Thompson, nas obras já citadas, constrói uma perspectiva sofisticada de pessoas comuns utilizando os conceitos de *classe, experiência e consciência*. E por fim, não menos importante, na obra *O mundo de ponta-cabeça* (1987) de Christopher Hill, quando ele recorre à perspectiva dos “de baixo” para inserir no debate as pessoas que não faziam parte do mundo das chamadas “elites” no processo de Revolução burguesa na Inglaterra do século XVII.

A fonte oral, portanto, se constitui dentre as existentes, como recurso que possibilita ir além dos documentos escritos no processo de elaboração da história, pois oportuniza elementos significativos no resgate de uma narrativa que oportuniza um maior entendimento das relações dos grupos de uma determinada sociedade. Em se tratando de *narrar* e sua contribuição no processo de pesquisa, cabe aqui apontar uma experiência vivida na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos¹⁵ que trata dessa temática, bem como sua interferência no desenvolver desse trabalho.

Tal experiência foi a realização de um estudo dirigido focado na análise do filme *Narradores de Javé* (2004)¹⁶, de Eliane Caffé. A partir do filme, cinco temas foram levantados na busca de balizar a análise, garantir que as leituras feitas até aquele momento fossem contempladas e que pudéssemos estabelecer relações entre os temas e o que tínhamos absorvido após à sua exibição.

O primeiro tema foi *oralidade e escrita* – No filme há uma tensão entre essas práticas, pois fica claro que, na percepção dos que seriam atingidos pela construção da barragem, só o fato escrito seria capaz de preservar a memória do povo de Javé, já o fato comentado não teria valor algum para fins de prova, pois ele supostamente poderia ser alterado de acordo com as necessidades e verdades de cada morador e moradora da comunidade. Isso coloca em xeque a relação entre a suposta confiabilidade do registro escrito contra a também suposta falta de confiança da fonte oral.

O segundo tema foi *a História científica e o método da História* – Para que o vilarejo de Javé não fosse inundado por conta da construção da represa, era necessário que a comunidade fosse considerada patrimônio histórico e obtivesse o devido tombamento pelos órgãos patrimoniais e, para isso, eram exigidas provas documentadas, registros

¹⁵ Disciplina do Curso de Graduação em História (2011.2) na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ministrada na ocasião pela professora Doutora Regina Célia Gonçalves.

¹⁶ O filme brasileiro mostra a luta dos moradores do Vale do Javé contra a construção de uma represa que ameaça a existência da comunidade. Liderados por Zaqueu, os moradores decidem fazer um documento científico contando os grandes acontecimentos envolvendo os heróis e histórias mirabolantes com o intuito de comprovar que o vilarejo seria um patrimônio histórico. Coube a Antônio Biá, letrado que trabalhava nos Correios do Vale, entrevistar os moradores para que fosse possível elaborar um “livro da salvação”. Porém, essa tarefa não foi nada fácil, pois a cada entrevista uma nova história era contada tornando impossível organizar as memórias. Segundo Biá “quanto as histórias, melhor que as fiquem na boca porque na mão não há quem lhe dê razão”. Por conta das dificuldades não houve condição da elaboração do documento, a represa é construída e o vilarejo inundado.

científicos que atestassem a existência de uma grande História feita por grandes homens naquela pequena localidade. Na pesquisa histórica tal prática interfere diretamente nos métodos de análise consagrados, em muitas décadas, pela maior parte dos historiadores, que muitas vezes têm que recorrer quase que exclusivamente aos documentos escritos para legitimar algo, o que nos leva a relacioná-lo ao que ocorreu na trama.

Logo, o terceiro tema foi a *verdade na história* – Para Carr (2008, p.12) não há verdade “objetiva” e os fatos não falam por si só, mas dependem diretamente do historiador para analisá-los, havendo um permanente diálogo entre os ocorridos e o historiador que os indaga, o que, por outro lado, não nos leva ao total subjetivismo e a relativismo irrestrito. Como para cada narrador(a) de Javé a sua versão da História estava certa, conseqüentemente era a verdadeira. Percebe-se que a falta de registros escritos estimulava ainda mais esse embate. Por mais que o personagem conhecido como *Antônio Biá* tivesse coletado vários relatos e evidências sobre a formação do vilarejo, a ausência de “crítica” objetivando se aproximar do que realmente tinha sido a origem do povoado fez com que todo o trabalho se tornasse inviável e sem serventia para que se passasse para a outra etapa: a elaboração da narrativa escrita.

Já o quarto tema era o *ofício do historiador* – Segundo BORGES (1992) o ofício do historiador consiste basicamente em examinar sempre uma determinada realidade que se passou em um tempo e lugar preciso. Sua primeira tarefa é situar no tempo e espaço o objeto que quer estudar dando início a um trabalho de investigação que tem procedimentos muito semelhantes ao de um detetive. O Antônio *Biá*, depois de ter sido convocado para escrever o documento que iria salvar o vilarejo de Javé, viu-se em uma tarefa bastante complicada. Por ser o único que sabia ler e escrever na comunidade tinha à sua disposição os relatos orais dos outros moradores e moradoras, porém tais fontes não foram tão bem utilizadas pela falta de formação precisa na área o que impossibilitou a escrita do “livro da salvação”.

O quinto e último tema abordado foi o *sujeito da História* – “Aquele que faz a História” seriam os moradores e moradoras do Vale do Javé que, enquanto sujeitos da História local, estiveram determinados na busca de saídas e soluções para sobreviverem ao sofrimento das secas no sertão e, também, ao avanço do grande capital que tinha a comunidade como um empecilho para a construção da hidrelétrica. O título do filme já é

bem sugestivo, pois evidencia a importância da comunidade em – a partir das memórias e da fonte oral –, narrar a história de fundação do vilarejo para compor um documento que confrontasse as investidas de destruição. Isso só seria possível, segundo a narrativa do filme, com a participação intensa dos sujeitos históricos no processo da história.

Na trama, Antônio *Biá*, mesmo tentando escrever as memórias dos moradores(as) de Javé no “Livro da Salvação”, não conseguiu elaborar o documento que, nas esperanças da comunidade local, garantiria a sobrevivência da comunidade, mas resolveu escrever uma nova história sobre o povoado, não mais para salvá-lo, porém para eternizá-lo, mostrando como a inundação do vilarejo para a construção da barragem da hidrelétrica interferiu brusca e decisivamente em suas vidas. Nesse sentido, questões como o protagonismo dos(as) moradores demonstrado através da memória social produzida por eles(as) na tentativa de livrar o vilarejo das intervenções autoritárias dos agentes envolvidos e o desinteresse, demonstrado ao logo do enredo, pelos laços comunitário e afetivo estabelecidos entre a população local, que de certa forma norteiam a mensagem final do filme, foram, associadas a minhas experiências e reflexões anteriores, fundamentais para a elaboração de uma pesquisa e posteriormente a publicação da história do bairro São José.

Após a apreensão desses conceitos introdutórios do curso de graduação em História foi possível, através de métodos apropriados, apresentar um conteúdo com um teor crítico com intuito de escrever uma História que, dentre outras funções, pudesse contrapor ao discurso discriminatório e pejorativo relacionado ao bairro São José, uma vez que torna ainda mais evidente o valor que os moradores e moradoras e suas memórias têm para a historiografia urbana da cidade de João Pessoa. Entender a importância da oralidade no processo de escrita foi o pontapé inicial para que eu pudesse desenvolver o interesse a respeito da temática relacionada à história local, história de bairros, histórias de vida, algo que eu já tinha familiaridade e que, ao mesmo tempo, necessitava de um debate mais aprofundado visto a complexidade da própria dinâmica urbana da cidade.

Esse processo está ligado às questões da terra no Brasil, isto é, o direito à terra, que desde a colonização feita pelos portugueses no século XVI notadamente privilegiou uma minoria da população, cedendo terras lucrativas para serem exploradas, prejudicando a maioria que passaram a ser desprovidos de terra gerando consequências que – consideradas

as condições específicas de cada época – são observadas até os dias atuais. Como apontam as pesquisas e estudos que vêm sendo realizados nos últimos anos, para além do patrimônio edificado que compõe a paisagem urbana é possível encontrar resquícios de vários grupos de pessoas que participavam ativamente da dinâmica social da cidade cedendo sua força de trabalho e que acabaram sendo ignoradas quando da realização das intervenções urbanas que marcaram a estrutura da urbe.

Esses códigos e regras determinaram a organização da cidade da Parahyba entre os finais do século XIX e início do XX no que tange à questão da apropriação do solo: os que tinham renda para adquirir os melhores lotes, a priori em Tambiá, onde se observava a mistura de casas, sítios e ruas comerciais (MEDEIROS, 1994 apud GONÇALVES, 2016, p.83) e nas Trincadeiras, e logo após bairro dos Estados, Miramar e Tambauzinho, população de classe média e alta e os que estavam inicialmente na parte do antigo porto e nas demais áreas empobrecidas, que passaram a ocupar as regiões do Baixo Roger, Mandacarú, Ilha do Bispo, e grande parte das áreas alagadas do rio Jaguaribe.

Nesse sentido, se faz necessário nos aproximar dessa discussão problematizando de forma sistêmica, a perspectiva que foi utilizada para escrever a história da atual cidade de João Pessoa que, focada nos grandes acontecimentos, a partir de uma transformação urbanista, segregou a população local e provocou o silenciamento dos menos favorecidos, como poderemos observar logo mais.

1.1. 1.1. NARRANDO UM BAIRRO E REFAZENDO UMA HISTÓRIA.

As motivações que me levaram a pesquisar sobre o bairro São José são anteriores à experiência descrita no tópico passado e se intensificaram a partir dela, pois as mesmas possibilitou o entendimento de que era possível pesquisar e escrever sobre o bairro sem que a condição de morador impedisse um resultado possível e plausível perante a academia e a opinião pública em geral.¹⁷

¹⁷ Mesmo entendendo que o modelo mais apropriado para o desenvolvimento desse estudo seria o participativo, em todo o processo tive que ter muito cuidado, me contive em outros, para que minhas convicções não pudessem de forma alguma interferir no resultado. Além da ética profissional eu prezei pelo fato de que a maior isenção possível diante de dados que eventualmente contrariassem os nossos pressupostos traria *status* de relevância ao trabalho. Nunca foi apenas uma satisfação pessoal ou tentativa de

Não obstante, desde a graduação em História, busquei formas que oportunizassem construir um bom conjunto capaz de dar sustentação à empreitada de partir do que é comum ouvir sobre o bairro São José e propor uma leitura mais aprofundada sobre o assunto, buscando, através da formulação de hipóteses, o auxílio de documentos, fotografias e o mais importante, a colaboração dos moradores/personagens, para elaborar uma narrativa com méritos para contribuir à historiografia local.

Para que isso tenha se tornado possível, é importante que o(a) leitor(a) entenda como chegamos até à escrita desse texto dissertativo narrando a jornada que foi/é narrar a história de um bairro e como esse trabalho dá cara e voz às pessoas. Faz-se necessário apresentar quem são os(as) personagens que me ajudam a refazer a História do São José, aquela não conhecida e pouco falada ou falada através de estereótipos e não de conhecimento substancial.

Tudo começou em 2006 quando eu era estudante do Ensino Fundamental II, antiga 7ª série, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor João José da Costa¹⁸, situada no Bairro da Torre em João Pessoa – PB. Nessa época, precisamente a partir de uma atividade da disciplina de Geografia, a qual consistia numa pesquisa sobre a história dos bairros em que os alunos e alunas da turma residiam, tive meu primeiro contato com a ideia de pertencer a um lugar, um espaço, a uma história.

Os estudantes, quase que majoritariamente, eram de outras localidades da cidade. Vinham de bairros como: Padre Zé, Mandacarú, Tambauzinho, Bairro São José, entre outros. Suponho que, por esse motivo, a professora organizou essa atividade, pela qual, além de abordar as questões geoespaciais, também seria possível conhecer as origens da

“fazer um História verdadeira” e sim estabelecer, através de evidências, uma visão sobre o nosso objetivo pesquisa para fins de conhecimento sobre uma perspectiva elaborada a partir de uma tímida documentação e das memórias dos(as) moradores(as) da comunidade.

¹⁸ Essa instituição tem uma relevância singular para o Bairro da Torre, pois acompanhou as transformações na paisagem urbana, buscando atender as demandas apresentadas não só pelos moradores da comunidade como também de oriundos de outras localidades, que buscavam nessa unidade escolar um ensino de qualidade, como era conhecido na época, e que atendesse as necessidades profissionais. Sobre a escola, consultar a tese (Doutorado) recém defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB, em 04 de dez de 2020, da pesquisadora Juliana Barros de Oliveira, intitulada: *“A Escola Entre-Vista: Uma análise das Interdependências entre a Escola Estadual Professo João José da Costa e o Bairro da Torre (1984-2019)”*.

turma e, por conseguinte, entender quais os motivos que os levaram a serem matriculados na instituição.

No contexto da época, primeira década do corrente século, com o avanço da informatização dos espaços como escola, *lan house* e a própria rede tele móvel de comunicação, a ferramenta utilizada para a realização dessa pesquisa foi a página da Wikipédia na internet que se apresentava como eficaz no que tange à disposição de informações a respeito dos aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos dos bairros da cidade de João Pessoa.

Ao consultar a página na busca de encontrar informações sobre o bairro São José, no qual residia, me deparei com a seguinte definição: “espaço caracterizado por problemas socioeconômicos e por constantes assaltos e tráfico de crack”¹⁹. Essa definição me instigou a pesquisar sobre outro bairro próximo, o de Manaíra. Logo percebi que, apesar da proximidade espacial entre os dois bairros, a descrição que a mesma página trazia sobre o bairro de Manaíra era colocada com riqueza de detalhes, além disso, a pesquisa não relacionava os bairros mesmo diante da contiguidade entre eles, tampouco informava que estavam separados apenas pelo Rio Jaguaribe. Tal constatação nos fez perceber que as informações construídas e apresentadas pela página de ambos os bairros deixavam às claras suas principais diferenças, além do mais fortaleciam a “visibilidade negativa” e me faziam compreender a necessidade de entender meu lugar de origem.

A invisibilidade, que significa não dispor de recursos básicos como posse da terra, saneamento básico adequado e equipamentos de uso coletivo, por exemplo, área de lazer e esporte, escola, unidade de saúde, leva, entre outras coisas, à naturalização do preconceito e da intolerância que se alastra por meio dos meios de comunicação de massa. Por parte desses mesmos que inviabilizam as formas de viver no bairro São José também há um movimento de “enaltecer” ou tornar evidente a problemática que envolve a questão da venda de entorpecentes que é observada no interior da comunidade como prática exclusiva e que norteia a vida todos(as) os(as) moradores(as) fazendo com que seja criado um confronto forjado entre o poder público e os tidos “cidadão de bem” versus comunidade

¹⁹ Importante frisar que atualmente não existe na página da Wikipédia a utilização dessa definição até porque não existe também nada relacionado ao bairro São José na plataforma a não ser a informação, desatualizada, da quantidade de habitantes da região no conteúdo intitulado: *Lista de bairros de João Pessoa*, disponível em: [https:// pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Jo%C3%A3o_Pessoa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Jo%C3%A3o_Pessoa) acessado em 18 dez de 2020.

“problemática” Outrossim, em relação ao tráfico e consumo de drogas ilícitas, as complexas relações entre segmentos de moradores do São José e de bairros vizinhos de mais alta renda passam ao largo de muitas falas.

Desta feita, a relação entre invisibilidade e visibilidade negativa da comunidade se dá, por um lado, pela falta de incentivo por parte dos gestores locais, que acabam mantendo uma relação superficial com os(as) moradores(as) objetivando, em suma barganhar votos em período eleitoral e, por outro lado, pelo discurso e práticas degradantes associadas à marginalização da população local demonstrando claramente que é mais “cômodo” jogar luz sob as chagas da comunidade do que propor políticas públicas em educação, saúde e moradia que impactariam diretamente nas vidas das pessoas da região.

Logo após a experiência dessa pesquisa fiquei impactado, pois, a história da comunidade em que eu nascera e morava estava “na internet”, apresentada como uma verdade absoluta para quem não vivia lá, porém em uma perspectiva no mínimo questionável ou duvidosa para os(as) moradores(as) do bairro. Senti que as fontes e as informações presentes na pesquisa evidentemente desconstruíam a minha realidade, negavam a minha dignidade e inibiam a possibilidade de uma narrativa aproximada da realidade vivida por todos os sujeitos que se constituíam e traçavam a história e a memória da minha comunidade.

Essa, que eu acabei classificando como uma “visibilidade negativa”, sempre foi algo latente, até porque se nota uma ferrenha campanha midiática pejorativa, por parte de alguns veículos de imprensa, que impõem aos moradores(as) a posição de coadjuvantes da história, associando-os com muita ênfase às narrativas de discriminação e violência. Esse limite contribuiu para impedir, ao longo dos anos, que esses sujeitos tivessem a oportunidade de elaborarem suas próprias histórias e memórias que, sem dúvidas, contribuem positivamente na estruturação da comunidade.

Anos mais tarde, em 2011, já graduando no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Paraíba, a reflexão sobre a relação com a comunidade em que eu moro mais uma vez veio à tona. Além da análise do filme *Narradores de Javé*, já mencionada anteriormente, uma outra experiência muito importante na minha trajetória acadêmica que, sem dúvidas, impactou fortemente na escolha do meu objeto de pesquisa que vem desde o período da graduação, foi ter sido voluntário no

projeto de extensão intitulado *Subindo a Ladeira: Educação patrimonial e ensino de história através da arte* entre os anos de 2013 e 2016.

Tínhamos por objetivo desenvolver ações relacionadas ao ensino de história e educação patrimonial com um grupo de crianças matriculadas na Escola Estadual Padre João Félix que fica na comunidade do Porto do Capim, Varadouro. Através da música, dança e do teatro incorporávamos elementos da experiência cotidiana dos(das) estudantes, de modo a possibilitar a todos(as) um melhor conhecimento de sua própria realidade, haja vista que suas famílias vinham enfrentando o “fantasma da remoção²⁰” com a implementação do PAC – Cidades Históricas.

Uma outra ação do PAC que visava intervir nas comunidades próximas ao rio Jaguaribe removendo as famílias e construindo conjuntos habitações em regiões distantes realizou-se no bairro São José onde um setor foi totalmente removido e havia a promessa de isso acontecer em toda a comunidade, sem muito diálogo e clareza em relação ao projeto, da mesma forma que eu tinha observado quando desenvolvia as atividades do projeto com as crianças da comunidade do Porto do Capim.

Sendo oriundo desse contexto, como morador do São José e diante da necessidade de discutir essa temática sobre história local, no ano de 2017 surgiu a oportunidade de desenvolver estudos sobre ela. Assim, elaborei o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *ENTRE BECOS E VIELAS DO BAIRRO SÃO JOSÉ: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS*, sob orientação da professora Regina Célia Gonçalves, o qual foi ancorado na perspectiva dos “de baixo” e com significativo lastro na história oral. Esse estudo considerou seriamente as opiniões dos moradores e moradoras sobre o processo histórico de formação da comunidade, criando condições para compreender como esses processos de permanências e rupturas eram interpretados. Após a apresentação do trabalho de conclusão

²⁰ O projeto de “revitalização” proposto pelo governo municipal não contava com a participação dos(as) moradores(as) do Porto do Capim. Com o discurso de que a região simbolizava o marco zero da criação da cidade, o projeto visava contemplar o turista com a construção de uma grande área para eventos e esvaziava a comunidade dos seus moradores, os quais davam organicidade a localidade. Esse sentimento de medo desse “fantasma da remoção” volta e meia rondava as famílias e foi assunto nas oficinas do projeto trazido pelas crianças e que deu origem a um experimento cênico intitulado: *PARE, OLHE, ESCUTE! Aqui tem GENTE* encenado pelos(as) estudantes com o apoio da equipe do projeto. Atualmente, em 2021, a comunidade ribeirinha do Porto do Capim, já municiada dos seus direitos, dialoga com o poder público local para que seja executado um projeto para área que contemple os moradores e a proposta municipal que visa contemplar o mercado do turismo, porém ainda não chegaram em um acordo.

de curso houve a ampliação das possibilidades de pesquisa tendo o bairro São José como objeto de análise e, nesse sentido, houve o prosseguimento destes estudos, em nível de mestrado, na perspectiva de aprofundamento de nossa pesquisa, que deve apontar outros elementos para melhor uma compreensão do tema e ampliar a sua abrangência.

Ao longo do primeiro ano de mestrado, cursando as disciplinas, fomos estabelecendo o plano de trabalho, consultando os arquivos, montando os roteiros, fazendo os contatos com os possíveis entrevistados e entrevistadas para a nossa pesquisa, enfim tudo se encaminhava para o que tínhamos idealizado no projeto de pesquisa apresentado na seleção para adentrar ao programa, com leves alterações, mas mantendo a linha mestra traçada anteriormente. Até que, no dia 26 de fevereiro de 2020, foi noticiado pela imprensa escrita e falada o primeiro caso confirmado de infecção por covid-19 no país e dias depois os casos na Paraíba começaram a fazer parte da estatística nacional.

Com isso as autoridades locais acertadamente, já no mês de março de 2020, decretaram emergência recomendando o fechamento de todos os locais públicos e privados que possibilitassem aglomeração de pessoas haja vista que o vírus Sars-Cov-2, mais conhecido como coronavírus, se propaga através das gotículas de salivas e contatos como apertos de mão e abraços. Tais medidas foram adotadas justamente por recomendações dos profissionais de saúde para que se pudesse frear contágio.

Pois bem, estávamos todos(as), pesquisadores(as) num inesperado pesadelo sem qualquer perspectiva de fim. Com os arquivos da cidade fechados, como iríamos consultar as fontes para darmos continuidades aos nossos trabalhos? No nosso caso em específico que trabalhamos também com a fonte oral, como aconteceriam as entrevistas já que, por recomendação do Ministério da Saúde, os idosos faziam parte do grupo de risco ao vírus e deveriam ser mantidos em segurança, pois as chances de contrair a doença e conseguir vencê-la eram pequenas?

Estava posta, portanto, uma pandemia assustadora que impactava a sociedade causando mortes, deixando sequelas e problemas mentais e confesso que não foi, e nem está sendo até a escrita desse texto, nada fácil enquanto pessoa/pesquisador. Os meses foram se passando e a espera da vacina era a única esperança de que dias melhores viriam e, nesse cortejo, tivemos que reorganizar as ideias, os métodos, os contatos visando prosseguir com a pesquisa até onde fosse possível.

Aqui se faz importante apontar também a relevância de uma atividade realizada ainda em 2019, quando tive a oportunidade de participar da equipe de pesquisadores(as) voluntários(as) do curso de História da UFPB²¹ para realizarmos a catalogação de parte dos documentos do século XIX encontrados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de João Pessoa (AHCMJP) a partir de uma ficha elaborada pelo grupo. Esse catálogo preliminar teve, como intento, compor um registro da ordem em que os documentos estavam e formar um quadro geral das temáticas da documentação. Atualmente, o projeto avança de maneira restrita em função das limitações decorrentes da pandemia.

O contato com os documentos e seu manuseio, uma experiência inédita para muitos, trouxe oportunidades que nos estimularam a compor uma oficina pedagógica de História a partir dessas fontes, aliando atividades de pesquisa e ensino, considerando, inclusive, a negação da dicotomia entre professor e pesquisador, que tantos danos causam à nossa formação. Ela foi denominada “*Que histórias nos contam os velhos papeis da Câmara Municipal?*”: uma experiência didática com uso de documentação escrita e outras fontes em História”, realizadas em alguns eventos acadêmicos e da ANPUH-PB e em disciplinas dos cursos de Arquivologia e História da UFPB.

Foram aproximadamente 64 horas de oficinas ministradas como o objetivo discutir a importância da documentação camarária, neste caso a disponível na Câmara da cidade de João Pessoa, PB, desde o processo de higienização e restauro, até à apresentação e o debate de diversos temas que tais documentos apresentavam como abastecimento de água na cidade, conservação de pontes e estradas, cultura política regional, nacional e internacional, contratação de médicos e professores de primeiras letras, festejos religiosos, vida econômica, dentre outros, considerando a potencialidade metodológica dessas fontes

²¹ A equipe teve a coordenação do prof. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (DH-UFPB) e faz parte de um Grupo de Pesquisa denominado Saberes Históricos: Memórias, Patrimônios e Educação Patrimonial. Conta a participação de dois estudantes de pós-graduação de História da UFPB, Cássio Geovani da Silva e Lucas Gomes Nóbrega (já egresso), e alunos de graduação de História da UFPB: Aldenize da Silva Ladislau (atual Mestranda no PPGH-UFPB), Helton Cabral de Medeiros, José Wilker Martins Marinho (egresso), Laís Wanderley Felipe (egressa), Leoneide Maria de Freitas Pereira, Lucas Silva Diniz, Maria das Graças Lins Antes (egressa) e Reginaldo Ferreira da Silva Neto (atual Mestrando no PPGH-UFPB). Nos semestres seguintes, através de Oficinas, em novas disciplinas da Graduação e do PPGH outros estudantes tiveram ocasião de entrar em contato com a referida documentação e realizar atividades de iniciação à pesquisa documental.

históricas e propondo a produção de materiais de uso didático para compor aulas em modelo de oficinas de Ensino de História.

Tal atividade, que também foi desenvolvida no meu estágio docência, na disciplina de Metodologia II, do curso de História da UFPB (semestre 2019.1), demonstrou a importância dos acervos para além da exploração habitual na relação pesquisador e fonte, sendo possível perceber que o contato com os documentos permitiu a compreensão a respeito do ofício de um historiador, bem como oportunizou a reflexão acerca não só sobre temas históricos, mas o do fazer história algo fundamental para a expansão do conhecimento para toda a sociedade.

Fotografia 1 - Registro do manejo da documentação camarária no arquivo central da UFPB.



Fonte: JOAQUIM NETO. *Registro do manejo da documentação camarária no arquivo central da UFPB*. Revista UFPB.BR, Ano III, número 7 – Jul/dez – 2019.

Partiu dessa experiência a ideia de usar a documentação da AUMBSJ como parte do objeto da nossa pesquisa. Considerando que aproximadamente 90% dos nossos entrevistados e entrevistadas faziam parte do grupo de risco para a covid e ainda não

existiam alternativas viáveis para sanar esse problema, resolvemos somar as entrevistas já realizadas, o acanhado material, numericamente falando, que encontramos no arquivo da Associação. Foi assim que entramos em contato com o atual presidente que prontamente autorizou a ida ao acervo para primeiramente observar o estado dos documentos e *a posteriori* dar início a execução da pesquisa.

Fotografia 2 - Documentos antes do processo de limpeza e catalogação.



Fonte: CÁSSIO SILVA. *Documentos antes do processo de limpeza e catalogação*. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José, João Pessoa/PB. Fotografia tirada em agosto de 2020.

Como visto na fotografia acima encontramos na sede da Associação essas pastas que estavam acondicionadas de forma inadequada dentro de um armário bastante enferrujado, o que levou à deterioração de uma parte considerável da documentação que inclusive deixou de ser analisada neste trabalho, visto o estágio avançado de descaso observado a partir da análise dos documentos encontrados. Em 31 anos de existência apenas uma parte dos documentos se encontram no arquivo da Associação dos Moradores do Bairro São José, esses, em maioria foram produzidos entre os anos de 1981 e 1984. Levando em consideração o nosso recorte cronológico, 1981 à 1989, e o que se encontra disponível enquanto documentação pode-se afirmar que, dentro de um universo maior, o que se tem de fontes escritas da Associação giram em torno de 30% do que foi produzido durante todos esses anos.

Isto posto, fizemos os procedimentos de catalogação e organização da documentação disponível considerando que era um arquivo pouco acessado onde muitos documentos estavam em mal estado de conservação devido a mudanças no espaço, danos causados por pela umidade e extravio por parte de gestões anteriores. Foram encontrados ofícios, correspondências, comunicados, atas, livros de gastos e fotografias em maioria do período dos anos de 1980, o que acabou também corroborando para que determinássemos que o recorte temporal de nossa análise se adequasse ao que estava disponível através da documentação.

Nesse caso, julgamos necessário o intercruzamento da documentação da Associação dos Moradores do bairro São José com algumas informações e percepções provenientes de entrevistas feitas em 2017 e de outras, que a essa altura da pandemia, momento em que escrevo esse parágrafo, conseguimos realizar devido ao avanço da vacinação. Essa combinação norteou e deu novo sentido ao objetivo da nossa pesquisa que, mesmo sofrendo tais alterações, mantém seu caráter acadêmico e social, à medida que pretende contribuir para a discussão da história local.

Sem sombras de duvidas o êxito dessa pesquisa se deu por diversos fatores, todavia, o mais importante foi a participação de moradores e moradoras do bairro São José que se dispuseram, a partir de suas memórias, nos contar o que consideravam mais relevante e ao mesmo tempo em que recordaram as experiências vividas²², seja no âmbito individual ou coletivo, se apresentaram como sujeitos construtores e participantes da História e, nesse sentido, é muito significativo que você leitor(as) conheça os personagens que nos ajudaram a narrar essa trajetória.

Ana Maria da Silva Carneiro, conhecida como *Ana*, tem 56 anos, natural de da cidade do Recife – Pernambuco, mora na comunidade há 44 anos; ainda adolescente participou de grupos de jovens e atuou como professora no processo de ensino aprendizagem de crianças na Beira Rio; funcionária pública aposentada e formada em contabilidade e atualmente ministra reforço escolar gratuito.

²² As entrevistas realizadas com Mirtes Anjos e Cássio Rodrigo, no formato remoto, tiveram um roteiro um pouco diferente das demais, até porque como eles não viveram no recorte cronológico em que nossa pesquisa se debruça, todavia, a proposta era tentar averiguar se o trabalho de luta e conquista da AUBR ainda reverbera atualmente no bairro São José.

Adélia Raimunda da Silva, conhecida como *Dona Adélia*, tem 81 anos, natural da cidade de Sapé, nascida na antiga Usina Santa Helena pertencente à família Ribeiro Coutinho; migrou para a cidade de João Pessoa – PB em busca de oportunidade de emprego visto que realidade rural da época, por volta dos anos de 1969, já não absorvia muita mão de obra como nos tempos “áureos”. Mora na comunidade há 43 anos, possui o Ensino Fundamental I incompleto, é também funcionária pública aposentada, tendo, por muito tempo, trabalhado na área da limpeza urbana da cidade.

Rita Maria de Jesus da Silva, conhecida como *Dona Rita*, tem 71 anos, natural da cidade de Cerro Corá, Rio Grande do Norte, mora na comunidade há 47 anos, possui o Ensino Fundamental II incompleto, tem como principal ocupação lavar e passar roupas na própria casa e ainda trabalha 2 vezes por semana como diarista. Outra atividade desenvolvida por ela é a fabricação de sabão ecológico junto a uma Associação criada há 12 anos em parceria com outras mulheres. Também participa do Sindicato de Empregadas Domésticas de João Pessoa atuando como diretora e representante das domésticas na Rede Nacional que discute a questão do trabalho das domésticas.

Maria da Conceição Santos da Silva, conhecida como *Mara ou Mariinha*, tem 61 anos, natural do município de Brejo do Cruz, localizado na microrregião de Catolé do Rocha – Paraíba/PB, mora na comunidade há 48 anos, possui o Ensino Fundamental II completo, é filha do casal Zé Belarmino e Dona Iracema que tiveram um papel de suma importância na organização dos primeiros anos de ocupação da Beira Rio. Fez parte do primeiro grupo que geriu a Associação de Moradores na condição de secretária e foi uma das primeiras professoras da comunidade e atualmente, aposentada, se dedica aos afazeres do lar.

Maria da Guia Raimunda da Silva, conhecida como *Da Guia*, é natural do município de Sapé – PB filha da nossa também entrevistada *Dona Adélia*. Tem 59 anos, e é funcionária pública municipal. Mora na comunidade desde 1978. Quando adolescente esteve envolvida com movimentos de jovens e assistência social, chegando a trabalhar como voluntária no projeto que, anos depois, deu origem à creche comunitária.

Mirtes Araújo Anjos, conhecida como *Mirtes*, tem 34 anos, natural da cidade de João Pessoa, reside na comunidade desde a infância. Participou de projetos pioneiros relacionados à educação, cultura e economia solidária e já fez parte da diretoria da

Associação dos Moradores em gestões passadas. Dentre as atuações, segundo ela, as mais importantes para o bairro em que ela esteve presente foi a articulação para a criação do Ponto de Cultura e do Banco Comunitário.

Cássio Rodrigo Soares dos Santos, conhecido como Dido, tem 29 anos, pertence a uma família tradicional da comunidade que tem vários dos seus membros envolvidos com grupos artísticos e culturais. É nascido na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, foi morar no bairro São José no ano de 2002 em função do retorno de sua família. É arquiteto e urbanista, formado pela Faculdade Internacional da Paraíba – FIPB²³ e atualmente, além de contribuir no debate sobre melhorias para o bairro, participa também de ações relacionadas ao universo do *grafitti*²⁴.

E por fim, temos *Paulo Marcelo de Lima*, conhecido por Paulo Marcelo, tem 65 anos, nascido em Caruaru – PE. Quando criança, mudou-se com a família para a cidade de Vitória de Santo Antão – PE para morar em uma terra cedida. O mais velho dos 11(once) filhos, aos 17 anos vivenciou o processo de expulsão da família da terra onde moravam, foi quando interrompeu os estudos e foi à procura de uma atividade remunerada para ajudar na manutenção dos demais familiares; passou então a trabalhar na construção civil. Depois de passar por várias cidades do nordeste a trabalho, no mês de julho de 1976 chegou a João Pessoa para trabalhar na construção do conjunto habitacional conhecido por Conjunto do INPS, vizinho ao conjunto Habitacional João Agripino. Casou-se e fez sua moradia na região do atual bairro de Altiplano onde também foi trabalhar na construção de casas. No ano de 1980, a convite dos familiares de sua esposa ele foi morar na Beira Rio no mesmo ano em que foi fundada a Associação. Como já tinha “fama” de luta por direito dos trabalhadores visto que, em determinadas situações, assumiu o protagonismo em reuniões e atos organizados nos canteiros das construções por onde ele andou trabalhando, ao chegar à comunidade começou a discutir o contexto social em que estavam inseridos os(as)

²³ Em sua monografia intitulada *PARQUE LINEAR PARA LAZER E CULTURA NO BAIRRO SÃO JOSÉ*, Dido propõe um anteprojeto para a comunidade com o objetivo, segundo ele, de promover a inclusão social dos moradores e moradoras, a partir da construção de áreas de lazer, cultura e esporte, além de promover a educação ambiental local, visando preservar, reflorestar e impedir a poluição e descarte de esgoto e lixo, ao menos na área da intervenção.

²⁴ Um exemplo é o apoio que ele presta ao Mutirão de Grafitti no Bairro São José, conhecido por *São Grafitti* que vinha sendo realizado anualmente desde 2019 produzindo murais com obras temáticas que estão espalhados por toda a comunidade.

moradores(as) da Beira Rio com vizinhos mais próximos o que logo despertou interesse das lideranças locais, que já estavam imbuídos do pensamento de se organizarem enquanto Associação e o convidaram para fazer parte do movimento inicial que anos depois o levou à assumir o cargo de presidente da instituição, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Lista dos Presidentes da AUBR e dos gestores municipais e estaduais durante a década de 1980.

Ano	Nome	Presidente da Associação	Prefeito da Cidade	Governador do Estado
1981	Associação União da Beira Rio (AUBR)	Alberto Mário Neves ²⁵	Damásio Barbosa da Franca ²⁶ (PDS) ²⁷	Tarcísio de Miranda Burity ²⁸ (PDS)
1982	Idem.	Alberto Mário Neves	Idem.	Tarcísio de Miranda Burity (PDS) Até maio Clóvis Bezerra Cavalcanti ²⁹ (PDS)
1983	Idem.	Paulo Marcelo de Lima	Idem.	Clóvis Bezerra Cavalcanti (PDS) Até março Wilson Leite Braga ³⁰ (PDS)

²⁵ *Alberto Mário Neves (falecido)* chegou à Beira Rio por volta do início do ano de 1970. Participou das lutas que antecederam à criação da associação se tornou posteriormente o primeiro presidente dela. Sofreu perseguição política por conta dos cargos que ocupou na Associação durante toda a década de 1980 chegando até a ser demitido das funções que exercia enquanto funcionário do DETRAN/PB. Tinha habilidades com o universo da comunicação o que fez com que ele ficasse também responsável pela elaboração de notas públicas, organização de festas, produção de conteúdo imagético e textos para serem publicados em jornais de circulação local.

²⁶ *Damásio Franca* (1918-1988), foi político local, tendo assumido em várias ocasiões a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Nomeado pelo então Governador Tarcísio de Miranda Burity, exerceu seu mandato de 1979 a 1985.

²⁷ Sigla do Partido Democrático Social, que havia sucedido a ARENA como base de sustentação partidária do regime militar.

²⁸ Governador eleito pelo colégio eleitoral e que manteve-se à frente do Executivo Estadual em duas gestões (1979-1982 e 1987-1991)

²⁹ *Clóvis Bezerra* (1911-2003), foi Deputado Estadual paraibano em várias legislaturas e Vice-Governador de Tarcísio Burity, tendo completado o mandato entre maio de 1983 e março de 1984, quando o titular renunciou para assumir a Deputação Federal, para a qual havia sido eleito em 1982.

1984	Idem.	Paulo Marcelo de Lima	Damásio Barbosa da Franca (PDS) (até março) Oswaldo Trigueiro do Valle ³¹ (PDS)	Idem.
1985	Idem.	Paulo Marcelo de Lima	Idem.	Idem.
1986	Associação Comunitária da Beira Rio (ACBR)	Paulo Marcelo de Lima	Antônio Carneiro Arnaud ³² (PMDB)	Wilson Leite Braga (até maio) Rivando Bezerra Cavalcanti ³³ Maio a junho. Milton Bezerra Cabral (PDS)
1987	Associação Comunitária do Bairro São José (ACBSJ)	Luiz Pereira da Silva ³⁴	Idem.	Idem (até Março). Tarcísio de Miranda Burity (PMDB)
1988	Idem.	Luiz Pereira da Silva	Idem.	Idem.
1989	Idem.	José Fernandes Ferreira ³⁵	Wilson Leite Braga (PFL)	Idem.

Lista dos Presidentes da AUBR e dos gestores municipais e estaduais durante a década de 1980. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José, João Pessoa/PB. Elaborado em ago. de 2020.

³⁰ Wilson Braga (1931-2020) exerceu diversos mandatos de Deputado Estadual e Federal e em 1982 foi eleito Governador da Paraíba, tendo exercido sua administração entre 1983 e 1987.

³¹ Oswaldo Trigueiro (1935) foi nomeado Prefeito Municipal pelo Governador Wilson Braga, tendo exercido sua gestão entre 1983e 1986.

³² Carneiro Arnaud (1930), é Médico e político paraibano, tendo exercido diversos mandatos como Deputado Federal e sido eleito Prefeito da Capital em 1985, tendo exercido sua administração entre 1986 e 1989.

³³ Presidente do Tribunal de Justiça exerceu a função de Governador do Estado por conta da renúncia do então governador Wilson Leite Braga e do seu vice para concorrer ao Senado Federal do Brasil.

³⁴ Luiz Pereira da Silva, presidente da Associação num período intenso das discussões a respeito da formalização da Beira Rio que passou a ser denominada Bairro São José. Também morador participante do processo de autoconstrução da comunidade, tinha uma conduta de dar continuidade às ações das gestões anteriores das quais contribuiu enquanto associado.

³⁵ José Fernandes Ferreira, teve um mandato marcado pelo desmonte das lideranças que existiam no interior da Associação. Muitos mudaram-se para outros bairros da cidade e a própria dinâmica da instituição mudou, onde lia-se espaço propositivo passou a ser um espaço para a realização de festas particulares e também efetivamente usado para distribuição de pães e sacos de leites a famílias da comunidade por meio de tíquetes, o projeto “Pão e Leite” foi uma política social iniciada na gestão do então presidente José Sarney entre os anos de 1985 e 1990 e retomado durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. No estado da Paraíba, o projeto foi executado durante anos e atualmente foi transformado em um “vale alimentação” com o intuito de transferência de renda para as famílias em vulnerabilidade social.

Em 2 (dois) mandatos, somando 4 (quatro) anos, Paulo Marcelo pode liderar um movimento que intensificou o processo de elaboração da identidade coletiva a respeito da Associação, bem como atuou veementemente no enfrentamento de situação bastante complexas que foram: o caso do conflito causado pelas ações de cunho político e partidário realizadas pela FUNSAT, sob liderança da então primeira dama do Estado Lúcia Navarro Braga (na gestão Wilson Braga) e o enfrentamento das questões oriundas do desastre da queda da barreira que vitimou os(as) moradores(as) da Beira Rio.

Se, na monografia, foi abordada a contribuição das memórias dos moradores e moradoras para o entendimento da formação do bairro São José, aqui formulamos a hipótese de que a Associação da então favela Beira Rio, desempenhou um papel importante na organização do projeto que elevou a comunidade ao *status* de Bairro, e, com isso, podemos supor que tal ação impacta diretamente no sentimento de pertença por parte dos moradores e moradoras.

Certamente, o protagonismo das memórias não deixou a cena e continuou tendo papel substantivo na nossa pesquisa, mas dialogou com as fontes escritas/visuais produzidas pela Associação durante toda a década de 1980, trazendo à luz outras questões que buscam trazer novos elementos à compreensão do processo de formação e consolidação do bairro São José. Dessa maneira, respondendo aos desafios de pesquisar durante uma pandemia, ampliamos o escopo de nossas fontes originais, mantendo íntegras as nossas intenções originais, mas redimensionando alguns procedimentos e questões, de maneira a cumprir nossos objetivos.

Assim sendo, após apresentarmos os(as) nossos(as) *personagens*, passamos, a partir de agora, a desenvolver o nosso *enredo* de início recorrendo ao universo mais amplo que corresponde à cidade de João Pessoa e seu processo de desenvolvimento urbano que, em grande medida, ocasionou uma segregação espacial e social que pode ser vista até os dias atuais e continua a ser um desafio para as atuais e futuras gerações. Depois de situar esse processo, consideramos o mesmo como a gênese dos problemas estruturais da cidade que geraram a ocupação dos espaços desprovidos de estrutura e ocupados por populações em grande medida empobrecidas como é o caso da Beira Rio onde está localizado o nosso objeto de pesquisa. Começemos.

1.2. APAGAMENTOS E SILENCIAMENTOS NA HISTÓRIA DE UMA CIDADE.

Nos primórdios de sua formação espacial a cidade de João Pessoa, fundada em 1585 com o nome de Felipéia de Nossa Senhora das Neves³⁶, apresentava características latentes do urbano da cidade com elementos do rural. Nascida às margens do rio Sanhauá obedecendo a lógica de Portugal, à época sua metrópole; que, no contexto do sistema colonial, buscava atender aos interesses econômicos do mercado externo fornecendo matéria-prima, a cana-de-açúcar, e mão de obra.³⁷

Seus habitantes estavam situados na parte baixa, mais conhecida como Varadouro³⁸, à margem direita do rio Sanhauá, onde predominavam as atividades comerciais e, na parte alta, onde estavam localizados os órgãos administrativos, religiosos, culturais e as residências da dos grupos dominantes locais. Essa parcela da população formada por senhores de engenho e fazendeiros, bem como comerciantes e burocratas de alto escalão, que ocupavam o centro da cidade com suas casas e sobrados, durante os

³⁶ A capital do Estado depois de ter sido denominada como *Nossa Senhora das Neves* (5 de Agosto de 1585), *Filipéia de Nossa Senhora das Neves* (29 de Outubro de 1585), *Frederica* (Dezembro de 1634), *Parahyba* (em 1 de Fevereiro de 1654), com o retorno do domínio português, recebendo a mesma dominação que teve a Capitania e logo depois a Província e, mais tarde, o Estado, recebeu o nome de *João Pessoa* em 4 de Setembro de 1930, por homenagem ao Presidente do Estado assassinado em Recife. (MEDEIROS, 2012)

³⁷ Cabe ressaltar que, para além dessa perspectiva de análise que trata da história da evolução da cidade de João Pessoa de forma mais tradicional, surgiram nas últimas décadas, resultado da ampliação dos programas de pós-graduação nas áreas de História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo (Ciências Sociais, Engenharia Civil, Meio Ambiente...), pesquisas e estudos a respeito de “itinerários alternativos”, que estabelecem um discussão que extrapola a questão do patrimônio edificado permitindo aproximar-se, por exemplo, do cotidiano das camadas menos favorecidas que habitaram a cidade desde sua fundação. (GONÇALVES, 2016, p.68-69)

³⁸ Segundo o dicionário online de Português a palavra Varadouro significa: *Lugar onde se fazem encalhar os navios para limpeza, reparos etc.* No caso pessoense a região do Varadouro representa o marco zero da fundação da capital, onde teria sido firmado o acordo de paz entre os índios tabajara, na pessoa do cacique Piragibe, e os portugueses. O movimentado ancoradouro passou por várias transformações das quais a mais conhecida foi promovida na gestão de Epitácio Pessoa, paraibano, então presidente da República do Brasil. O insucesso da construção do porto do Varadouro ocasionou desde desastres ambientais, assoreamento do rio e desmatamento do mangue, à desvalorização da área por parte do poder público e dos habitantes da cidade. Atualmente os moradores(as) da comunidade ribeirinha do Porto do Capim, descendentes dos antigos trabalhadores da região em conjunto com professores e estudantes da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, desenvolvem ações de cunho educativo visando o resgate histórico da região, a construção do entendimento de pertencimento e resistência atrelado a valorização da cultura local, a exemplo dos projetos de extensão: *Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História Através da Arte e Rolezinho do Porto do Capim - Cultura e Protagonismo Juvenil.*

séculos XVII e XVIII, passaram a exigir novos serviços para o acesso às novas tecnologias e serviços urbanos, demandando ao poder público local ações efetivas que acabaram determinando a valorização da região em detrimento de outras porções da cidade. Via de regra, tal como em diversas cidades brasileiras, essa onda de inovações não contemplava as populações trabalhadoras, geralmente desalojadas de seus lugares tradicionais de moradia quando esses eram incluídos nessas operações de inovação.

Desprovida de uma infraestrutura adequada somada a um aumento populacional considerável, a cidade da Parahyba passou a ter complicações no que tange à questão sanitária. Obras de melhorias haviam sido iniciadas nesse sentido, como exemplo as reformas executadas por Henrique de Beaurepaire Rohan³⁹, presidente da província que, em meados da década de 1850, propôs o primeiro ordenamento urbano para a cidade, porém não suficiente para as demandas postas. Tais benfeitorias, nas décadas subsequentes, acabaram sendo resultantes das intervenções higienistas que se amparavam em normas e regulamentações locais com o objetivo de disciplinar o uso do solo pelos seus habitantes.

A questão da higienização toma proporção importante nas discussões provinciais visto que a expansão e modernização da cidade requereriam regras para o uso do espaço e da vivência social. Usando o argumento de livrar a população de epidemias de gripe, febre amarela, varíola, pneumonia ou tuberculose, o poder público com o auxílio de engenheiros, médicos e delegados de polícia, passou a coibir a permanência da população mais empobrecida na área central da cidade, predominantemente ocupada pela elite, levando-a para as áreas mais periféricas onde os critérios de higienização eram, em parte, menos rigorosos. A legislação brasileira no que tange o tratamento das cidades e da vida urbana particularmente durante a primeira metade do século XIX, o período imperial do Brasil, vai

³⁹ Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan (1812-1894) depois de ter governado as províncias do Pará e Paraná, foi designado Presidente da Província da Paraíba, tendo assumido o cargo no dia 9 de dezembro de 1857. Quando esteve à frente dos destinos da Paraíba abriu estradas no interior, distribuiu arados e sementes com os agricultores, estimulou a cultura do trigo em alguns municípios e introduzindo também o plantio do café no Estado. Na capital, disciplinou a abertura das ruas, fazendo a planta da cidade; fundou a Biblioteca Pública e o Jardim Botânico; criou o Cais do Varadouro e o Matadouro Público e para “evitar que as moças tivessem o seu horizonte limitado ao oratório, sala de jantar e cozinha” fundou o Colégio das Neves, 1º educandário destinado às moças da capital; pensando no futuro dos rapazes, criou as escolas industriais. Beaurepaire Rohan deixou o governo da Paraíba no ano de 1859. Fonte: <http://www.ihgp.net/memorial5.htm>. Acesso em 14 mai de 2021.

subsidiar a redefinição, criação de normativas e até mesmo as novas formas de viver/morar nas urbes com a alterações no tratamento da terra tanto rural como urbana.

O Código de Posturas de 1830⁴⁰, elaborado pela Câmara Municipal da Província da Parahyba, já havia determinado a extinção das habitações consideradas insalubres⁴¹, uma vez que a presença delas preocupava o poder local na efetivação do processo de modernidade da cidade. Essas habitações, em sua maioria, pertenciam aos pobres, “os operários, estivadores, arrumadores, cabeceiros, prostitutas e mendigos” que “eram vistos pela burguesia local como uma ameaça da ordem moral e de transmissão de doenças”. (NASCIMENTO, 2012, p.60)

As determinações do Código de Posturas incidiam diretamente sobre várias questões pertinentes à habitação urbana tais quais:

[...] A estrutura das casas deveria ser de tijolos e cobertas de telhas, com janelas frontais e laterais dispensáveis à circulação do ar e entrada de raios solares. [...] As residências ainda deveriam ser alinhadas uma às outras em relação ao limite da rua, e o proprietário ficava obrigado a fazer a manutenção das condições básicas de higiene, a exemplo de pintar a fachada externa pelo menos duas vezes ao ano, manter a frente as laterais limpas e não jogar lixo na rua, armazená-lo em depósito adequado, de forma que pudesse ser recolhido posteriormente. (CHAGAS, 2004, p. 165-166)

Em razão disso, por não se adequarem às normas citadas acima, várias moradias foram demolidas e aos pobres restou migrarem para as regiões mais distantes do núcleo urbano inicial que foram denominadas como periféricas. Essa legislação sanitária acabou assegurando aos grupos dominantes locais a estabilidade na cidade enquanto a população pobre acabou sendo afastada para localizações nos arredores. Essa a solução para os desprovidos do direito à cidade e para os migrantes que se estabeleciam em escala crescente na capital.

⁴⁰ Essas posturas municipais da cidade da Parahyba do século XIX podem ser encontradas em: Arquivo do Estado da Paraíba, Caixa nº 10, ano 1830.

⁴¹ Eram consideradas habitações insalubres casebres erguidos com barro, coberto com palha e de chão batido. O Código de Posturas foi um instrumento regulador de construção de casas no perímetro urbano e artifício para demolição de casebres e cortiços existentes na cidade da Parahyba em todo fim do século XIX e início do século XX.

As modificações urbanas, de melhorias e embelezamento, ocorridas na cidade da Parahyba, em quase todo século XIX, intensificaram a expulsão dos pobres da parte central para as áreas periféricas. Esse movimento foi o pontapé inicial para o desenho de um espaço urbano totalmente desigual evidenciando a contradição da ideia de modernidade por meio da expansão urbana que a cidade então vivenciava.

Segundo Nascimento (2012), esse movimento configurou-se da seguinte forma:

A primeira tendência [...] eram os limites da cidade, ao longo das saídas, nas estradas para o interior, para Penha e para a Praia de Tambaú, onde havia uma aldeia de pescadores. [...] A segunda tendência [...] foi a ocupação de um “bairro” delimitado ao norte pela Rua do Fogo, ao sul pela Rua Imperatriz, a leste pela Rua dos Quintais e a oeste pela Rua do Quartel, localizado entre a atual avenida Guedes Pereira e Rua da República. [...] As proximidades da lagoa [...], por ser uma área insalubre, eram consideradas inabitáveis e por isso sua ocupação é considerada a terceira tendência dos pobres e dos casebres de palha. (NASCIMENTO, 2012, p. 62-63)

Ao passo que a cidade crescia, essa população ia sendo deixada cada vez mais à margem intensificando o processo de segregações, dentre elas a social. O que antes era pura imposição do Código de Posturas passa a ser uma intervenção pública incisiva que acabava favorecendo as áreas da parcela mais abastada da cidade. Porém, os empobrecidos não deixaram de fazer parte da vida urbana local demandando do próprio poder público espaços para poderem usufruir desse progresso urbano.

Como sabiam que a classe trabalhadora era responsável pela produção e reprodução de capital no espaço central urbano (CHAGAS, 2004, p. 173), poder público local junto com médicos e equipes da Repartição de Higiene da cidade recomendavam para a moradia das classes mais pobres locais onde fosse possível aplicar a disciplinarização e a ordem conforme previa as determinações do Código de Posturas, a exemplo da região onde ficavam localizadas as ruas *da Raposa e do Melão*⁴² que se tornaram locais de moradias dessa população, como a condição de construírem suas casas de tijolos e as cobrissem com telhas obedecendo assim às regras impostas.

⁴² Apesar de terem sido indicadas pelos médicos e fiscalizadores de higienização da cidade para a construção das casas para as pessoas da classe trabalhadora essas ruas não apresentavam nenhuma infraestrutura urbana, a exemplo de calçamento, água encanada, iluminação elétrica e esgoto sanitário. (CHAGAS, 2004, p. 173)

Mesmo sendo negligentes em relação à infraestrutura dessa localidade, as autoridades sanitárias consideravam que alocando ali os pobres que chegavam à Capital e os trabalhadores muitos deles, operários, estivadores, arrumadores e sapateiros, iriam evitar a disseminação de doenças, facilitando a profilaxia caso surgisse alguma epidemia, como também tal determinação não afetaria os serviços prestados por essa população visto que as ruas destinadas a esses grupos ficavam próximas ao Porto do Capim, à Alfândega, aos Armazéns e à Estação Ferroviária locais propriamente tidos como *de trabalho* na dinâmica da cidade da Parahyba⁴³. (CHAGAS, 2004, p.173)

Uma outra parte da classe trabalhadora, na ausência de condições para construírem suas casas nas ruas previamente definidas, as quais nos referimos acima, se deslocaram para os arrabaldes de Cruz das Armas, Cruz do Peixe, Jaguaribe, Roger e Torre cumprindo assim o que determinavam autoridades políticas e sanitárias da época através dos códigos e leis “afastando-os, vigiando-os e domando-os”. (CHAGAS, 2004, p. 164).

Nessa organização espacial não podemos nos esquecer das populações que ocupavam as atuais áreas praianas de João Pessoa e Cabedelo. Sobre elas, os dados disponíveis são muito escassos, mas há evidências da presença de moradias de pescadores, pequenos comerciantes e outros agentes sociais, cujas vivências foram praticamente riscadas da história maior da cidade. Relatos como o do missionário Daniel P. Kidder, que passou por Tambaú em 1839, ou a memória de Coriolano de Medeiros em “Tambiá da minha infância”, mesmo que eivados de valores próprios de seus autores, mostram a ténue presença dessas pessoas, cujas histórias “invisíveis” estão para ser contadas⁴⁴.

Também encontramos na dissertação de Vasconcelos Filho (2003) breves menções à presença dessa população litorânea anterior ao grande processo urbanizador. A história dessas regiões e seus moradores foram como que “tragadas” pela voragem do crescimento

⁴³ CHAGAS (2004, p. 176) destaca o final da *Rua da República* como um outro espaço no perímetro urbano destinado à classe trabalhadora na cidade da Parahyba em 1932. Lá se alocaram operários especializados em mecânica e elétrica, muitos operadores de máquinas, condutores dos bondes e maquinistas que com recursos próprios construíram suas casas que compunham, mesmo sem ser, uma espécie de Vila Operária.

⁴⁴ As antigas comunidades de pescadores ou outros residentes das áreas praianas, que tinham suas moradias e construíram capelas em áreas praianas, como Santo Antônio, São Gonçalo, Nossa Senhora dos Navegantes (cujas ruínas chegaram a ser tombadas em 1938 pelo IPHAN, mas desapareceram), foram praticamente riscadas do mapa urbano.

urbano. Como mostrou Kidder, a paisagem de Tambaú da quarta década do século XIX está bastante longe de lembrar a atual, onde asfalto e concreto avançam pela orla da praia:

Por volta das 4 horas da tarde contornamos o Cabo Branco e, portanto, tínhamos Tambaiú, o nosso ponto terminal, a cerca de uma légua à nossa frente. [...] Desembarcamos logo e, ao indagar sobre a possibilidade de obter um animal, informaram-nos que aí se conseguiria com facilidade até vinte, se preciso fôsse. Todavia, parece que em toda povoação só havia um e mesmo assim nem ele nem seu dono se achavam na vila. [...] Logo depois veio sentar-se ao nosso lado, tomado de curiosidade, talvez, um rapazola de quatorze ou dezesseis anos [...] Ninguém da família sabia ler: contudo, a julgar pela casa que ocupavam na praia, parece que estavam em situação igual à de seus vizinhos. [...] Resolvidos a caminhar até a cidade conosco, nossos companheiros de viagem se ofereceram para transportar a bagagem, dividindo entre eles o preço que para isso lhes pagaríamos. [...] a-pesar-de viajarmos por uma estrada real, fomos diversas vezes obrigados a vadear cursos d'água. Logo que o caminho deixou de lado a areia movediça da praia e enveredou pela floresta a dentro, tornou-se muito agradável, conquanto não passasse de uma tortuosa vereda. (KIDDER, 1972. p. 114/115).

No âmbito da historiografia, e recuando a momentos mais recuados do ponto de vista temporal, essas populações também são vistas por óticas geralmente bastante depreciativas. Em obra coletiva mais recente sobre populações litorâneas e ribeirinhas, Castellucci Júnior destaca:

Durante toda a existência desses grupos socialmente distintos, principalmente a partir da formação do estado nacional no século XIX, o senso comum formulou alguns estereótipos um tanto quanto evasivos, atribuindo-lhes qualificações depreciativas a respeito das suas formas de sobrevivência [...]. Ancorados no discurso virtualmente disciplinador e pautados nas regras existenciais de universos diferentes, criaram imagens de sujeitos, trabalhadores – homens e mulheres – sem nenhum tipo de ambição, irremediavelmente condicionados a um estilo de vida “desregrado”, refratário à labuta diária, que priorizam bebedeiras nos bares, a disputa nos jogos de azar ou que passam a maior parte do tempo espreguiçados nas redes de balanço, sob a sombra dos coqueirais, historicamente contaminados pelos ventos da “maresia”; ou melhor, da letargia. (CASTELLUCCI JR. 2016. p. 31/32).

Nesse sentido, em estudo sobre a ocupação das zonas costeiras no Brasil, quando considera a proliferação das moradias mais abastadas à beira-mar e o fenômeno da

“segunda residência” (casas e prédios de veraneio), além das populações alijadas desse acesso, o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, aponta:

Tais populações sobrantes vão alojar-se no espaço urbano litorâneo exatamente nas áreas deixadas sem uso pelas outras atividades, geralmente áreas de grande vulnerabilidade e/ou proteção ambiental. No primeiro caso, pode-se lembrar as encostas íngremes e as zonas sujeitas a inundações, no segundo, as áreas de defesa de mananciais ou os manguezais. [...]. Enfim, estes amplos e crescentes segmentos marginalizados, continuamente alimentados pelo fluxo migratório descrito, vão ser responsáveis por outra das formas predominantes de manifestação da urbanização da zona costeira no Brasil. Trata-se do processo de favelização que, ao lado (nos dois sentidos) da segunda residência, vai compor a paisagem das periferias das grandes aglomerações e capitais litorâneas. Geralmente, as casas de veraneio ocupando os melhores sítios, e as favelas predominando nas áreas mais impróprias à ocupação. (MORAES, 1999, p. 40).

Observando essa zona costeira no período colonial, o mesmo geógrafo apontava:

Observa-se na zona costeira do Brasil, no fim do período colonial, a existência de cidades portuárias relativamente isoladas que se constituem em centros de uma produção local ou em pontos terminais de sistemas produtivos específicos do interior. [...] De resto, vastas extensões do litoral permanecem isoladas ou pouco ocupadas. Estas serão tradicionalmente áreas de refúgio de tribos indígenas e de escravos fugidos, que acabam por instalar pequenas comunidades envoltas em gêneros de vida rudimentares, voltados para o autoconsumo. Estas vão ser as origens das populações litorâneas “tradicionais” ainda hoje presentes em várias porções da costa brasileira (Idem. P. 34).

A partir, do século XIX a cidade, que já era denominada de Parahyba do Norte, começou o processo, ainda principiante, de expansão do núcleo urbano em direção ao litoral e ao sul onde existiam vários sítios (AGUIAR, 1993, p. 119-122). Alguns desses sítios pertenciam à bacia do Jaguaribe como o do Cabo Branco, do Imbiribeira e do Jaguaribe ou Jaguaricumbe e muitos deles foram divididos e originaram outros sítios que alcançaram o século XX, como é o caso do sítio *Santa Cruz de Boa Vista* parte da área onde se dará a ocupação que a posteriormente será conhecida como Beira Rio.

As feições da zona litorânea da atual João Pessoa até fins do século XIX corroboram o quadro apontado por Moraes, conforme já apontado por Kidder e reforçado

pela descrição de Coriolano de Medeiros em suas memórias, não deixando aqui de ressaltar os seus juízos de valor intrínsecos ao seu tempo e pertença social:

Cruz do Peixe ia terminar nas matas que ensombravam a estrada de Tambaú, verdadeira floresta, coito de pretos fugidos e malfeitores que, vez por outra, assaltavam os transeuntes, arrebatando-lhes quanto conduziam. E a floresta tomava grandes proporções, especialmente antes do Sobradinho, na Cruz do Caboclo, onde se bifurcava um caminho para o Cabo Branco. Segundo a tradição, mataram ali um caboclo foragido da Penha, após o assassinato que praticara para roubar o dono daquela propriedade. Assim, por longos anos, quem passava no local via, à margem do caminho, uma cruz de madeira indicando a sepultura do malfeitor. (MEDEIROS, 1994. p. 26).

Como vimos até aqui, e em um olhar retrospectivo, a ocupação do espaço urbano da cidade de João Pessoa teve inicialmente um caráter político-administrativo como as outras cidades que foram fundadas no mesmo período para atender as necessidades do capital mercantil internacional que, por sua vez, estava relacionado ao escoamento de mercadorias como o pau-brasil e depois a cana-de-açúcar pelo litoral.

Sendo assim, a primeira organização do solo se deu na parte baixa onde a instalação do pequeno porto trouxe para essa região as pessoas ligadas às atividades relacionadas ao comércio, trabalhadores e trabalhadoras que também circulavam por toda cidade prestando serviços, e na parte alta estavam as casas dos negociantes, senhores de engenho e burocratas bem como os prédios administrativos e religiosos. Fora da área propriamente urbana da velha cidade (hoje o atual Centro e áreas imediatamente adjacentes), pequenos sítios e comunidades de pescadores, quilombos ou ocupações mais esparsas ficaram praticamente fora das vistas dos documentos e do registro nos livros de História, exceto um fragmento aqui outro acolá.

Já no século XIX, na medida em que as atividades políticas, econômicas e sociais foram se modificando a estrutura de organização do espaço também foi ganhando nova conjuntura e os obstáculos encontrados em relação à infraestrutura logo passaram a ser tratados como prioridade. A questão da higienização tomou lugar central nas discussões, sobre o pretexto de livrar a população de epidemias, impôs a população empobrecida o seu “lugar na cidade”, que geralmente ficava ao sabor dos novos planos gestados pela administração pública, sem que esses segmentos sociais fossem ouvidos e que,

invariavelmente, acabavam sendo desalojados de uma região e migrando para outras, para, em décadas posteriores, sofrerem novos desalojamentos.

Tal “divisão” consequência de todas as intervenções de “melhoramentos” pautadas nas premissas de modernidade realizadas pelo poder público local, só foi se intensificando e a obra considerada como o marco da expansão da cidade vai ocorrer justamente em direção ao leste com a construção e pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, que incorporou a faixa litorânea⁴⁵ dos atuais bairros de Cabo Branco e Tambaú ao novo desenho da cidade que, ao passo que crescia, também se tornava cada vez mais limitada no sentido de oferecer espaços dignos de moradia para os seus diversos habitantes.

Sendo assim, iremos adiante, percorrer esse trajeto no “sentido do mar” observando a forma como se deram as intervenções urbanísticas na cidade da Parahyba no início do século XX e a ocupação do vale do rio Jaguaribe. Trata-se de aspectos importantes para entender alguns dos motivos que contribuíram diretamente no processo de formação da antiga Beira Rio, espaço onde ocorreram intensos conflitos que resultarão, dentre outras questões, na criação da Associação de moradores.

⁴⁵ Alain Corbin (1988), em seu livro intitulado: “O território do vazio: a praia no imaginário ocidental”, nos mostra que novas formas de sensibilidade foram se difundindo em relação à praia a partir do século XIX, território antes visto como ameaçador e insalubre e começou a ser definido como atrativo e salubre, o que estimulou o turismo, o veraneio e a moradia nessas regiões.

CAPÍTULO 2 – ANTIGA BEIRA RIO, ATUAL BAIRRO SÃO JOSÉ: UMA (AUTO)CONSTRUÇÃO AMPARADA NA LUTA COLETIVA.

Como já citamos, nos últimos tempos tem se adensado uma série de estudos, provenientes de diversas áreas como Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, História e outras, tratando das transformações urbanas de João Pessoa ao longo do século XX, notadamente a partir de sua segunda metade. Também alguns trabalhos de relevo sobre bairros específicos têm adensado uma maior percepção de nossa história urbana, trazendo maiores elementos para aprimorar nossos conhecimentos.

De maneira muito sumária, até finais do século XIX, o traçado urbano da Cidade esteve praticamente limitado ao seu desenho colonial e imperial, pouco passando do atual Centro e bairros circunvizinhos de Tambiá e Jaguaribe. Algumas áreas rurais coexistiam com pequenos núcleos de habitação, em Mandacaru, Penha, Tambaú, Gramame, Zumbi e Cruz das Almas⁴⁶, além de Cabedelo, ainda parte do antigo Município da Parahyba (do qual se emancipou em meados do século XX), ligados em geral por caminhos bastante precários⁴⁷ e geralmente habitados por populações trabalhadoras envolvidas com atividades como pesca, olaria, mariscagem, plantio de capim⁴⁸ e outras correlacionadas a uma pequena economia vinculada à vida dessas populações.

No entanto, a partir do início do século XX, esse tecido urbano começa a se expandir rapidamente para além dos limites centrais herdados de seus primeiros séculos e novos bairros começam a se definir, como Jaguaribe, Torrelândia e Cruz das Armas, seguindo dois vetores em sentido leste e sul, definidos nas décadas seguintes.

⁴⁶ Encontramos essas denominações para os atuais bairros ou comunidades do Porto do Capim (Zumbi, em 22/01/1825) e de Cruz das Armas (Cruz das Almas, em 18/10/1828), em documentação da Câmara Municipal referente ao século XIX.

⁴⁷ Nessa mesma documentação pudemos localizar várias mensagens acerca da precariedade dessas ligações, especialmente quando se tratava da presença de pontes sobre rios e córregos da área municipal, tal como nos casos das pontes de Gramame (17/07/1826 e outros) e Mandacaru (10/01/1827), que apresentavam vários problemas de manutenção e exigiam reparos constantes.

⁴⁸ Em 06 de Março de 1828 foi localizado um interessante relato sobre o Varadouro, informando a existência de uma série de atividades relacionadas à pesca, plantio de capim, pindobas e outras por uma população marcadamente trabalhadora de início do século XIX.

Ao passo que o processo de urbanização se consolidava em João Pessoa e nas demais capitais do país, um outro fenômeno ganhava força no cenário urbano, impulsionado pelas questões políticas e econômicas. A favelização virou sinônimo dentro de uma conjuntura de crescimento demasiado da cidade que acabou gerando déficit habitacional e foi observado em várias outras cidades do mundo. (DAVIS 2006 apud NASCIMENTO, 2012).

O termo Favela enquanto espaço de vivência, surgiu durante a ocupação *Morro da Providência*, ocorrida em 1897, na cidade do Rio de Janeiro, feita por militares de tropas federais após saírem vitoriosos do conflito com Antônio Conselheiro, na Guerra de Canudos. Ao retornar à capital, vendo que não havia locais onde pudessem construir suas moradias, eles se estabelecem, com suas famílias, na encosta do morro onde, assim como em Canudos, havia em abundância a vegetação do tipo favela⁴⁹.

A partir da década de 1940 a denominação deixou de ser utilizada apenas na cidade do Rio de Janeiro e passou a estabelecer realidades existentes em outras regiões do país, levando em considerações os seguintes aspectos:

[...] moradias improvisadas, feitas com materiais reaproveitados e assentados em áreas não edificáveis, até edificações de alvenaria em lotes ilegais, tendo em comum as características de serem insalubres, construídas pela própria população residente e estarem em desacordo com as normas urbanísticas. (SOUZA 2003 apud NASCIMENTO, 2012, p. 35).

Esse cenário é caracterizado pela segregação espacial que forçou uma parte considerável dos habitantes das cidades brasileiras a irem residir cada vez mais distantes do núcleo central, em grande parte em localidades desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos associados às questões salariais da classe trabalhadoras, taxas urbanas e à especulação imobiliária.

Com isso há um exponencial crescimento da cidade informal, como eram denominadas as regiões periféricas, resultando um problema habitacional causado pela inoperância do Estado de oferecer habitações de qualidade para toda a população urbana

⁴⁹ Segundo SOUSA (apud NASCIMENTO, 2012) a nomenclatura “favela” é própria da botânica denota um tipo de arbusto ou árvore que existe no Brasil nas regiões Nordeste e Sudeste, que denominava também uma serra existente na Bahia.

que se via imersa num processo de expansão que objetivava gerar uma nova configuração espacial para as cidades brasileiras.

Segundo NASCIMENTO, 2012 a forma que as gestões locais viam o “problema da propagação das favelas” em suas respectivas cidades assim como a população que as habitavam foram mudando conforma a conjuntura da época:

[...] Entre 1960 e 1970 a favela era vista como um mal a ser extirpado, como um local que abrigava, sobretudo, marginais. [...] Ainda na década de setenta, entre 1972 e 1979, os moradores das favelas passaram a ser *encarados* como migrantes e suas precárias moradias com uma transição para a cidade formal. [...] entre 1979 e 1985, quando foram vistas como abrigo de trabalhadores, as favelas se tornaram expressões de contradições do padrão de urbanização brasileiros e, conseqüentemente, ganharam atestado de permanência na paisagem urbana. [...] Com a necessidade de recuperar terrenos urbanizados, entre 1986 e 1988, a remoção das favelas voltou à pauta. [...] Entre 1993 e 2000, essas eram vistas como poluidoras da paisagem urbana, sendo necessária a demolição de barracos. [...] No período entre 2001 e 2004, a habitação se estabelece como direito, surgindo uma articulação da política habitacional com a social, atendendo a diversidade das demandas de habitação. (NASCIMENTO, 2012, p. 33-34)

Todo o estigma que se criou em relação ao termo e a própria região onde se constituíram as favelas acabou associando a esse espaço, reservado à classe trabalhadora empobrecida, uma imagem costumeiramente relacionada à criminalidade e à marginalidade impedindo qualquer forma de integrá-la aos espaços tidos como legais das cidades do país.

Nesse sentido, quanto à conceituação do termo não há uma concordância sobre os critérios que definem uma favela, para tanto, é importante observar as definições apresentadas, no contexto local, pela Fundação de Ação Comunitária – FAC do Estado da Paraíba e pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP diz:

FAC – “Áreas invadidas ou não de ocupação em terreno público ou de terceiros, loteados ou não, que hoje apresentam precariedade ou inexistência de infraestrutura urbana e de serviços públicos essenciais”
PMJP – “Aglomerado subnormal sem alinhamento definido e de tipologia habitacional de baixo padrão construtivo, sem equipamentos sociais, localizados em áreas invadidas públicas ou de particulares e sem regularização fundiária”. (COSTA, 2005, p.3800-1 apud NASCIMENTO, 2012, p. 50)

Tais caracterizações se restringem apenas às questões estruturais que, sem dúvidas, merecem atenção tendo em vista a necessidade explícita de uma interversão urbanística por parte do Estado, porém, no interior dessas regiões existem pessoas que compartilham, para além da questão, proximidade geográfica, laços sanguíneos, práticas cotidianas, amizades, objetivos, uma História em comum, constituindo assim uma *comunidade*.

Nesse sentido, ao nos referir à antiga Beira Rio iremos utilizar expressão comunidade mesmo sabendo que o Poder Público, os meios de comunicação e até alguns próprios moradores(as) se referem a ela como favela. Isso porque entendemos que a segregação social e espacial imposta pela lógica capitalista impõe a ela um estigma preconceituoso negligenciando as formas de resistência e sobrevivência de seus habitantes⁵⁰.

O mesmo faremos em relação à utilização do termo *invasão*, substituindo pela expressão *ocupação* por compartilhar do entendimento que os movimentos sociais que lutam pela moradia e por terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST a partir da década de 1980, a respeito de rejeitarem o termo por considerarem ofensivo e também pelo fato de que os(as) próprios(as) moradores(as) ao narrarem suas chegadas a localidade fazem questão de apresentarem como ocupantes de um espaço abundante em território num contexto de espoliação urbana⁵¹.

⁵⁰ Diferente do que pode parecer em nenhum momento tenta-se suavizar os problemas vivenciado na Beira Rio com a substituição do termo favela por comunidade, pelo contrário a ideia de comunidade que compartilhamos está ligada às experiências vividas e aos meios de luta, no coletivo, que foi motor no que diz respeito às formas de trabalho e resistência elaborados pelos(as) moradores(as) que chama a atenção por justamente ir na contramão do que é apresentado pelos agentes externos, principalmente a mídia burguesa. Mesmo recentemente, em todo território nacional, o termo favela tendo sido ressignificado através de projetos e ações sociais de valorização das potencialidades dessas localidades, a exemplo do trabalho da Central Única das Favelas – CUFA, que perpassa pela lógica de que é enquanto comunidade, compartilhando os problemas e anseios, que se faz possível a luta contra as formas de segregação impostas na produção do espaço urbano. Para mais informações sobre as ações da Central Única das Favela – CUFA, acessar: <https://www.instagram.com/cufabrasil/>

⁵¹ “INVASÃO, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. De seu turno, a OCUPAÇÃO mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Ocupação, aliás, possui até mesmo um sentido outro: o de trabalho, de labor, de emprego de força intelectual ou física para auferir renda ou para produção de algo.” DE ALMEIDA, Guilherme. Invasão ou Ocupação?. **Direito Net**. 2006. Disponível em: < <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2697/Invasao-ou-Ocupacao>> Acesso em: 29, ago. 2021.

Isto posto, considerando tal processo em linhas bastante gerais, a comunidade *Beira Rio* começa a se formar a partir dos finais dos anos 1960, ligada ao processo de expansão da cidade na direção Leste e Norte, tendo como base a ocupação do vale do Rio Jaguaribe. Principal rio da cidade de João Pessoa, o Jaguaribe⁵² nascia originalmente em uma lagoa nas proximidades de onde hoje está localizado o Conjunto Residencial Esplanada percorrendo, desde a sua antiga nascente até a sua desembocadura, uma extensão de 21 km até a foz que ficava localizada no bairro de Intermares, município de Cabedelo.

Em 1931, sob a justificativa de diminuição de focos transmissores de febre amarela, o rio teve seu curso alterado através da abertura de um canal de modo que passou a desaguar no rio Mandacarú. Segundo Almeida (1980, p. 469), desde 1964 a desobstrução da foz do Jaguaribe e o saneamento do vale desse rio vinha sendo discutida a fim de solucionar os problemas enfrentados com o impaludismo nos arredores da cidade.

No contexto da *Beira Rio*, as primeiras famílias se instalaram às margens do Rio Jaguaribe, em seu baixo curso, por conta da exclusão causada pela expansão urbana da cidade de João Pessoa que acabou segregando a população pobre e trabalhadora e também acredita-se que isso ocorreu, pelo fato da presença do rio oportunizar a prática da pescaria, além de se configurar como um espaço propício para o plantio de pequenas roças e também pelas vantagens de se encontrar barro, bambus e outras madeiras dos manguezais próximos para iniciarem as construções das moradias.

Esse processo, que designa a construção da casa própria, ou não, por seus moradores, é conhecido como *autoconstrução* e, segundo Maricato (1982, p.74) é através dele que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes ou apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). Essa prática inclusive pode ser observada tanto nos primeiros anos de ocupação da Beira Rio, como até os dias atuais cabendo ressaltar que, na maioria das situações, apenas os materiais utilizados hoje que são outros.

⁵² Segundo Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, autores do livro **O Ceará** (1945), *Jaguaribe* é um vocábulo de origem Tupi que significa: *Jaguar* = *onça*; *e* = *água*; *be* ou *pe* = *no*; ou seja, *no rio da onça*. Dentre outros notáveis, Joffily (1977) e Almeida (1980) descreveram o rio Jaguaribe com riqueza de detalhes assegurando a importância dele para cidade de João Pessoa.

Sobre esse processo, Oliveira (2006) argumenta que pode ser considerado uma estratégia de luta, porém, enquanto estratégia de habitação nas cidades brasileiras ele acabou barateando a força de trabalho da classe mais empobrecida resultando o surgimento das periferias urbanas. Sob a falácia de que não haveria recursos públicos para resolver a questão habitacional no país, a *autoconstrução* tomou conta das cidades, e em João Pessoa não foi diferente, através da prática de mutirões que acabavam resgatando as experiências anteriores dos habitantes que vinham do campo para a cidade e nesse movimento acabavam reproduzindo no espaço urbano os meios para solucionar questões de habitação.

Em paralelo ao processo de autoconstrução da periferia da cidade de João Pessoa, para além do rio Jaguaribe, se formaram e consolidaram bairros como Tambaú, Manaíra e Bessa, marcados por mais altos índices socioeconômicos, tendo, inclusive, uma marcante relação com o São José a partir da presença de muitos trabalhadores da construção civil e domésticos, que passaram a ofertar sua força de trabalho nesses bairros emergentes. Em meados dos anos 1980, o trabalho de Menezes (1985) sobre evolução urbana de João Pessoa já apontava o impacto da expansão em direção a essa área praiana e como ela iria implicar em diversas reconfigurações do espaço da cidade nas décadas seguintes.

Aqui cabe ressaltar que a discussão sobre a remodelação da cidade ancorada na perspectiva das obras executadas durante o final do século XIX e início do século XX, foi propositalmente extraída do discurso oficial reproduzido, inclusive, por vários trabalhos acadêmicos que acabaram encobrindo a participação do povo comum nesse processo de modernização a partir dos avanços estruturais em direção a orla, a exemplo da abertura da avenida Eptácio Pessoa, iniciada na década de 1920.

Tal provocação tem o intuito de demonstrar que para além da cidade dita “oficial” que tem o poder público operando para sua transformação, existem as regiões periféricas que mesmo pouco evidenciadas vem despertando interesses de pesquisadores que buscam registrar a história e outros aspectos dessa população que acabou sendo expulsa da cena urbana.⁵³

⁵³ Levando em consideração esse contexto de modernização da cidade da Parahyba na primeira metade da década de 1920 e o ponto de vista analítico sobre as populações que habitavam os arrabaldes do que se definia por “centro” à época, uma importantíssima fonte não deve ser deixada de ser lida que foi a produzida pelo historiador da arte e poeta Mário de Andrade, intitulada *O Turista Aprendiz*, durante sua viagem aos estados do norte e nordeste do país.

Portanto, no prosseguimento desse capítulo, abordamos de maneira mais global – a partir de um levantamento em fontes acadêmicas (monografias, dissertações e artigos) e registros de pesquisa de campo⁵⁴ – como se deu o processo de expansão da cidade de João Pessoa, que notoriamente dificultou o acesso dos empobrecidos à terra urbana, situando de maneira mais específica o contexto da bacia do rio Jaguaribe, o processo de ocupações e os meios encontrados de autoconstrução no baixo curso do rio que possibilitaram a instalação das famílias na *Beira Rio*.

2.1. CIDADE DE JOÃO PESSOA E A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO JAGUARIBE.

No início do século XX, no governo de Campos Sales (1898-1902)⁵⁵ a elite local das principais cidades encabeçou um movimento organizado no sentido da modernização do país nos moldes europeus⁵⁶, amparando-se principalmente em aspirações como; industrialização, expansão urbana, entre outras. Nessas regiões acentuaram medidas sanitárias com o intuito de dar condições de melhoramento dos espaços públicos objetivando tornar as cidades mais salubres e modernas.

Uma das mais famosas intervenções no espaço urbano do país foi a Reforma Pereira Passos⁵⁷, popularmente conhecida como *Bota Abaixo*, que ocorreu a cidade do Rio de Janeiro. Como exigência do Grande Capital, à época, o projeto de modernização do

⁵⁴ Estes registros foram resultados da pesquisa desenvolvida no curso de Graduação em História que culminou na elaboração do trabalho de conclusão de curso e oportunizou, para além de registro num caderno de campo, uma aproximação com os entrevistados(as) e moradores(as) da comunidade que, através de suas memórias, possibilitam melhor entendimento sobre o processo histórico de formação do bairro São José.

⁵⁵ Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913), foi o quarto presidente da República. Teve em seu mandato uma série de conflitos políticos e na busca de solucioná-los visando à sustentação do governo federal, instituiu a **política dos governadores** que consistia na não intervenção federal aos governos estaduais o que gerou estabilidade entre as esferas de poder e garantiu a manutenção das elites locais nos cargos públicos o que acabou facilitando o exercício do mandato presidencial. (RODRIGUES, 2017)

⁵⁶ A conhecida *Belle Époque brasileira*, que foi do começo do século XX até a Semana de Arte Moderna de 1922, foi um período marcado pelo recorrente esforço dessas elites de se modernizarem perante o mundo e com inspirações principalmente francesas. (LIMA, 2018)

⁵⁷ A reforma tem esse nome por ter sido promovida por *Francisco Pereira Passos* (1836-1913), carioca, engenheiro e urbanista, que estudou na França (1857-1860) no período em que ele ocupava o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

centro da cidade do Rio visava estabelecer um ambiente mais apropriado em que os negócios pudessem fluir melhor.

Dentre as várias ações executadas a de maior intensidade e mais estudada foi a abertura da *Avenida Central*, atual *Rio Branco*, que ligou a Praça Mauá à avenida Beira Mar, tendo sido inaugurada em 15 de novembro de 1905. A intervenção contou com a demolição de aproximadamente 600 prédios residenciais, calçamento da rua com pedras portuguesas e construção de um canteiro central enfeitado por árvores de pau-brasil que a dividia em duas mãos

A reforma Pereira Passos impactou diretamente na funcionalidade do centro da cidade do Rio de Janeiro, que *a priori* era predominantemente um espaço de moradia e passou a ser uma área comercial composta também por prédios do serviço públicos e de lazer. Muito se discute sobre um outro impacto que a reforma causou que está relacionado ao processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro com a expulsão dos moradores(as) da área central da cidade.

Fato é que, por não haver um projeto de habitação para os moradores(as) das habitações que foram sendo derrubadas para dar local aos novos empreendimentos, essa população que foi obrigada a sair e, consequentemente, caminhou em direção aos morros cariocas, como exemplo o *Morro da Providência* e o *Morro de São Carlos*, que eram áreas próximas da região e permitiam manter as relações sociais e de trabalho com o antigo habitat.

Esse fato só reforça o entendimento de que o processo de modernização das capitais brasileiras, que teve na Capital Federal a sua referência, iniciado no século XX e vai se intensificando em cada década, nada tinha de integrador. As premissas que buscavam se basear no contexto europeu, mais precisamente da França, estavam fincadas na aspiração de implantação de modelo de civilização moderna, em larga medida incompatível com a realidade concreta de grande parte da população brasileira, fazendo com que, na maioria das localidades, a população menos favorecida ficasse à mercê das profundas intervenções realizadas, normalmente com expulsões violentas de seus lugares de moradia e sociabilidade. A miragem de tornar-se uma “filial de Paris” não costumava a passar de uma certa maquiagem do espaço urbano, tendo as áreas “luminosas” convivido estreitamente com lugares “obscuros”, bastante distintos da modernidade que se tentava alardear.

Em relação à Cidade da Parahyba do início do século XX, esta continuava praticamente com a mesma estrutura deixada por Henrique de Beaurepaire Rohan, com poucas modificações, ainda era escasso o serviço de iluminação das ruas, fazendo com que a cidade ficasse às escuras à noite e sem a existência de um saneamento adequado a distribuição e abastecimento das casas era feito pelos “aguadeiros” que em carroças puxadas por burros de porta em porta vender água. (BECHARA FILHO, 2001, p. 23)

Com a chegada de grandes contingentes da população sertaneja que vinha acontecendo desde meados de 1898, por conta dos períodos de seca extrema noticiados no interior do Estado, a capital se tornou uma alternativa necessária para melhoria de vida e, na medida em que isso acontecia, o espaço urbano ia criando contornos ainda não experienciados, demandando cada vez mais planejamento e gestão, visto que o processo de modernização da cidade caminhava ainda de forma tímida.

Com isso, a preocupação das autoridades políticas locais visava, de certo modo, superar as dificuldades financeiras que a cidade enfrentava, por meio de arrecadação de impostos e a implantação de serviços, como a instalação de transporte coletivo iniciada nos governos de Gama e Melo e José Peregrino (1896-1904) sob o pretexto de ampliação do perímetro urbano que acabava agilizando o processo de modificação na paisagem da cidade. (COUTINHO, 2004, p.49)

Nesse sentido, durante o governo de Valfredo Soares dos Santos Leal (1905-1908) foi iniciada a criação da *Ferrovia Tambaú* que a priori ligava o Tambiá até o sítio Cruz do Peixe e logo após teve uma ampliação com a construção de uma estação de trem movido a óleo que modificou completamente a paisagem da cidade:

Os sítios e fazendas situados à margem do percurso da Ferrovia Tambaú iniciariam um processo de valorização que os levaria, mais tarde, à criação de vários dos atuais bairros no percurso entre o Centro e a praia. A Floresta Atlântica que preenchia todo o espaço entre a área urbana e o litoral começava a ser devastada [...]. A região da planície costeira, banhada pelo Rio Jaguaribe, rodeada por charcos e manguezais, também começaria a sofrer com os primeiros aterros para o assentamento dos trilhos da ferrovia. (COUTINHO. 2004, p. 51-52)

A construção da Ferrovia Tambaú foi considerada muito importante no que tange ao desenvolvimento empreendido pelas autoridades locais, pois era o início da

concretização das ideias modernistas tão difundidas no primeiro ciclo de reformas da cidade. A ligação com a orla marítima oportunizou uma mudança também no comportamento e nos costumes da população da cidade da Parahyba que ainda respirava ares provincianos e começou a querer perder sua feição interiorana, para ser apresentar como cidade praiana e destino turístico reconhecido.

À medida que foram incorporados novos trechos da ferrovia entre o centro e a praia, os sítios e fazendas que estavam localizados ao entorno⁵⁸ passaram por um processo de valorização exponencial e a burguesia local viu a possibilidade para construir suas habitações bem como houve o surgimento de loteamentos e abertura de estabelecimentos comerciais, que vão impulsionar essa região permitindo conquistas urbanas de impacto considerável durante todo o século XX.

As obras relacionadas ao esgotamento e ao abastecimento de água também foram tomadas, durante esse mesmo período tendo em vista que o crescimento urbano está ligado à possibilidade de recursos hídricos para sua efetivação. Com grandes potencialidades de reservas freáticas e localizada a certa distância do núcleo urbano, a bacia do rio Jaguaribe⁵⁹ tornou-se ainda mais vital para o suporte ao cotidiano dos cidadãos tendo em vista que o primeiro abastecimento de água encanada, em abril de 1912, foi possível por conta da usina que se situava na passagem dos rios Buraquinho e Macacos. (AGUIAR, 1993, p. 337).

Logo depois, as áreas de captação se expandiram para outras bacias fluviais do município. Além da questão hídrica, a várzea do rio Jaguaribe também chamava a atenção pela vasta quantidade de terras livres num contexto em que eram intensas as intervenções do governo local de expansão o núcleo central da cidade levando, inclusive, a ser aventada sua ocupação já no início do século XX, como exposto a seguir,

⁵⁸ Como é o caso do sítio *Imbiribeira* onde hoje fica localizado o bairro de *Tambauzinho* nas proximidades do 1º Grupo de Engenharia da Capital, a fazenda Veado-Sobradinho (hoje 13 de Maio e parte do Bairro dos Estado) ou, ainda, a Fazenda Santa Júlia-Macacos, que deu origem à Torrelândia.

⁵⁹ A bacia intraurbana do rio Jaguaribe é responsável pela drenagem de, aproximadamente, 4.824,52 ha e é formada pelos rios Jaguaribe (o principal) e Timbó (ambos de pequeno porte), além de pequenos córregos, fontes, lagoas e insurgências. Nela inserem-se, atualmente, – total ou parcial – 32 dos 64 bairros da cidade e 41 assentamentos espontâneos, instalados por autoconstrução e de modo precário nas margens dos rios, nas encostas, no planalto, nos limites da Mata do Buraquinho e nas faixas de servidão das rodovias BR 101 e 230 e da rede de alta tensão que alimenta a cidade de energia elétrica. (DIEB e DIEB, 2017, p.3)

Quem tenha percorrido a Europa, sobretudo, Suíça, França, Alemanha e Portugal, e observado como ali se aproveita, na cultura um palmo de terra, haurindo do solo verdadeira riqueza, sente confrangir-se-lhe o coração, ao contemplar a vasta e feracíssima zona, perdida à margem do rio Jaguaribe, com extensão de mais de duas léguas, sem que seja aproveitada por nenhuma cultura. Sabe-se que o rio Jaguaribe passa, cortando, grande parte da cidade, e direcção a Tambaú, e vai desaguar no oceano atlântico, na barra da praia do Bessa. (Dr. Manoel d'Azevedo Siva. **Jornal O Norte**, 23 de novembro de 1912. Disponível na Hemeroteca Nacional Digital.)

O avanço da cidade sobre o vale do Jaguaribe, em certa medida, oportunizou o processo de ocupação da área litorânea onde ainda predominava a mata fechada. No distrito de Tambaú, que englobava, de um lado Cabo Branco e a Ponta do Seixas e, do outro, Maceió e São Gonçalo, hoje denominados Manaíra, foram feitas várias intervenções no sentido de extinguir os focos de malária como a construção de fossas e “Gabinetes” sanitários, dessecação dos pântanos sub-litorâneos, “desbaste” da vegetação adjacente, aterro de maceiós e derrubada de “matagal” próximo à praia. (DIEB e DIEB, 2017, p.7)

Quando presidente do Estado da Parahyba do Norte, Francisco Camilo de Holanda (1916-1920), que também era médico, propôs remodelar os locais de moradia, lazer e trabalho transformando-os em espaços arborizados e higiênicos na tentativa trazer para o ambiente urbano “ares de modernidade”. (BISERRA, 2018, p. 252). Dentro do plano urbanístico do governo de Camilo de Holanda foram realizados(as):

[...] construção de praças públicas, tão indispensáveis à vida das populações. São elas: [...] Aristides Lobo – onde foi colocado o primeiro monumento público da cidade, em homenagem a Aristides Lobo, encomendado por Castro Pinto; Pedro Américo, que também contou com um monumento do pintor; Conselheiro Henriques; Rio Branco e Bella Vista. Também foram feitos melhoramentos na Praça Venâncio Neiva, atualmente conhecida em João Pessoa como Pavilhão do Chá. Esses melhoramentos buscavam a modernização da cidade e contavam com a contribuição de arquitetos renomados, como Fiorilo, Di Lascio, Olavo Freire e Clodoaldo Gouveia, que introduziram elementos decorativos representados pela art nouveau. [...] Foram abertas as Avenidas São Paulo, General Osório, Maximiano de Figueiredo, Epitácio Pessoa, reformadas as Ruas Maciel Pinheiro, Amaro Coutinho, Rosário, da República, Irineu Joffilly e a Avenida Beaurepaire Rohan, além do alargamento da Avenida Cruz das Almas. Também foi ampliada a rede de iluminação e abastecimento d'água e reconstruída a ponte sobre o Rio Sanhauá. [...] (BESERRA, 2018, p.255)

Seu sucessor, Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924)⁶⁰, que pertencia ao mesmo partido político, o PRC – Partido Republicano Conservador, assim que assumiu nomeou, para a prefeito da capital do Estado, o também médico Walfredo Guedes Pereira (1920-1924)⁶¹ que deu continuidade à remodelação urbana da Parahyba iniciadas por Camillo de Holanda que tornou a cidade conhecida como a “cidade dos jardins”⁶² (SILVA apud MOURA, 1938, p. 279)

Inspirado no ideal de progresso⁶³, o prefeito Walfredo Guedes, que tinha estudado medicina na cidade do Rio de Janeiro no mesmo ano em que aconteceu o movimento do “bota abaixo” na Capital Federal, deu início às intervenções na parte da cidade que ainda mantinha aspectos coloniais. Assim, ele construiu praças e jardins, abriu avenidas e destruiu prédios incluindo algumas igrejas erigidas durante a colônia para consolidar um novo modelo estético que refez o traçado urbanístico da capital parahybana⁶⁴. Importante

⁶⁰ Quando governador, pela segunda vez, promoveu a urbanização do entorno da *Lagoa dos Irerês*, em 1924, onde hoje está localizado o *Parque Sólon de Lucena* localizado no centro de João Pessoa considerado um dos principais cartões postais da capital paraibana.

⁶¹ Dentre as construções realizadas na gestão do prefeito Walfredo Guedes Pereira apelidado de “Pereira Passos parahybano”, cabe ressaltar o *Parque Zoobotânico* Arruda Câmara (conhecido como BICA), em 1922, em homenagem ao botânico da cidade de Pombal. Outro fato interessante é que imbuído do espírito de expansão e modernização, gestado pelo positivismo que influenciava a política local, ele doou hectares de um sítio que pertencia à família para a construção da *Praça da Independência* inaugurada também no ano de 1922.

⁶² A Parahyba recebeu essa denominação por conta da construção de jardins e parque enfeitados de flores e árvores, inspirados nos jardins parisienses, que faziam parte do plano de embelezamento cidade junto com a edificação de prédios modernos e alargamento de vias, tornando-se locais de sociabilidade da elite local.

⁶³ O Positivismo, corrente filosófica fundada por Auguste Comte (1798 - 1857) que influenciou todo o período político da primeira república brasileira (1889 - 1930), é teoricamente inspirada no ideal de progresso. A **ordem**, o **rigor** e o **empenho** pela organização são características fundamentais para a doutrina positivista. O pensamento positivista garante que o progresso da humanidade, além de intimamente ligado às ciências positivas, está também relacionado com o impulsionamento da **industrialização** e da **tecnologia**. (PORFÍRIO, Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/positivismo.htm>. Acesso em 03 de mai de 2021.)

⁶⁴ A ideologia positivista que dominava o Brasil, influenciava também a política parahybana antes mesmo da Proclamação da República. De acordo com SILVA, 2009, p.63 apud BEZERRA, 1921, Venâncio Neiva, primeiro presidente do Estado da Parahyba do Norte era positivista e o segundo, Álvaro Machado, major do Exército que foi empossado na presidência em 1892, também era positivista. O prefeito da capital Walfredo Guedes Pereira, inspirado pelo positivismo e em nome do progresso, transformou a cidade num grande canteiro de obras. Destruiu grande parte da cidade colonial inclusive as igrejas, “Nossa Senhora Mãe dos Homens (1923) e Nossa Senhora do Rosário (1924)” (MOURA, 1938, p. 114 apud SILVA, 2009, p. 64). A

perceber que, apesar de algumas diferenças políticas entre Estado republicano e Igreja, as demolições de templos, de comum acordo entre as autoridades estaduais, municipais e a recém-criada Diocese, atingiram exatamente aqueles pertencentes a Irmandades de pretos e pardos, predominantemente trabalhadores de menor renda na cidade (MENEZES, 2014 e NÓBREGA, 2020).

Entre 1930 e 1940, observa-se que, com o surgimento de bairros nos arredores da cidade, a população pobre foi sendo excluída na parte que havia recebido benefícios na região central e, conseqüentemente, aumentando nessas localidades. Nessas regiões as restrições habitacionais eram bem mais flexíveis, tornando possível inclusive a permanência de aglomerados de casas de palha, até porque a essa altura ainda não se dava ênfase, por parte do Estado, a políticas públicas de construção de habitações. Por exemplo, lugares como as margens da Lagoa dos Irerês, até os anos 1930 moradia de populações modestas, ao receberem os “melhoramentos urbanos” foram ocupadas por famílias e moradias de classes altas, deslocando os mais pobres para outros espaços.

Cruz das Armas, Torrelândia, Jaguaribe, Oitizeiro e Mandacarú são exemplos de bairros que, nesse período, foram construídos ou ampliados por essa população pobre expulsa das regiões centrais formando uma área considerada “suburbana” da cidade. Ao passo em que sua população crescia, foi demandando um olhar específico por parte do Estado para essas localidades haja vista que a burguesia local não tinha interesse em habitar, porém o processo de melhoramento também deveria atingir essas localidades caso quisessem que o projeto de progresso urbano fosse concretizado. Igualmente, o controle social dessas populações trabalhadoras – muitas vezes vistas como “ameaça” – estava na ordem do dia.

A cidade, portanto, ia se desenhando da seguinte forma:

[...] aqueles que possuíam uma renda mais alta ocupavam as áreas mais valorizadas [...] e melhor servidas de infraestrutura de serviços, tais como

igreja católica que, desde a Proclamação da República do Brasil vinha confrontando as ideias de Auguste Comte, teve na Parahyba a figura de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques que assumiu esse combate criando os jornais *A imprensa* e *Voz da Mocidade*, manifestando sua posição antipositivista, publicando artigos que criticavam a disseminação dessa ideologia que avançava na cidade através da ideia de progresso e não só no âmbito do pensamento como também na materialização das ações do poder local. (SILVA, 2009, p. 63-65). No entanto, diferenças à parte, quando se tratou dessas demolições das igrejas de pretos e pardos, houve ampla concordância entre a Arquidiocese e as autoridades civis.

os bairros dos Estados, Expedicionários, Miramar, Tambiá e Jaguaribe. Já aqueles que eram os mais pobres ocupavam, sobretudo, as áreas deterioradas do Varadouro, áreas pericentrais, como Cordão Encarnado [...], Roger e Torre, os manguezais próximos aos rios, as margens da ferrovia e os bairros periféricos de Mandacarú [...] e Cruz das Armas. (LAVIERI & LAVIERI, 1992, p. 41 apud NASCIMENTO, 2012, p. 79).

Esse desenho urbanístico visto acima resultou numa configuração da cidade de João Pessoa que ainda existe atualmente, visto que, na tentativa de ordenar o crescimento urbano, as ações das gestões dos governos locais que objetivavam beneficiar uma pequena parcela da população, com loteamentos e equipamentos que garantissem uma boa qualidade de vida, em detrimento da maior parte, menos favorecida, que estava ocupando outras localidades da cidade.

Nesse sentindo, durante a década de 1950, no governo de José Américo de Almeida, são feitos zoneamentos por várias regiões da cidade, para o novo projeto de expansão que assim ficou organizado: as áreas que fossem tecnicamente privilegiadas pelas condições naturais deveriam ser destinadas a lotes residenciais de maior valor, que consequentemente seriam habitadas pela classe alta que teriam condições de pagar pelos preços altos. Seguindo, outras áreas seriam destinadas a bairros comerciais ou industriais, uma parcela reservada à construção de moradias para a classe média e por fim uma pequena parte seria destinada às habitações populares. (FARIAS 1997, p. 244 apud COUTINHO, 2004, p. 86).

A construção e pavimentação das principais vias da cidade no rumo Leste, Av. Presidente Epitácio Pessoa, Av. Senador Rui Carneiro e Av. Senador José Américo de Almeida (Beira Rio) permitiu definitivamente a consolidação da chegada ao litoral. Ao estabelecer a aproximação do centro com o mar foram inevitáveis os impactos ao rio Jaguaribe que sofreu com o desmatamento, o assoreamento e a contaminação de suas águas resultado das intervenções feitas pelo projeto de expansão da cidade.

Apesar das importantes modificações urbanas iniciadas em meados dos anos de 1950 na cidade de João Pessoa, imbuídas das ideias desenvolvimentistas⁶⁵ gestadas pelo

⁶⁵ O ousado *slogan* e plano de governo que ficou conhecido como “cinquenta anos em cinco” pautado num projeto de interiorização seria concretizado com a construção de Brasília, a nova capital do país exclusivamente planejada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e a implementação de uma extensa malha

presidente Juscelino Kubitscheck (1956-1961), foi entre as décadas de 1960 e 70 através das intervenções de órgãos federais⁶⁶ que foi possível a implementação do anel viário da cidade, ao longo da BR-230 que, margeando e circundando boa parte do leito do Jaguaribe e da Mata do Buraquinho, promoveu a ligação direta entre as cidades de Bayeux e Santa Rita com o Porto de Cabedelo, além da implantação do Distrito Industrial com incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na direção de Recife (Sul) ao longo da BR-101, e a construção do campus da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com recursos do MEC, no bairro do Castelo Branco, antiga Fazenda São Rafael, também às margens do Jaguaribe.

A partir de 1964, os militares instauram uma ditadura no país, com apoio do grande capital e alguns segmentos das classes médias, e o cenário estabelecido para a manutenção desse sistema estava pautado num modelo de desenvolvimento econômico socialmente excludente, que, para se viabilizar, adotava o combate às liberdades individuais, a adoção de atos institucionais autoritários, o desmonte de partidos políticos além da dissolução do Congresso Nacional. Entre diversas medidas, o regime criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) que passou a administrar os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para realizar uma série de obras de construção que faziam parte da política nacional de habitação. Parte substantiva do controle social da classe trabalhadora passava exatamente pela política habitacional.

Em João Pessoa, a construção dos conjuntos habitacionais oportunizou um crescimento urbano propulsor conduzindo à expansão para outras localidades atendendo a uma população classe média renda baixa, composta por funcionários públicos estaduais e federais. O maior conjunto habitacional entregue à cidade foi o Castelo Branco em 1969 que estava situado entre o campus da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e o bairro de Miramar, margeando o vale do Jaguaribe a Leste.

Quanto à ocupação do vale do Jaguaribe, até meados dos anos de 1960, segundo Dieb e Dieb (2017) foi um processo lento evidenciado pela preservação do rio com

rodoviária capaz de promover o escoamento da produção interna visando a ampliação do mercado internacional.

⁶⁶ Como parte de uma política mais ampla de “Integração Nacional” as obras para a criação de um sistema rodoviário no Brasil tinham por objetivo facilitar a articulação de todas as localidades do país a um mercado comum. (LAVIERI e LAVIERI, 1999, p. 42)

cobertura vegetal em todo seu percurso por conta da permanência de atividades agrícolas que vão impedir, de certa forma, os impactos e a degradação da bacia com a intensificação das intervenções urbanas no sentido da orla marítima. A questão legal também é outro fator que vai frear, em certa medida, os impactos sobre a ocupação do vale do rio Jaguaribe através das restrições impostas pela lei nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975⁶⁷, alterada pela lei nº 2.699 de 07 de novembro de 1979⁶⁸ que vão dar substância para a classificação da região em Zona Especial de Preservação – ZEP, nos Planos Diretores da cidade nos anos de 1974 e de 1994. (DUNDA, 2014, p.30)

Trazendo para períodos mais recentes, Dieb e Dieb (2017), em sua análise singular sobre o Jaguaribe, nos mostram as contradições sobre o processo de ocupação e permanência nas margens do rio que configuram a seguinte situação: áreas mais consolidadas, que denominam como dotadas de solidez (infraestrutura e acesso a serviços) e aquelas carentes desses aspectos:

Conforme exposto, apesar da solidez da ocupação das áreas de média e alta renda, parte dessa paisagem ainda exhibe a precariedade e aguarda intervenções, visando a aquisição de condições minimamente dignas de moradia para um significativo contingente populacional. O rio também aguarda pelo resgate de sua integridade e de sua participação na cena urbana. (DIEB e DIEB, 2017. p. 20).

Em nossos depoimentos, colhemos pequenas evidências sobre a existência, nessa região, de uma população mais antiga e pobre vinda do campo e da região da praia que residia nessa localidade e desenvolvia atividades relacionadas à criação de gado e à prática da pesca. Outros, além dessas atividades, eram responsáveis por zelarem pelas propriedades de veraneio durante os outros meses do ano quando os seus proprietários estavam em suas residências fixas, localizadas nos bairros mais próximos do centro.

Vejamos como era essa relação,

⁶⁷ Código de Urbanismo do Município de João Pessoa, Lei nº 2.102, de dezembro de 1975, disponível em: <http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/C%C3%B3digo-de-Urbanismo.pdf>

⁶⁸ Lei nº 2.699 de 07 de novembro de 1979, disponível em: <http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/C%C3%B3digo-de-Urbanismo.pdf>

Eu trabalhava na casa de Dona Socorro [em 1978], perto da quadra, na avenida Imbuzeiro, quando ela e a família dela vinha passar veraneio eu aí pra casa dela que ficava perto do hospital Santa Paula, na avenida João Machado. Como eu ficava muitos meses sozinha na praia eu arrumava lavagem de roupa e outras coisas pra fazer. Eu tinha uma amiga, Luiza, que morava perto dos coqueiros lá do Meg Shoppi, que ia dormir comigo lá e a gente aproveitava e pegava os serviços pra complementar o dinheiro no fim do mês. (DONA ADÉLIA, 2020)

No caso narrado acima, observamos uma das formas de sobrevivência da população local através de sua força de trabalho que, na ausência de um espaço residencial próprio, desempenhava funções para além das estabelecidas como forma de conseguir manter-se perante a falta de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. Quando essa região passou a ser local de residência das classes mais abastadas, em consequência da valorização do solo através da realização de várias intervenções urbanísticas na região, esses moradores(as) foram sendo expulsos de suas casas, quando proprietários, e/ou as abandonaram quando inquilinos haja vista que os preços com habitação vão saltar descomunalmente.

O rio Jaguaribe à época já era considerado área de preservação verde pelo código de urbanismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Enquanto suas margens alagadas repeliavam os interesses da especulação imobiliária, para a população da Beira Rio ele se tornou um grande aliado provendo a madeira para a construção das casas, local de trabalho (lavagem de roupas e pescaria) e fonte de sustento, como demonstram nossas entrevistadas:

Rio era assim vamo dizer que a maré tava cheia aí a água era salgada se fosse de manhã quando ela voltava de tarde era água doce, então a gente fazia tudo de manhã pra mais tarde a gente ir lavar roupa a gente lavava roupa e tudo ali se tumava banho se via areia no chão do Rio chega dá uma tristeza quando vejo hoje uma situação dessa né. (DONA RITA, 2017)

Nossa relação com o rio era muito boa!... O povo pescava, tomava banho e agora não né porque não tem mais condição... mas, antes era bem limpinha essa água, butava os pés assim dentro da água, você via os peixinhos, você podia tomar água de lá... era tão limpo e o pessoal não jogava lixo lá... tá pensando, ninguém jogava nada lá não aí depois que a Comunidade foi se expandindo e ficou maior aí foi ficando de todo jeito. (MARIA DA CONCEIÇÃO, 2017)

Era a fonte de alimento, sustentabilidade quando a gente chegou era, era uma coisa assim, uma história que a gente não consegue esquecer porque nós deixamos isso acontecer a gente não sabe, talvez por conta do entendimento que não tínhamos por que a gente tava preocupado a gente se preocupava mais com o que, com o habitar da gente assim com o local pra que a gente não perdesse aquele espaço, a gente não se preocupou com o que tava dano o alimento a gente. (ANA MARIA, 2017)

É possível perceber que a maioria dos moradores e moradoras compreendiam a importância do rio Jaguaribe para a permanência deles na região, inclusive isso está presente até no processo de construção das casas, na primeira leva das ocupações, que obedeciam a uma distância considerável das margens do rio. Com o aumento exponencial de moradias, inclusive edificadas com maior proximidade dos limites do curso das águas o Jaguaribe, deixou de proporcionar um espaço utilizado para banho, pescaria, área de cultivo de hortas e de lavagem de louças e roupas, para receber o escoamento do esgoto ocasionando o agravamento de problemas de saúde na população local e o aumento da sua poluição que já era intensa antes mesmo do seu curso próximo a comunidade.

Em contraponto, a intensa valorização das áreas ocupadas pela classe alta, em especial, nas regiões de Tambaú e Manaíra que a partir da década de 1960 com a melhoria das vias de acesso e a realização de obras de infraestrutura como pavimentação de ruas, água encanada e energia elétrica, passaram de área de veraneio para local de moradia permanente, será responsável por mudanças estruturais na cidade.

Vasconcelos Filho (2003) nos mostra em sua dissertação, que a ocupação do litoral Norte de João Pessoa foi incrementada a partir da segunda metade dos anos 1970, com a implementação do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada), que realizou obras de infraestrutura nas áreas entre o Cabo Branco e Manaíra, que criaram os atrativos necessários para que parte substancial das classes altas e médias optassem por residir no litoral.

Na década de 1970 o solo urbano em João Pessoa passou por um processo de valorização bastante intenso demonstrado através da expansão do território em direção às localidades mais longínquas do centro da cidade com a construção de unidades habitacionais com financiamento do Sistema de Financeiro de Habitação (SFH). Diferentemente dos períodos anteriores, a ênfase por parte dos gestores locais na

construção de habitações populares tinha por objetivo, além de permitir a expansão de novos bairros, impedir a eclosão de conflitos como os movimentos sociais que tinham como pauta principalmente a questão de moradia. (LAVIERI e LAVIERI 1999, p. 46-47)

O processo de valorização do solo levou a população empobrecida a ter ainda mais dificuldades em conseguir a casa própria e a solução para este grupo foi se instalar próximos aos bairros nobres emergentes atingidos por esses benefícios urbanos para terem acessos aos serviços disponibilizados nesses territórios e terem a possibilidade de encontrar empregos perto do local de moradia.

Essas modificações no tecido urbano vão intensificar o processo de periferização dessa população que passa a se instalar nas localidades onde a especulação imobiliária não tinha nenhum tipo interesse e que recebia não só aqueles que já se encontravam na cidade como também os que vinham do campo se tornando os novos “lugares dos pobres na cidade” denominados de grandes aglomerados subnormais ou favelas. (MEDEIROS, 2012, p.54)

O aparecimento dos aglomerados subnormais evidencia o quão excludente foi o processo de apropriação do solo nas diversas regiões do país, que ocasionou a segregação espacial e social da população. O Estado promoveu a execução de serviços urbanos em bairros nobres, porém não interveio com a mesma eficácia atendendo as carências das áreas ocupadas pelos menos favorecidos. Na primeira gestão do governador Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982), por exemplo, foi construído o Espaço Cultural José Lins do Rego, considerado um monumento à cultura, no bairro de Tambauzinho com recursos da esfera federal o que gerou uma grande polêmica na opinião pública. Os(as) moradores(as) da Beira Rio também manifestaram sua indignação como podemos ver a seguir:

Nós moradores da Favela Beira Rio, próximo ao conjunto João Agripino viemos através desta solicitar a V. Exma intervenção em favor da nossa causa, pois a bastante tempo que dirigimos apelos as autoridades competentes e até agora nada foi concretizado. [...] realizamos várias reuniões com os dirigentes da CEHAP e ultimamente com o B.N.H que apesar de todas as discussões em torno dos nossos problemas não chegaram a uma solução específica pois alegam que não existem verbas, quando nós sabemos que para o Espaço Cultural nunca faltou e nem faltará verba e além do mais temos a consciência tranquila de que através dos impostos também estamos contribuindo para a conclusão de uma obra que não vamos ter acesso. Todos nós sabemos que o problema não é tão difícil solução, o que está faltando é interesse por parte dos órgãos

competentes. [...] estamos dirigindo este apelo ao Ilustre Governador para intervir em nosso caso, do contrário seremos obrigados a fazer um ato público em frente ao palácio da redenção no dia 19 de agosto quando da chegada do presidente Figueiredo.

(Trecho da correspondência escrita pelos representantes do movimento dos moradores(as) da Beira Rio e endereçada ao Sr. Clovis Bezerra Cavalcante então Governado do Estado da Paraíba, 1983).

A situação apresentada acima é resultado de uma política local implementada pelas gestões municipal e estadual que visava promover a imagem de uma cidade “para turista ver e classe rica usufruir” negligenciando a grande parte dos habitantes que, com o processo de urbanização acelerado, foram levados a habitar áreas impróprias e sem infraestrutura que permitissem uma qualidade de vida digna, como exemplo, encostas de barreiras as margens alagadas do rio Jaguaribe.

A consolidação da ocupação de toda a bacia do rio Jaguaribe, segundo Dieb e Dieb (2017), pode ser considerada em três momentos: o primeiro com a implantação do Distrito Industrial entre os anos de 1961 e 1966, o segundo com a expansão da cidade no sentido sudeste entre meados de 1960 e meados de 1970 por conta da construção do campus da UFPB e o terceiro marcado pela construção do trecho inicial da BR-230 iniciada no ano de 1972.

A degradação ambiental de quase toda a bacia do Jaguaribe, consequência do movimento citado acima, foi inevitável e mesmo com as rigorosas medidas que preveem a preservação da área podemos observar que as intervenções diretas dos governos locais, na forma de obras relacionadas à implantação da infraestrutura urbana, licenciamento de condomínios e loteamentos privados atreladas ao aumento das ocupações em áreas de preservação permanente, sem o trabalho de uma política pública voltada para a questão da educação ambiental, acabou incentivando os(as) moradores(as) do trecho em que se localiza o atual bairro São José a lançarem os seus efluentes na ausência de uma infraestrutura sanitária adequada e que os(as) atendessem como eficiência.

Assim como foram inevitáveis os impactos da expansão urbana da cidade de João Pessoa para como o rio Jaguaribe, veremos a seguir um caso específico de um grupo de pessoas desprovidas de recursos financeiros que, por serem impedidas de morarem nas

áreas mais centrais, buscaram as margens do rio e a encosta da falésia como forma de sobrevivência no ambiente urbano como é o caso das ocupações na Beira Rio.

2.2. O PROCESSO DE (AUTO)CONSTRUÇÃO DA BEIRA RIO.

A questão da ocupação do solo urbano na cidade de João Pessoa, desde o período colonial, veio a desencadear uma série de desigualdades na medida em que as classes abastadas e os incipientes setores médios obtiveram os melhores espaços urbanos, enquanto, aos pobres livres e aos escravizados, estavam reservados os espaços mais precários da cidade. Esse quadro, com as devidas mudanças proporcionadas pelo aprofundamento da dinâmica capitalista na apropriação da cidade, se alongou por todo século XX e segregou ainda mais o espaço urbano, levando as classes trabalhadoras a se situar nas regiões periféricas da cidade:

[...] áreas alagadas (geralmente em aterros sobre mangues); zonas de preservação (com grandes limitações legais de construção e tipo de uso e ocupação do solo e, conseqüentemente, de baixo valor no mercado imobiliário); áreas de domínio público (áreas verdes ou destinadas à instalação de equipamentos comunitários em loteamentos e conjuntos habitacionais, áreas de domínio de rodovias e rede de alta tensão); e, por último, nas zonas de topografia acidentada (morros e barreiras). (BATISTA, 1983. p. 48-49).

No caso da comunidade Beira Rio, existem alguns fatores que explicam os motivos que ocasionaram as ocupações que aconteceram na extensão vale do rio Jaguaribe. Um primeiro fator importante está ligado diretamente à questão do emprego e renda que determinaram, em grande medida, a migração da força de trabalho do campo para a cidade de João Pessoa configurando uma causalidade externa⁶⁹.

⁶⁹ As cidades passaram a concentrar a atividade econômica mais que o campo, o que impulsionou a urbanização progressiva nos países industrializados ou em vias de industrialização. [...] Na maioria dos casos, ele aconteceu conforme as necessidades econômicas das populações. Entretanto, as cidades não estavam preparadas para abrigar um grande número de pessoas, muitas vezes nem mesmo existiam, e foram criadas sem planejamento, o que explica a forma desordenada do processo de tomada e criação do espaço urbano. Dessa maneira, os problemas atuais dos assentamentos humanos decorrem do início do processo de urbanização e das suas complicações. (MAUAD, 2011, p. 58-59)

No que tange às questões internas observa-se a intensa valorização imobiliária de bairros como Tambaú e Manaíra – posteriormente o Bessa – com a implementação de infraestrutura como água, pavimentação de ruas, energia etc.⁷⁰, que se tornaram áreas residenciais produzindo um processo de expulsão levando famílias a abandonarem suas moradias (algumas situadas nesses bairros ainda em processo de efetiva ocupação) e irem ocupar outros espaços.

Dessa feita, foi irremediável a ida desses grupos para as consideradas regiões “desvalorizadas” pela especulação imobiliária. No caso da Beira Rio aconteceu um verdadeiro êxodo inicialmente feito por pescadores e seus familiares que residiam na região da praia que fugiram à procura de um local apropriado para uma moradia compatível com seus recursos financeiros.

A obtenção do espaço na Beira Rio se deu em três momentos específicos, o primeiro deles ocorreu por volta de 1968 quando o casal *Manoel Antônio de Oliveira e Severina dos Santos Oliveira* ocuparam parte da propriedade de Antônio d’Ávila Lins e Helena da Silveira d’Ávila Lins, como consta na documentação encontrada no arquivo da Associação dos Moradores, que correspondia a uma área de aproximadamente dois quilômetros de extensão coberta por uma vegetação densa. A largura variava entre trinta e trezentos metros, encontrava-se bem delimitada a leste e ao norte pelos mangues alagados do rio Jaguaribe, a oeste, por uma falésia e ao sul, pela antiga Estrada Velha hoje avenida Senador Rui Carneiro, e a puseram o nome *Sítio Santa Cruz de Boa Vista*⁷¹.

Essa região era parte desmembrada da fazenda *Ribamar* popularmente conhecida por fazenda *Boi-só*⁷² que estava localizada nas proximidades da atual avenida Acre, no

⁷⁰ Este processo está relacionado com expansão urbana da cidade João Pessoa em direção às praias. No decorrer da segunda metade do século XX, tal área constituída em torno das Avenidas Epitácio Pessoa e Rui Carneiro passaram a ser alvo de intensa especulação imobiliária e, por conseguinte, disputas territoriais e foi justamente incrustada numa área considerada limítrofe entre os bairros de Tambaú e Manaíra que surgiu a Comunidade Beira Rio, atual bairro São José.

⁷¹ Em requerimento endereçado ao presidente da CEHAP, feito pela Associação de Moradores (AUBR) e pelo casal Manoel e Severina, com o apoio do técnico do CEHAP chamado Francisco de Assis Santiago de Oliveira, no ano de 1983 foi listado a quantidade de árvores frutíferas o que nos faz ter ideia do tamanho do terreno que fazia parte do Sítio. Segue a relação: 19 mangueiras; 17 coqueiros; 15 goiabeiras; 01 abacateiro; 01 jaqueira; 01 limoeiro e 120 pés de bananeiras.

⁷² Em meados de 1856, Francisca Fernandes de Lima registrou a posse de suas terras intituladas “um sítio no lugar Boi-só”, em junho do mesmo ano tomou posse desta, com a mesma nomenclatura, o Sr. Simplicio

bairro dos Estados, e suas terras se estendiam para além das margens da BR-230 chegando até à praia do Bessa. No final do século XIX após ter tido vários proprietários a *Boi-só*, que era propriedade rural de engenho, se tornou uma grande fonte de alimentos da cidade da Parahyba, fornecendo verduras, frutas e cereais à população.

O fato que caracterizou, num primeiro momento, a ocupação da região foi a possibilidade de escolha do lote que levou *a priori* a família *dos Oliveiras* e, meses depois, alguns outros(as) moradores(as) a apossarem de terrenos maiores possibilitando, além do espaço para a construção da casa, área para desenvolver atividades agrícolas como plantação de roças de mandioca, milho, feijão e criação de animais como galinha, gado e porcos, como relata o senhor *Manoel Antônio de Oliveira*:

Eu Manoel Antônio de Oliveira vim de Tambaú em virtude de não ter condições de pagar aluguel de minha casa, pois na época eu ganhava apenas a quantia de CR\$ 40.00 mensal e pagava de aluguel a quantia de CR\$ 25.00. Encontrando essa área desocupada me senti na obrigação de construir meu casebre de palha e meus primeiros vizinhos foram os matos e alguns animais que eu criava. Aqui passei vários anos ocupando parte do terreno para plantar e tirar algumas coisas para sobreviver.
(Trecho do depoimento cedido à direção da Associação de Moradores quando da elaboração do documento Reivindicações da Favela, ano 1981.)

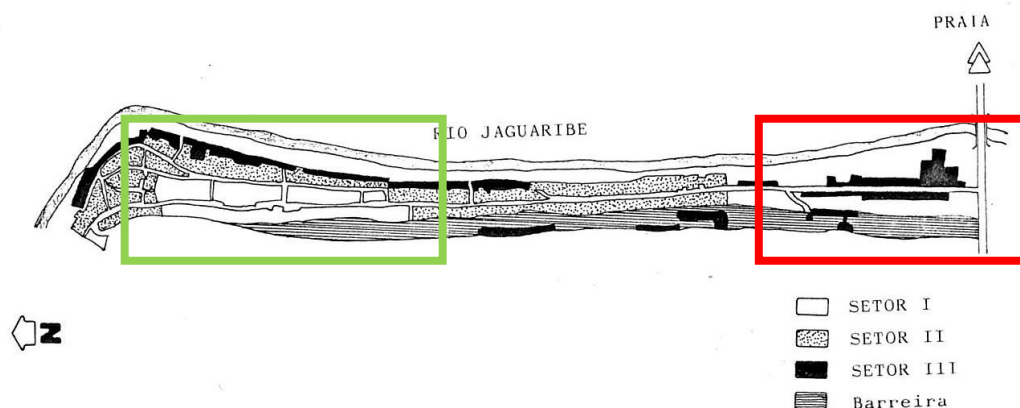
Ao saber da grande disponibilidade de terra nessa localidade, além dos(as) moradores(as) da área da orla marítima (Cabo Branco, Tambaú e Manaíra), alguns(mas) outros(as) de bairros próximos seguiram rumo às proximidades do rio Jaguaribe, em busca de moradia, fugindo do custo elevado com aluguéis, por conta da expulsão provocada com o avanço da urbanização rumo ao litoral e por conta do contexto de seca e falta de emprego vivenciadas na parte rural do Estado.

Ainda nesse primeiro momento, nos 6 (seis) anos iniciais, um outro casal conhecido por *Zé Belarmino e Dona Iracema*, se encaminharam, reunidos em um grande grupo familiar, para a região conhecida como propriedade da família *Luna* e vizinha ao Sítio

Narciso de Carvalho. Relatos afirmam que essa denominação “Boi-só” teve origem por conta da dificuldade dos moradores em pronunciar o nome do seu primeiro proprietário da fazenda, o francês *Boisôt ou Boisson*. Fonte: SOBRADO DA FAZENDA RIBAMAR E CAPELA. **MEMÓRIA JOÃO PESSOA. Informatizando a História do Nosso Patrimônio.** Disponível em: <<http://www.memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/22.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2021.

Santa Cruz da Boa Vista, que logo depois ficou conhecida pelo nome de *Beira Rio*. Ao chegarem à região, assumiram um protagonismo no que se trata o processo de formação da comunidade se tornando os responsáveis por receber os demais que chegaram nos anos seguintes. O caráter de liderança que ambos possuíam lhes projetou como figuras importantes em várias áreas estruturantes na comunidade durante os anos que eles residiram nela. Hoje falecidos, não deixam de estar presentes nas lembranças dos(as) moradores(as) da comunidade como veremos no decorrer desse texto.

Figura 1 - Mapa com sinalização de onde se situavam o Sítio Santa Cruz da Boa Vista (em vermelho) e a Comunidade Beira Rio (em verde). (1968-1983)



Fonte: MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA. *Mapa com sinalização de onde se situavam o Sítio Santa Cruz da Boa Vista (em vermelho) e a Comunidade Beira Rio (em verde). (1968-1983)*. Disponível na Dissertação de Mestrado Intitulada: *Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira Rio, 1983*. Sinalizações coloridas nossas.

Zé Belarmino, à época, trabalhava na construção civil e, ao se encontrar desempregado, logo ao saber da existência da área ainda não habitada⁷³, migrou com seus familiares para a região e após a construção de sua moradia, encabeçou o primeiro movimento de autoconstrução de casas junto com os demais habitantes que diariamente se juntavam à comunidade. Dona Iracema, por sua vez, acolhia as mulheres e crianças através de atividades como, por exemplo, cursos de artesanato, alfabetização dos menores e ideias

⁷³ Eles chegaram à região por intermédio de um dos integrantes da família que tinha trabalhado na reforma de uma casa no conjunto habitacional João Agripino, que fica nas proximidades, e vislumbrou a possibilidade de habitar na área haja vista que não tinha aparentemente “dono” e iria amenizar os problemas financeiros que possuíam.

como venda de produtos feitos pelas próprias moradoras da comunidade nas praias de Manaíra e Tambaú, com o propósito de arrecadar dinheiro para a compra de alimentos que eram compartilhados entre as famílias.

Esse grupo formado por familiares⁷⁴, morava em casas alugadas numa vila entre os bairros de Miramar e Castelo Branco, vindos do interior do Estado anos antes, eles(as) estavam passando por sérias dificuldades. O aumento dos preços das moradias e a falta corriqueira de alimentos fizeram com que, em comum acordo, todos(as) empreendessem a ideia de migrar em direção ao terreno que ficava localizado às margens do rio Jaguaribe na altura da praia.

Vejamos o que diz a entrevistada *Maria da Conceição*, filha de *Zé Berlamino e Dona Iracema*:

Meus pais conversaram com meus tios e tias e resolveram vim pra cá como última solução pra a gente sobreviver em João Pessoa. Tava muito difícil as coisas, eu era menina mais lembro da agonia. Então depois disso viemos pra cá e como era tudo muito, muito simples muito humilde e eles (meus pais) lá no Castelo Branco já trabalhavam assim já rezavam os terços nas casas... em comunidade, quando chegou aqui continuou a fazer esses trabalhos, rezavam nas casas os terços e foi reunido o pessoal e foi vendo que a comunidade tinha necessidade e o que a gente podia conseguir, porque a gente aqui num tinha escola, nós não tinha Posto... não tinha nada! Né?... Então foi conversando com a comunidade, foi então na minha casa meu pai fez um quartinho de lado que era pra ele trabalhar e desse quartinho, como não tinha Posto de Saúde ele foi e conversou com minha mãe: “Iracema, vamos ver o que a gente faz, vamos daqui e vamos procurar pessoas da Comunidade, pessoas que possa nos ajudar porque as crianças num tinham nada, adoeciam e num tinham pra onde ir. A escola, quando o prefeito veio aqui, minha mãe com a comunidade foi reivindicar a ele pra construir uma, quando ouviu o grupo de moradores logo prometeu que ia construir uma escola nem que fosse um salão... e isso ele fez, construiu uma. (MARIA DA CONCEIÇÃO, 2017).

Esses deslocamentos em grupo vão ser bem corriqueiros na primeira e parte da segunda fase de formação da Beira Rio como apontam alguns relatos e isso vai desencadear um processo interessante de apoio entre essas famílias já estabelecidas com

⁷⁴ Uma importante constatação é que os membros desse grupo, anos após se estabelecerem na localidade vão exercer um papel de grande relevância na dinâmica interna da comunidade através de sua influência nos movimentos relacionados à igreja católica e organização política e social dos(as) demais moradores(as).

os(as) moradores(as) que iam chegando, no sentido de prestar ajuda na construção das casas, nos cuidados dos filhos, no empréstimo de bens e na ajuda na mudança.

Não podendo ser diferente, na medida em que as pessoas ouviam a respeito do que estava acontecendo na recente Beira Rio, iam tomando interesse, ora por sua condição social e financeira ou mesmo por se tratar de um movimento que, em meio a dificuldades, seguia no sentido contrário do que estava se pensando para a cidade naquele momento, realizando o acolhimento dos(as) necessitados(as) de moradia e alimentos.

Segundo os dados do levantamento feito pela SEPLAN/CEHAP, em 1982, os quatro primeiros anos de ocupação, quando cerca de 24 famílias chegaram à região, foram relativamente tranquilos se comparados com os anos posteriores. Num processo de quase que de desbravadores, os(as) primeiros(as) moradores(as), munidos(as) de pás, enxadas e picaretas foram derrubando mata adentro, cavando e limpando a área onde futuramente seriam erguidas suas respectivas casas.

Vejamos o que nos contam alguns participantes desse movimento, atentos aos motivos que levaram a formar o processo inicial de ocupação do espaço:

[...] Eu, Antônia Carneiro da Silva cheguei na Beira Rio vinda da *Vila Japonesa* antes eu morava na favela *Brasília de Palha* onde fui indenizada porque construíram a avenida da construção da Avenida Beira Rio⁷⁵. A indenização recebida não deu para comprar uma casa em outro lugar, tendo que morar em outra favela no caso a Favela Beira Rio. Eu tinha 6 filhos, na época e meu marido era biscoiteiro e ganhava quase um salário-mínimo a única solução foi vim pra qui porque a gente não tinha condições de pagar aluguel em outro lugar. [...]

(Trecho do depoimento cedido a direção da Associação de Moradores quando à elaboração do documento Reivindicações da Favela, ano 1981.)

Depois que chegamos de *Pernambuco* primeiro a gente foi morar em *Mandacaru* num lugar chamado *Vem Vem* depois *Alto do Céu* depois é se eu num me engano *Oitizeiro* [...] aí quando meu Pai soube que tinha um pessoal invadindo esse terreno aqui aí meu Pai veio fez uma cabaninha uma parte de lençol e a outra parte que era de vara de mangue e barro aí pronto éramos sete irmãos fora meu pai e minha mãe só ele trabalhava como pedreiro e era dessa forma que era o sustento da casa. (ANA MARIA, 2017).

⁷⁵ Trata-se da atual Avenida José Américo de Almeida, que popularmente continua sendo denominada de Beira Rio, que margeia outro trecho da margem do rio Jaguaribe, a montante do atual São José.

Esse quadro também é atestado por outras de nossas entrevistadas:

Eu morava em *Sapé* depois me mudei pra *Mandacaru* uma amiga minha que tava invadindo aqui, já tava terminando de invadi, foi lá pra *Mandacaru* pra me procurar por mode eu invadir um pedaço aqui pra mim fazer uma casinha aqui porque eu pagava alugue lá no *Auto do Céu* essa minha amiga já morava muito tempo aqui, Luiza, já tinha gente aqui mais era pouco gente só era casa de palha e não tinha nem água nem luz. (ADÉLIA RAIMUNDA, 2017).

Eu tive que me mudar de *Cerro Corá* pra cá porque meu ex marido trabalhava numa firma de capinar estradas e ruas e BR aí uma pessoa que trabalhava com ele disse que tinha esse terreno aqui que estavam invadindo esse terreno e se ele num queria vim praqui aí ele foi e veio praqui ai quando ele chegou aqui ele vai e arranja esse lugar que a gente mora aí eu e ele se juntou e botou quatro furtia a gente chama furtia hoje em dia é estaca sei que lá a gente chama furtia mesmo botou quatro lá duas lá duas cá e duas no meio enrolou de palha e eu fui pra debaixo com dois filhos né i aí aqui estou. (DONA RITA, 2017).

Entre 1972 e 1975, cerca de 216 novas ocupações foram registradas num contexto em que muitos moradores(as) estavam imigrando do campo, como consequência da intensa seca entre 1969 e 1970, e de vários outros lugares sem terem condições de pagar seus respectivos alugueis e a medida em que a instabilidade de trabalho e renda se tornava um problema, pois ficava impossível conciliar com o orçamento doméstico, sobravam as periferias como solução para que fosse possível conciliar local de moradia nas proximidades do trabalho.

Durante o segundo movimento de ocupação, entre 1974 e 1978, observa-se que a origem das famílias foi sendo ampliada. Levando em consideração que a primeira leva era predominantemente de pessoas que já residiam nas regiões da praia, neste segundo momento passaram a residir na comunidade pessoas vindas de outros bairros e até mesmo de cidades do interior e de estados vizinhos.

A chegada de mais habitantes começa a mudar um pouco a dinâmica da comunidade, onde antes existia uma grande disponibilidade de terrenos que possibilitou a construção de casebres em áreas bem separadas, salubres e com menor proximidade com o rio e da barreira, passou a se tornar cada vez mais difícil encontrar espaço. Daí surgiu a alternativa de comprar dos(as) moradores(as) mais antigos(as) para ter direito assegurado

sobre o terreno, o que não deixa de ser um fator complicador levando em consideração que, nesses casos, se fazia necessário ter um capital inicial para poder comprar o terreno na Beira Rio e justamente o que levava as pessoas a irem para aquela localidade era a não condição de obterem posses numa cidade em acelerado processo de valorização do solo urbano, notadamente nos bairros praianos.

O crescimento das ocupações chamou a atenção do poder público local, na pessoa do então prefeito Hermano Augusto de Almeida⁷⁶ que, em 1978, passou a intervir de forma bastante violenta e agressiva na Beira Rio determinando que funcionários municipais derrubassem as casas sob a justificativa de valer o direito dos proprietários legais assegurado por lei. Ao usar brutalmente a força, o prefeito gerou um grande tumulto entre os(as) moradores(as) da comunidade como podemos observar no relato de Ana Maria:

[...] um episódio muito forte que eu lembro pouco tempo depois que minha família chegou na comunidade foi quando veio a derrubada das casas por ser uma área que pertencia a Marinha. Porém a Prefeitura achava errada a invasão se eu não me engano era, alguma coisa Almeida o nome do Prefeito nessa época aí ele mandou derrubar muitas casas inclusive a gente foi pro mato e só ficou meu Pai na casa a gente se escondeu porque como era mato a maioria da área aqui, atrás da minha casa era o mangue, aí foi lá onde a gente se escondeu. Meu Pai deixou a gente lá eu minha Mãe e meus 6 irmãos a gente ficou escondido lá até que passasse essa derrubada. Eles derrubaram muitas casas aí nessa noite a gente ficou até tarde eu não lembro o horário mais a gente ficou tudo amontoado num cantinho no mangue. Depois que esses homens da Prefeitura passaram e como não derrubaram a minha casa, porque meu pai ficou dentro dela e não tinham como eles derrubarem por cima dele, eles foram embora, aí meu Pai buscou a gente de volta pra casa aí foi assim como um pesadelo. (ANA MARIA, 2017).

Tal instabilidade criada pela Prefeitura ao se posicionar e agir em favor dos interesses dos proprietários do terreno promovendo a expulsão de famílias, gerou entre os(as) moradores(as) a necessidade imediata de iniciarem um movimento de luta para garantir a permanência no local pautando diariamente questões que eram divulgadas pela

⁷⁶ A administração do Prefeito Hermano Augusto de Almeida (1975-79) promoveu uma série de obras de grande vulto nos bairros praianos do Cabo Branco e Tambaú, a partir do já mencionado Projeto CURA, com drenagem de terrenos, saneamento, alargamento e asfaltamento das grandes vias, especialmente a Eptácio Pessoa e a Rui Carneiro, nova iluminação pública, de maneira a criar um atrativo para que a urbanização se consolidasse efetivamente nesses bairros, deixando sua função de veraneio para passar a ser de moradia.

imprensa local e fazendo com que outros agentes externos passassem a participar desse embate. Num outro momento de atrito entre Prefeitura e comunidade Beira Rio, membros do movimento recorrem ao Primeiro Grupamento de Engenharia, instituição que pertence ao exército brasileiro, localizado no bairro dos Estados próximo a av. Epitácio Pessoa, como é relatado a seguir,

[...] Apareceram os fiscais da Prefeitura pressionando os moradores para desocuparem o terreno dentro de 48 horas, pois tinham autorização do Sr. Hermano Almeida que na época era prefeito da Capital. Por mais que o pessoal pedisse para que eles não derrubassem os casebres que foram construídos com muito sacrifício, não houve apelo e os casebres eram derrubados, isso acontecia durante o dia, mas a noite o pessoal reconstruía. Foi então que o pessoal se organizou indo à prefeitura onde foram mal-recebidos pelo Prefeito que não deu nenhuma solução para o problema e dizendo ainda que queria o terreno desocupado, pois não autorizava ninguém a ocupar o referido terreno. Voltando da Prefeitura fomos até o 1º Grupamento de Engenharia onde narramos todos os fatos que estavam acontecendo. Recebendo todo o apoio do Comandante que afirmou não mais iriam derrubar seus casebres. [...]

(Trecho do depoimento cedido à direção da Associação de Moradores quando da elaboração do documento Reivindicações da Favela, ano 1981.)

A adesão por parte de membros das Forças Armadas a essa questão tão delicada que era a queda de braço entre Prefeitura e o movimento comunitário da Beira Rio foi possível pelo grande número de denúncias feitas através dos jornais e informativos da época mostrando o sofrimento que as famílias vinham passando com os despejos promovidos e prevendo um conflito de maior intensidade. Houve por parte do exército uma posição favorável à manutenção dos casebres e consequentemente dos(as) moradores(as) na região.

Isso só foi possível, segundo Paulo Marcelo, por conta de uma estratégia política de luta social elaborada pelos(as) moradores(as) a partir de um consenso que foi firmado no interior da comunidade e que ganhou força justamente pelo cenário político e social da época. Ele afirmou que esse movimento de ir buscar ajuda dos militares foi pura estratégia para que pudessem amenizar o conflito. Como forma de contrapor à ação municipal no interior da Beira Rio surgiu a narrativa de que o terreno não pertencia nem à família Luna, que o tinha adquirido da família d'Ávila Lins, nem à prefeitura que estava executando as

ações violentas na comunidade, todavia a região pertencia ao Exército Nacional por estar situada entre um rio e falésia.

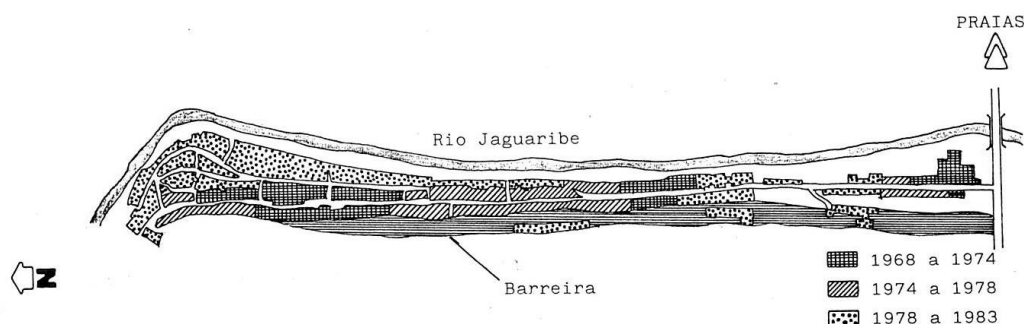
Neste sentido só ele poderia tirar os moradores(as) daquela localidade e como as ações da gestão local foram mal-vistas por parte da sociedade coube ao comandante do 1º Grupamento da Engenharia por “panos quentes” na situação interrompendo a ação o que foi prontamente atendido haja vista o período da ditadura militar no país o poder dos militares, seja de qualquer patente foi superdimensionado.

Com isso o movimento que se formou desde o fim da década de 1960, com a chegada das primeiras famílias na comunidade, passou, do ponto de vista social, a ganhar ainda mais força e importância quando as reivindicações pela implementação de serviços básicos como abastecimento de água, energia elétrica, melhores condições de saúde e escola e, principalmente, a posse da terra se tornaram os principais motivos de embate junto ao poder público.

Durante os anos de 1978 e 1983, que configura o terceiro momento de ocupação, quando comparado com os anos anteriores é nítido que houve um adensamento populacional o que demandou, para além de uma organização física, uma organização social dos(as) moradores(as), até porque iremos ver, a partir dos depoimentos, que surgiram aqui as primeiras lutas dos(as) moradores(as) para permanecerem na área, contrapondo-se à tentativa agressiva dos proprietários da terra de expulsá-los.

É nesse momento, também, que ocorrem as primeiras tentativas de melhoramento da comunidade, por parte dos próprios moradores(as), com a construção de equipamentos de usufruto coletivo como as pontes de madeiras sobre o rio que ligava a comunidade à região da praia, as escadarias que dão acesso aos conjuntos João Agripino e Brisamar, ajustes na rua principal, a creche, a igreja católica e o posto de saúde. Tais ações aconteceram por meio de mutirões, campanhas para a obtenção de recursos para compra de materiais de construção e, em alguns casos, por meio das pressões feitas sobre as instituições públicas, já que essas não demonstravam preocupação em prover serviços essenciais naquela localidade.

Figura 2 - Mapa sobre o processo de ocupação da Beira Rio. (1968-1983)



Fonte: MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA. *Mapa sobre o processo de ocupação da Beira Rio. (1968-1983)*. Disponível na Dissertação de Mestrado Intitulada: *Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira Rio*, 1983.

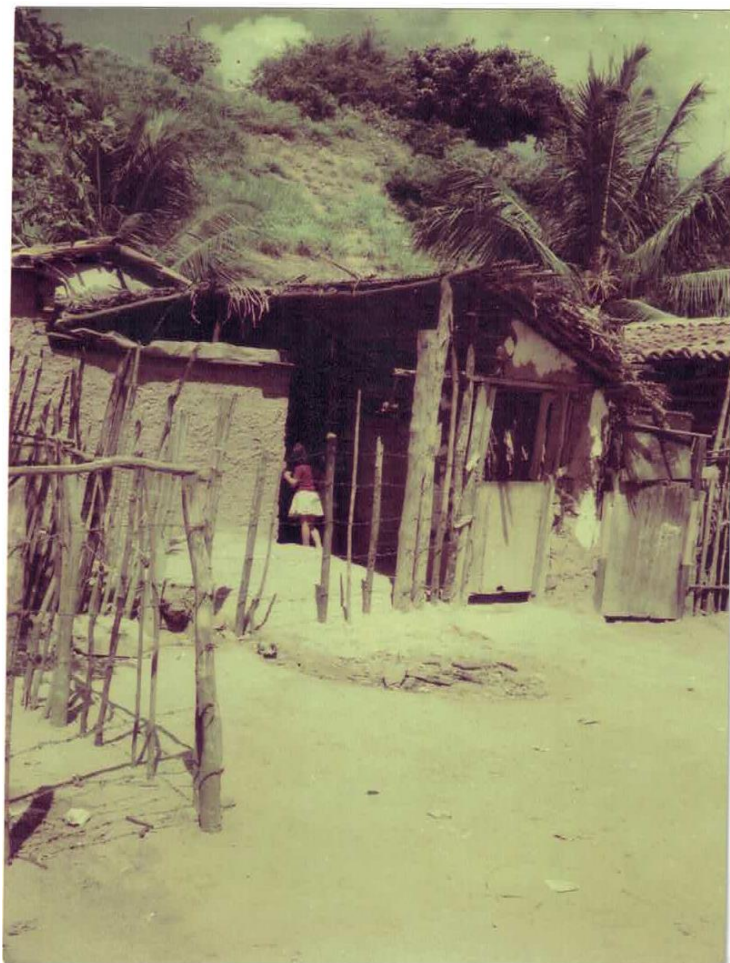
Nada mais simbólico no processo de ocupação da Beira Rio do que a autoconstrução das casas que representava um marco inicial na vida dos moradores(as) que carregavam dificuldades para sobreviver em outras localidades na cidade de João Pessoa ou nas suas cidades de origem.

A necessidade de mudança imediata para a região, levou muitas famílias a construir cômodos pequenos onde passavam a morar para, depois de fixados, aos poucos, ampliarem para melhor acomodação em relação à quantidade de integrantes. A ampliação dos cômodos ou a mudança para materiais construtivos mais definitivos dependia de uma série de fatores e se tornava uma atividade bastante complexa e, muitas vezes, bastante demorada.

A construção envolvia todo o núcleo familiar, geralmente o pai, chefe de família, que trabalhava na construção civil, contribuía com recursos financeiros e nas horas de folga também construía a própria moradia. As mulheres, mães e filhas, além de realizarem as atividades domésticas, também vendiam sua força de trabalho cozinhando, lavando e passando roupa para as famílias que residiam nos bairros vizinhos em rápido processo de crescimento (João Agripino, Brisamar, Manaíra, Bessa etc.) e as crianças e os adolescentes, quando não estavam na escola ou às vezes se encontravam envolvidas em

pequenos trabalhos urbanos para contribuir com a sobrevivência familiar, tinham tempo para contribuir diretamente no processo construtivo, em pequenas tarefas, que iam se tornando mais intensas à medida em que cresciam e sua condição física e etária permitiam esforços maiores⁷⁷.

Fotografia 3 - Aspectos das moradias feitas de barro e madeira na Beira Rio.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Aspectos das moradias feitas de barro e madeira na Beira Rio*. Comunidade Beira Rio, João Pessoa/PB. Ano: meados de 1980. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José. Acessado em: fev 2017.

⁷⁷ Esse tipo de organização coletiva do trabalho, onde todo o núcleo familiar estava envolvido, assim como os vizinhos e outros familiares, pode ser observado tanto quando aconteciam as construções de suas respectivas casas particulares como também dos espaços de uso coletivo, tal como aconteceu com a construção da Capela, da Associação de Moradores e, posteriormente, da Creche Comunitária, conforme veremos em outros momentos desse trabalho.

Cabia ao pai da família, justamente pelo domínio da técnica construtiva, o papel de liderança no processo de demarcação dos alicerces, construção de paredes, pisos até a cobertura da casa. As mulheres e os filhos, no entanto, não ficavam alheios a esse processo, tendo papel bastante ativo e ajudando, através do carregamento de barro, areia e água para o fechamento das paredes e, ainda, buscando a madeira e a palha que havia nos mangues e na mata próximos ou outros materiais possíveis de serem obtidos e coletados de alguma forma. Era um trabalho coletivo e árduo, onde cada um contribuía com o que era possível para a obtenção dos resultados desejados.

Um dos pontos mais significativos de nossas pesquisas no acervo da Associação, em princípio não esperado nas primeiras incursões, mas que se revelou uma aquisição preciosa, foi encontrar uma série de documentações fotográficas, que permitiram entrever alguns desses aspectos aos quais estamos nos referindo e que acabaram se tornando importantes fontes de informações e investigação ao longo do corpo de nossa dissertação, conforme podemos constatar na fotografia acima.

A palha, que era usada tanto como forma de “parede” quanto como telhado costumava ser colhida nas proximidades da comunidade, haja vista que o pé-de-coco era algo abundante na região tornando-se, na maioria das vezes, a primeira a matéria-prima para a construção das casas na comunidade. Em síntese as estruturas das habitações na Beira Rio seguiram, quase a totalidade, as seguintes fases: Primeiro se utilizava a palha em toda a estrutura (paredes e telhados), depois o barro, a madeira, o papelão e o zinco como estrutura e o telhado ficava entre a palha e as telhas e, por fim, o tijolo e telhas para cobrir a moradia.

Existiam, porém, casos em que as famílias eram lideradas por mulheres que não tinham companheiros, estas assumiram toda responsabilidade de construção da casa fazendo tarefas que estavam ao seu alcance ou tendo ajuda de outras pessoas, como nos relatou Dona Adélia,

Eu não tinha condições de construir minha casa de tijolo então o que foi que eu fiz encomendei com seu Pedro pra tirar a madeira do manguê, porque ele já era acostumado com esse serviço porque tinha que colocar até óleo nos braços e nas pernas pra entrar no manguê por causa dos mosquitos. Eu paguei uns mirréis a ele e fui ajuntando o barro que eu pegava da barreira pra subir as paredes meu vizinho tirou as palhas do pé de coco e eu e minha amiga quebramos elas pra cobrir o barraco. Só que eu não sabia, mais não se pode tirar a palha em noite de lua cheia que a

largata de fogo come ela todinha... foi dito e feito em menos de dois meses só tava o talo, tive que colocar uns lençol no lugar, aí quando vinha chuva da casa de nosso Senhor Jesus Cristo, eu e minha menina ficava toda molhada... mais era o jeito, mais eu não perdia a esperança que eu um dia ia pussuir uma casa de tijolo. Só depois que eu entrei na prefeitura pra trabalhar varrendo a rua foi que eu conseguir um dierinho e comprei umas telhas já usada de uma amiga de trabalho, todos os tijolos que eu achava lá por Tambaú e Cabo Branco quando eu ia varrendo eu trazia na cabeça e apareceu um filho de Deus, seu Paulo que levantou minha casa de tijolo, ele trabalhava mais pelo um prato de comida do que pelo dinheiro que eu dava a ele e assim ele construir os quartos e a cozinha e os anos foi passando e eu dando uns retoques. (DONA ADÉLIA, 2017)

Como podemos observar, foi utilizada em grande escala a técnica da taipa para a construção das casas na Beira Rio, porém cabe salientar que, na medida em que as famílias foram se estabelecendo na localidade e conseguiram no mínimo uma certa estabilidade financeira, as paredes de taipa foram sendo substituídas por tijolos e o telhado de palha trocado por telhas. Coexistiram na Beira Rio construções de taipa, palha e de tijolos, durante vários anos de ocupação o que acabava revelando diferenças internas entre as famílias, pois algumas conseguiram construir suas casas totalmente de tijolos através da compra, troca ou doação de materiais já outras encontram na coleta de materiais oferecidos pela própria natureza (o barro, a palha, a areia e a madeira).

Vejamos o relato de Dona Adélia,

Quando eu cheguei aqui eu vivia de lavagem de roupa, não era casada e minha filha tinha 18 anos e trabalhava nas casas dos outros, a gente não tinha muitas condições de fazer nosso barraco do jeito que a gente sonhava não, o dinheiro que a gente arrumava só dava pra se alimentar mesmo. Por isso nós fiz a nossa casinha do jeito que dava, de palha, mas muito organizadinha, agora tinha famílias que eram maiores e que mais gente trabalhava e conseguiram fazer suas casas logo de tijolo com mais cômodos inclusive era a casa das pessoas com mais condições aqui na comunidade que tinham budegas, que trabalhava nas construções que recebia alguma ajuda. Eu só vim conseguir construir a minha casa de tijolo depois que eu entrei pra trabalhar na Prefeitura varrendo a rua, aí eu fiz, aumentei, construí uma cozinha, um banheiro com fossa que num tinha e depois as coisas foram melhorando ainda mais. (DONA ADÉLIA, 2017)

Mesmo com as diferenças entre as estruturas das casas na Beira Rio é importante perceber a importância que é dada pelos os(as) moradores(as) ao processo de autoconstrução das delas, como o objetivo maior é ter a garantia um terreno na localidade, os fatores que determinam os materiais usados vão se tornar secundários em várias situações. É fato que as famílias que possuíam casas de tijolos eram privilegiadas em detrimento da maioria feitas de taipa, porém esse fator não chegou a interferir nas pautas reivindicatórias propostas no âmbito da comunidade.

Fotografia 4 - Aspectos das moradias feitas de taipa na Beira Rio.

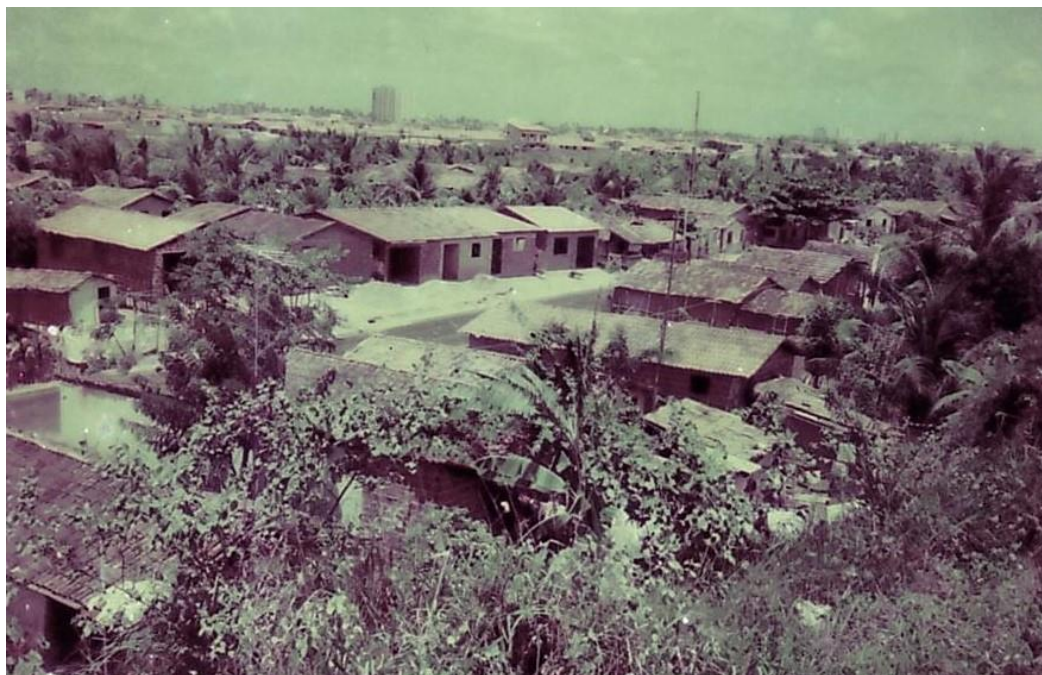


Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Aspectos das moradias feitas de taipa na Beira Rio*. Comunidade Beira Rio, João Pessoa/PB. Ano: meados de 1980. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José. Acessado em: fev 2017.

Mesmo com as diferenças entre as estruturas das casas na Beira Rio é importante perceber a importância que é dada pelos os(as) moradores(as) ao processo de autoconstrução das delas, como o objetivo maior é ter a garantia um terreno na localidade, os fatores que determinam os materiais usados vão se tornar secundários em várias

situações. É fato que as famílias que possuíam casas de tijolos eram privilegiadas em detrimento da maioria feitas de taipa, porém esse fator não chegou a interferir nas pautas reivindicatórias propostas no âmbito da comunidade.

Fotografia 5 - Aspectos das moradias feitas de tijolos e cobertas com telhas na Beira Rio.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Aspectos das moradias feitas de tijolos e cobertas com telhas na Beira Rio*. Comunidade Beira Rio, João Pessoa/PB. Ano: meados de 1980. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José. Acessado em: fev. 2017.⁷⁸

Na medida em que o processo de construção das casas foi se adensando, questões como saneamento, luz elétrica e abastecimento de água foram demandando soluções rápidas, porém de forma improvisada, até porque o poder público ainda negligenciava a presença da Beira Rio em seus projetos urbanísticos. Na maioria dos casos, os dejetos eram

⁷⁸ Na fotografia foi tirada do conjunto habitacional João Agripino em direção à Beira Rio e registrou no primeiro plano a região onde aconteceram as primeiras ocupações em 1968, a medida em que os anos foram passando e os moradores(as) foram adquirindo ainda mais estabilidade financeira houve uma paulatina substituição do material de construção das casas que passaram a ser, num processo gradual, predominantemente de tijolos. Observa-se, na imagem, o novo traçado da rua principal que percorre toda a comunidade ligando a região onde ocorreram as primeiras ocupações com as demais áreas. Paralelamente foram abertas mais duas ruas, uma próxima à principal e a outra nas margens do rio Jaguaribe. Nota-se, ainda, ao fundo, as habitações do bairro de Manaíra evidenciando uma contradição que há anos persiste, pois o fato de não ter outras comunidades semelhantes ao redor e estar cercada por bairros onde residem pessoas com poder aquisitivo superior, tornou a Beira Rio muito mais estigmatizada.

lançados ao ar livre ou no rio, a energia elétrica era improvisada do Conjunto João Agripino pelos(as) moradores(as) de poder aquisitivo melhor, já os(as) demais utilizavam candeeiro a querosene para garantirem a iluminação interna das casas, e a questão da água eram cavadas cacimbas particulares.

Mesmo com essas questões de impactos no cotidiano e da precariedade dos serviços básicos, as entrevistadas afirmaram que o que mais importava era a certeza de que se tinha um lugar para morar e por mais que todo esse processo de construção das casas fosse difícil e os recursos para poder viver bem na comunidade fossem escassos, o que importava era ter a casa “própria”, sentimento que vai ainda mais atrair pessoas para a comunidade.

À medida que o processo de ocupação da Beira Rio avançava ainda mais, ganhando grandes proporções, novos atores sociais passaram a participar da dinâmica de organização do local como é o caso da figura de um diácono chamado *Israel Ramos Reinaldo* que *a posteriori* se torna padre e que, além de realizar as atividades religiosas, amplia sua forma de intervir na comunidade, como exemplo, auxiliando na dinâmica de divisão dos terrenos na comunidade para as pessoas que iam chegando.

A Beira Rio pertencia à área pastoral da Igreja Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro de Miramar, cidade de João Pessoa e tinha como pároco *Everaldo Peixoto Vasconcelos*⁷⁹, ou mesmo *Padre Everaldo*, como ficou conhecido na comunidade. Os motivos precisos para o envio do diácono para a localidade não são de conhecimento público, o que se sabe é que ele pertencia a um movimento religioso chamado “Núcleo de Voluntariado da Legião de Maria” que estava vinculado à Associação de católicos chamada de Legião de Maria⁸⁰, que se reunia uma vez por semana, duas horas, em volta de

⁷⁹ Padre Everaldo acompanhou todo processo inicial de ocupação da Beira Rio e, através das suas homilias e discursos públicos, alertava as autoridades sobre o surgimento daquele território, a necessidade de um olhar cuidadoso para com seus moradores(as) que iam participar das missas presididas por ele e o informavam sobre a situação. Ele foi um dos fundadores da Ação Pastoral Igreja Viva, em 1969, que atuou ativamente na organização estrutural, política e social dos moradores(as) da Beira Rio como veremos a seguir. Deixou seu ministério para se casar com Alexandrina Peixoto com quem teve 4 (quatro) filhos, porém sempre esteve à disposição da Arquidiocese Paraibana na função de Coordenador de Extensão Universitária do UNIPÊ.

⁸⁰ A Legião de Maria é uma Associação Internacional de Fiéis, fundada em 1921, em Dublin – Irlanda, por Frank Duff. No Brasil, a Associação surgiu ainda em 1950, porém só em 24 de outubro de 1951 obteve o reconhecimento oficial. Frank Duff se inspirou na estrutura organizacional do exército da antiga Legião Romana, para sugerir o nome *Legio Mariae*; de consequência, ressignificou símbolos do exército romano e

uma mesa com uma toalha branca e flores e velas acesas para rezarem orações e compartilharem as ações sociais e religiosas, como visitas às famílias da comunidade para partilharem alimentos e rezarem o terço mariano, promovidas por seus membros durante os outros dias.

Vejamos algumas observações feitas a respeito da atuação do clérigo na comunidade:

Padre Israel veio pra cá assim quando meus pais e meus sogros vieram pra cá. Ele era legionário, meus pais também eram legionários, [...] aí quando eles chegaram Padre Israel também veio também e rezava os terços nas casas, antes de fazer a Capelinha, rezava toda noite e desses terços as pessoas iam dentro dos terços e do evangelho se trabalhava pra união da comunidade pra que gente lutasse vamo construir a Igreja? ... vamo! ... A capelinha era feita de vara aí nós fez uma passeata de vara todo mundo foi arranjar vara e veio na passeata e foi feita a primeira Capelinha. (MARIA DA CONCEIÇÃO, 2017).

[...] O padre Israel é peça fundamental né ele foi primordial para a história da comunidade, a gente tira o chapéu pra ele porque foi ele mesmo que fundou a Capelinha, foi ele que lutou, foi ele que evangelizou as famílias, casou muita gente, batizou muitas crianças, muita coisa. (ANA MARIA, 2017).

O seu envio à região feito pela arquidiocese paraibana acontece num momento em que a igreja católica, com o Concílio Vaticano II (1962-65), desenvolve estratégias aproximando os clérigos às classes mais populares, passando a entendê-las como um público importante de organização e mobilização social sob a égide Católica.

Com o auxílio de seminaristas e do próprio movimento da Legião de Maria, que já era reconhecido pela arquidiocese e que mais tarde ele irá se tornar presidente espiritual, o diácono Israel acabou desenvolvendo um trabalho de caráter pedagógico, relacionando as passagens bíblicas como os acontecimentos do dia a dia da comunidade o oportunizando a

adotou a sua nomenclatura, quase toda ela em latim. *Catena Legionis*, *vexillum*, *tessera*, *praesidium*, *curia*, *regia*, *comitium*, *concilium* etc. são termos que expressam a identidade e a unidade entre os membros, como também sua comunhão com a Igreja de Roma, ao conservar certa familiaridade com a língua oficial da Igreja Católica. Chama-se *praesidium* cada grupo de até 15 membros. Cada *praesidium* recebe sempre o nome de um título de Nossa Senhora, não raro, também em latim, embora isto não seja obrigatório. Segundo define o manual da Associação, a Legião de Maria tem como finalidade “a glória de Deus, por meio da santificação dos seus membros, pela oração e cooperação ativa, sob a direção da autoridade eclesiástica, na obra de Maria e da Igreja: o esmagamento da cabeça da serpente e a extensão do reino de Cristo”. Fonte: <https://noticias.cancaonova.com/brasil/legiao-de-maria-celebra-aniversario-de-missao-no-brasil-e-de-fundacao/>. Sítio eletrônico acessado no dia 29 de set de 2020.

tomada de consciência social e política que também contribuiu para a elaboração de ações relacionadas à luta pela moradia e pelos direitos humanos.

Do ponto de vista de organização da comunidade, os anos de 1978 a 1983 concluíram o ciclo intenso das ocupações, chegando a atingir aproximadamente a marca de 6.000 habitantes, segundo o levantamento feito pela AUBR, composta por migrantes rurais e pessoas que vieram da praia e de outros bairros da cidade com péssimas condições de trabalho e vida que vão demandar interna e externamente questões relacionadas à luta por melhorias nas condições de vida.

Tabela 1 - Dados sobre as ocupações na Beira Rio entre os anos de 1968 e 1983.

Ano	Número de novas ocupações	Média de ocupações por ano
De 1968 a 1971	24	06
De 1972 a 1975	216	54
De 1979 a 1980	214	107
Em 1981	233	233
De 1982 a 1983	248	124

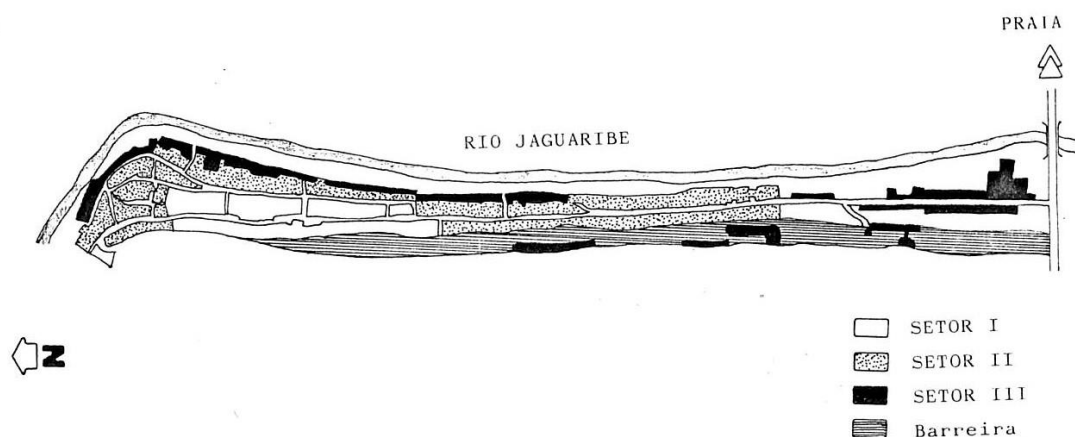
Fonte: Levantamento realizado pela Secretaria do Planejamento do Estado da Paraíba – SEPLAN e pela Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, entre os anos de 1979 e 1983. Disponível Dissertação de Mestrado Intitulada: *Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira Rio*. Autora: Maria do Socorro Xavier Batista.

A essa altura, com as outras regiões da comunidade já habitadas por migrantes rurais, trabalhadores urbanos com péssimos salários e com uma parcela considerável de pessoas que retornaram de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo por falta de emprego, coube às aproximadamente 248 famílias que chegaram à comunidade, irem buscar abrigo em áreas consideradas precárias como é o caso das margens do rio, onde anualmente tinha enchentes, e a barreira com o perigo de desabamento era constante.

Do ponto de vista físico, em meados de 1970 a Beira Rio já se encontrava bastante segmentada, o que fica demonstrado através da organização de cada região no interior da comunidade, na medida em que se deu o processo de chegada das famílias e a consequente ocupação dos terrenos. Na área considerada central (setor I), onde estava o primeiro grupo que chegou no ano de 1968, estavam os terrenos mais amplos que possibilitaram a construção de casas, inicialmente de um cômodo, que foram sofrendo intervenções na medida em que as condições de vida iam melhorando.

É a área onde estão localizados os principais equipamentos de uso coletivo e próxima ao Conjunto João Agripino, onde era o ponto ônibus mais próximo que facilitava a circulação alguns moradores(as) para seus postos de trabalho.

Figura 3 – A Beira Rio apresentada a partir dos setores que se formaram após as ocupações. (1968-1983).



Fonte: MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA. *A Beira Rio apresentada a partir dos setores que se formaram após as ocupações. (1968-1983)*. Disponível na Dissertação de Mestrado Intitulada: *Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira Rio*, 1983.

Em relação à situação de trabalho, boa parte das pessoas que ocupavam o setor I tornaram-se modestos funcionários públicos contratados pelo Estado⁸¹ para desenvolver atividades na própria Beira Rio como professores(as), vigias, serventes e atendentes do posto médico e ainda tinham os comerciantes e os trabalhadores da construção civil. Por terem a condição de remunerados esses(as) moradores(as) conseguiram, ao passar dos

⁸¹ Residiam também nessa região os funcionários contratados que não realizavam suas atividades no interior da Beira Rio. Na segunda gestão municipal de Damásio Barbosa da Franca (1979-1983) um grupo de moradores da comunidade, formado predominantemente por mulheres, começou a trabalhar na secretaria responsável pela limpeza cidade de João Pessoa.

anos, comprar materiais mais resistentes (tijolos e cimento) para melhorar o acabamento de suas casas e ainda, em alguns casos, custearam despesas com energia elétrica⁸².

Outro grupo economicamente ativo que residia nessa localidade eram os trabalhadores da construção civil que, em serviços isolados ou em empreitadas através de contratos, ofereciam mão-de-obra barata e competente num momento de expansão das construções de moradias na região litorânea (Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa).

Um ponto interessante é que os membros do núcleo do movimento que organizava as pautas reivindicatórias relacionadas às questões de falta de água, energia elétrica, falta de serviços coletivos (escola, posto médico etc.) residiam em sua maioria na região. Com a conquista desses e outros objetivos, em especial implantados primeiramente nessa região, os membros do movimento vão passar a ser questionados tendo em vista que as demais áreas da comunidade permaneciam carentes desses serviços que, de certa forma, junto com a questão da posse da terra, eram sinônimos de união dos(as) moradores frente as ações do Estado.

Próximo a essa parte central da comunidade havia outro setor, o II, onde residiam um grupo considerável de pescadores e era uma espécie de desdobramento onde os familiares dos(as) moradores(as) já estabelecidos passaram a construir suas casas por falta de espaço no Setor I. Era muito comum, quando os(as) filhos(as) se casavam, passarem a morar em outra residência e na maioria, em muitos casos, foram ocupar essa região, e somada a elas estavam as pessoas que iam chegando na região através de indicação feitas que conseqüentemente ocasionara novas ocupações. As casas eram de taipa e cobertas de telha e tinham uma estrutura menor comparadas com as do primeiro núcleo e estavam distribuídas no percurso da rua e nas proximidades da barreira, onde só era possível o acesso através de becos e trilhas.

⁸² A questão da energia elétrica vai ser ponto de pauta permanente quando se trata das reivindicações que eram feitas no âmbito da comunidade junto aos poderes locais como veremos ao longo do texto. Porém, ações individuais nesse sentido são observadas, inclusive com maior frequência nessa região onde ocorreram as primeiras ocupações. Em decorrência da aproximação da região com o conjunto habitacional João Agripino, era possível encontrar casas que tinham energia interna a partir de ligações que eram feitas entre residências do referido conjunto com pontos da área cabendo ao morador(a) da Beira Rio arcar com as despesas de instalação de fios e com a metade do valor da conta no fim do mês. Cabe ressaltar que como esse movimento era algo particular, quando se observa o coletivo o problema com a energia elétrica persistia por isso a ênfase durante boa parte da trajetória de luta dos habitantes da comunidade em relação à referida reivindicação.

Por fim, o setor III da Beira Rio⁸³, que foi ocupado entre os anos de 1981 e 1982, se formou a área próxima à avenida Ruy Carneiro que é relativamente distante da parte central da comunidade, onde estava centralizada a maioria dos equipamentos de uso coletivo. Os terrenos dessa região são resultados do processo de escavação da barreira e do aterro de parte do rio tornando-os precários e insalubres. As casas são construídas com barro, palha, pedaços de madeiras, e anualmente eram invadidas pela maré alta e pela areia proveniente de pequenos desabamentos comprometendo diretamente na vida dos que ali residiam. Os(as) moradores(as) dessa localidade trabalhavam majoritariamente de biscates (trabalhos eventuais) o que tornava a situação bastante insegura, haja vista que sem uma renda fixa tornava-se quase impossível manter uma família.

Essa diferenciação do espaço que ocorre no interior da Beira Rio reflete as condições pelas quais os(as) moradores(as) estabeleceram a forma de ocupar o local na medida em que a qualidade dos terrenos, a situação de trabalho e o tipo de material usado na construção das casas determinam que são os “de baixo”, mais antigos moradores, que residem na área principal onde são tomadas as decisões no nível de movimento e que acabavam se beneficiando mais dos equipamentos de uso comunitário existentes e, os “de cima”, ocupantes da área ocupada a posteriori, desassistida e considerada “periférica” evidenciando uma explícita divisão socioeconômica na comunidade⁸⁴.

A segregação espacial no interior da Beira Rio sempre foi uma situação enfrentada de forma coletiva, mesmo que a maior parte das deliberações e decisões partissem da região central (Setor I), atos, passeatas, reuniões foram realizadas frequentemente em apoio aos moradores(as) que residiam na região dos “de cima” (Setor III) com o objetivo de afixar a ideia de coletividade sabendo o quanto isso era importante num contexto tão heterogêneo que vivia a comunidade mediante aos diferentes processos de ocupação do local.

⁸³ Essa região correspondia ao antigo Sítio Santa Cruz da Boa Vista e foi ocupada logo após a execução do projeto habitacional pela CEHAP, que não chegou a concluí-lo e, portanto, deixou livre para que as pessoas pudessem ocupar o terreno.

⁸⁴ Não por acaso, após as tragédias envolvendo a queda de barreiras na Beira Rio (1984), que ocorreram exatamente no território dos “de cima”, que a FUNSAT irá encontrar abertura para desenvolver as ações de cunho assistencial e políticos nos governos de Wilson Braga, na figura da primeira dama Lúcia Braga, e intensificar ainda mais o debate interno relacionado a questões ligadas à infraestrutura local criando uma espécie de polarização entre os(as) moradores(as) como veremos adiante.

Ganhando proporções antes não vistas, o movimento organizado no interior da comunidade começou a crescer em quantidade de integrantes, reunindo forças na construção das pautas e logrando alguns sucessos no que tange às reivindicações, e isso fez com que o grupo percebesse a necessidade de aprimorar a forma de organização coletiva levando o poder público a mudar a forma de agir, na questão de investimentos estruturais na Beira Rio.

CAPÍTULO 3 – A ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO (AUBR): “O ORGÃO MÁXIMO E REPRESENTATIVO DA COMUNIDADE.”

Antes de abordarmos diretamente a criação da *Associação União Beira Rio (AUBR)*, faremos uma breve incursão sobre a importância dos movimentos sociais urbanos no processo de redemocratização brasileira, notadamente entre meados dos anos 1970 e finais dos 1980, período sobre o qual pesquisamos nosso objeto, de forma a situar melhor o nosso tema e percebê-lo nessa rica conjuntura.

Durante os anos de 1970 e 1980 os estudos sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil salientaram aos olhos dos pesquisadores por se apresentarem como um campo de análise bastante rico, algumas vezes marcados por aspectos contraditórios, no que tange à relação desses movimentos com o Estado, bem como as suas formas de organização se remetiam às suas pautas e reivindicações que norteavam ação coletiva.

Curiosamente, essa crescente visibilidade dos movimentos sociais se deu, em termos de contexto histórico, no mesmo momento do avanço dos regimes ditatoriais e dialeticamente com a fase de redemocratização em diversos países da América Latina, que sofreu o avanço dos regimes ditatoriais no Cone Sul desde meados da década de 1960, desafiados pela resistência de diversos setores da sociedade, que passaram a uma condição de maior reação a partir do final dos anos 70.

No caso brasileiro, um longo processo de avanço e recuos se estabeleceu no período, tendo as greves do ABC (final dos anos 1970) e a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas (1983/85) como marcos importantes no mesmo. Nesse contexto, diversos movimentos sociais urbanos e rurais se afirmaram em todo o país, colocando em xeque os estreitos limites repressivos da ação do Estado militar. O desfecho institucional de saída da ditadura se deu através de uma via de transição negociada indiretamente (com uma conciliação pelo alto, que levou Tancredo Neves à eleição via Colégio Eleitoral em 1985), que refreou um avanço mais intenso das lutas sociais, mas, no entanto, esses movimentos mostraram sua notoriedade e força, trazendo para o plano das políticas do Estado as suas reivindicações, mesmo que muitas vezes ainda sob o manto da repressão, ainda que sob um regime formalmente democrático.

Vários dos estudos que pudemos consultar apontam que, no contexto brasileiro, numerosos movimentos sociais se constituíram a partir de uma base urbana composta por vários setores da população e membros da classe operária que, juntos, reivindicavam questões vinculadas ao espaço de moradia e à reprodução de força de trabalho em torno das carências urbanas, englobando reivindicações por vários serviços públicos, em relação aos quais essas populações eram bastante carentes. (BOSCHI e VALADARES, 1983 e JACOBI, 1980).

Movimentos sociais, nesse sentido, não são meros grupos de interesses em comum que porventura visem “benefícios” pontuais, o que os caracteriza é justamente a questão do coletivo social e da identidade em comum que seus participantes compactuam. No contexto urbano é nítido que os grupos compartilham inúmeros desafios em comum e, por conseguinte, seus interesses individuais acabam dando lugar a reivindicações de cunho coletivo⁸⁵. Movimento social é, em suma, ‘a ação histórica dos grupos sociais’ (GOHN, 1997, p.246) sendo responsável pelo surgimento de atores sociais que vão se destacar pelo fato de se vincularem às lutas referentes às problemáticas de bairro e segregação social.

Nesse sentido, na segunda metade dos anos 1970, uma série de movimentos de bairros, de periferias urbanas, demandando serviços públicos como transporte, saúde, educação, entre outros, expressavam uma configuração mais ampla para os movimentos sociais que enfrentavam um contexto de extremo autoritarismo e que traziam o protagonismo das classes populares ao cenário das lutas políticas. No âmbito dos bairros começava a se jogar um dinâmico jogo de organização social e política, que começou a extravasar os limitados quadros da política institucional.

Como observaremos em outro momento em relação à Beira Rio (assim como em relação a outras localidades emergentes em João Pessoa), uma série dessas reivindicações irá aparecer nas pautas dos seus moradores e moradoras que vai resultar na criação da Associação União da Beira Rio - AUBR, de forma a ser possível perceber sua presença no campo mais amplo de lutas pela construção de uma sociedade democrática no Brasil daquele período. Questões referentes à saúde, educação, transporte e outras irão permear

⁸⁵ Cardoso (1980, p.339-340) pontua que uma das características dos movimentos libertários que surgem nos bairros é vivência com a pobreza. Segundo ela, esse elemento é capaz de unir as pessoas e dar o caráter de sentimento, independente das diferenças entre os participantes.

parte das proposituras estabelecidas no momento de formação e consolidação do bairro, algumas se apresentando como desafios até os dias atuais.

Dessa forma, em João Pessoa, como em outras cidades em franco crescimento populacional, os novos bairros populares e as organizações neles surgidas começaram a se fazer cada vez mais presentes nesse momento, realizando um enfrentamento ou uma interlocução com o conjunto da sociedade ou o poder estatal, amplificando a complexidade das políticas urbanas. Certamente, também há de se observar que, para além das relações externas ao bairro, no âmbito interno de cada um deles, outras dimensões de enfrentamentos se estabeleciam entre pessoas ou grupos que disputavam a condução de suas lutas frente ao conjunto da cidade e em relação ao contorno das relações locais de poder e influência.

Nesses locais que pontuam os espaços do bairro, o poder se encontra em movimento: ora os indivíduos podem ocupar o lugar de detentores do poder, o que Elias & Scotson (2000) denominam de estabelecidos – aqueles (as) que formam um grupo coeso e que se reconhecem como tal – ora os indivíduos se encontram na condição de *outsiders*, ou seja, aqueles (as) que não se reconhecem como detentores do poder e sequer enquanto grupo. Sobre estes últimos recai uma pecha de descrédito, falta de coesão e incapacidade de autorreconhecimento, sem que as diferenças entre ambos – estabelecidos e *outsiders* – perpassem questões relativas à etnia, gênero, classe social entre outros.

Tal análise assenta-se em aspectos da sociologia histórica eliasiana⁸⁶, perpassando as relações de poder entre os indivíduos considerados estabelecidos e *outsiders* na nascente Comunidade Beira Rio que, *a posteriori*, ganha o título de Bairro São José, observando-se

⁸⁶ A Nova Sociologia Histórica tem seu marco inicial nos Estados Unidos da América entre os anos 60 e 70 do século XX. Também recebeu influências da Europa, como por exemplo, do teórico Norbert Elias. A Sociologia Histórica tem como papel principal reflexões sobre os fenômenos que compõem os processos sociais de longa duração de manutenção ou de mudança social. A forma como os sociólogos dessa desse ramo da Sociologia desenvolvem suas pesquisas opõem-se ao modo de fazer Sociologia baseado na linearidade, universalidade e determinações dos processos sociais. “A sociologia histórica aborda processos de mudança e continuidade sociais e revela a arbitrariedade de muitos arranjos sociais” (MONSMA; SALLA; TEIXEIRA, 2018, p.65). A sociologia histórica busca compreender e desenvolver reflexões acerca de como as estruturas sociais se organizam e como as mesmas são influenciadas pelos processos sociais. Dentre as seguintes características da sociologia histórica, podemos destacar: partem de fronteiras que podem ser individuais ou coletivas, que mudam ou se reproduzem, que buscam refletir sobre as estruturas políticas e econômicas, valorizam as narrativas nos processos de representação e interpretação do contexto social vivenciados pelos indivíduos. Dentre as questões estudadas estão: gênero, família, racismo, feminismo, trabalho, religiosidade, movimentos culturais, etc.

as relações de interdependência entre os indivíduos à luz das fontes que compõem esta pesquisa: o acervo da associação que contém uma documentação ainda pouco explorada, a exemplo de folhetos mimeografados, fotografias, jornais e afins, bem como os relatos de memória de moradores e moradoras do bairro.

Desse modo, ao se entrecruzar informações oriundas das referidas fontes, percebe-se que se formam intercâmbios abarcados pelo “tempo vivo da memória”, segundo a perspectiva de Bosi (2003), ressaltando-se que o processo de surgimento e desenvolvimento do bairro São José se configura em meio a disputas de poder entre indivíduos que se apresentam, ora como estabelecidos ora como *outsiders*, nos possibilitando compreender também como tais relações se configuram no espaço do bairro e, por conseguinte, da cidade.

O movimento comunitário de bairros tem, enquanto organização social, as associações de moradores⁸⁷ que, institucionalizadas, não deixam de fazer parte do movimento tornando-se um instrumento para a solução das demandas das comunidades. São as associações de moradores responsáveis pelo gerenciamento dos problemas locais visando o melhoramento das condições de vida dos moradores e moradoras da comunidade.

Nesse sentido, as associações exercem um papel importante dentro da esfera política e social haja vista que, a partir das reivindicações dos direitos dos moradores e moradoras das comunidades, seus agentes sociais questionam o papel do Estado no que tange à estruturação da vida urbana. Certamente, a vivência política dessas associações no plano mais geral e em seu interior não é linear e, muitas vezes, se verificam situações conflituosas em seu âmbito, relativas às diferentes perspectivas de ação de seus componentes. A aproximação ou distanciamento com partidos, outras organizações ou agentes políticos estabelece um quadro complexo.

Segundo Rabay (1987) é possível perceber, a partir da análise da trajetória das associações de moradores da cidade de João Pessoa que, do final da década de 70 até o ano de 1982, surgiram várias delas apresentando um caráter reivindicatório e de embate

⁸⁷ Segundo o Código Civil – Capítulo II, artigos 53 ao 60, para se constituir legalmente enquanto espaço deliberativo é preciso criar um estatuto, eleger uma diretoria, ter registro em cartório, possuir registro público com pessoa jurídica e tomar decisões apenas em assembleias.

político, tendo como parceiros representantes de partidos políticos de pensamento à esquerda, assim como membros da Igreja Católica que seguiam tal pensamento, fazendo como que se estabelecessem com certa autonomia em relação ao Estado e aos seus representantes legais.

É explícita a preocupação dos representantes das Associações em firmarem um discurso de inserção social perante as autoridades competentes, que se mostravam desinteressadas em dotar a comunidade de melhores condições de vida. Sendo assim, nesse embate de forças, houve uma eclosão de conflitos em que:

Alguns ganhos puderam ser vislumbrados pelas periferias urbanas. Comissões de moradores, em trabalho conjunto com técnicos do Governo ligados à CODEL – órgão da Secretaria de Planejamento do Estado – desenvolveram planos de urbanização de favelas, [...] juntamente com a assinatura de documentos de autorização de posses de terras em áreas invadidas. (RABAY, 1999, p.69)

Todavia, com o processo de formalização do movimento das associações entre os anos de 1983 e 1986, observa-se a tentativa, e em alguns casos com êxito, de intervenção do Governo nas estruturas dos movimentos com o objetivo de “transformá-las numa espécie de administradoras e repassadoras de seus programas” (RABAY, 1999, p. 69). No caso específico da Beira Rio foi criada uma outra associação, conhecida como Associação Comunitária Amigos da Beira Rio - ACAMBR, fato que causou inúmeros conflitos entre os moradores e moradoras, conforme vislumbra-se, a seguir, no depoimento de Dona Rita, então moradora da Beira Rio.

Eles criaram a Associação lá no começo do bairro e a gente tinha a nossa famosa, a gente tava no auge. Num era São José não [...] Eles fizeram tudo pra tomar a Associação daqui e não conseguiram, não conseguiram [...] e quando foi no dia da eleição, para nossa surpresa, que veio um monte de gente pra nos bater [...] E a gente ficou na votação, foi pau aqui, pau ali, cada uma que fosse mais forte que o outro que venceria, como sempre nós éramos mais organizado, coisa que a gente num é hoje. (DONA RITA, 2017,)

Na ocasião narrada acima, por uma moradora da comunidade e participante ativa das ações perpetradas pela AUBR, se observa um dos vários conflitos que aconteceram

durante algumas eleições das chapas para presidir a associação. Segundo a entrevistada, o grupo mais antigo, do qual ela fazia parte, não era condizente com as práticas de Governo vigentes, obtendo assim certa hegemonia no campo das ideias, organizando-se de forma incisiva para refletir, perante a sociedade civil e o poder público, o posicionamento da maioria dos moradores e moradoras.

Dessa forma, observa-se, através do depoimento, que o grupo o qual pode ser entendido, à luz da perspectiva de Elias & Scotson (2000), na condição de estabelecido perante a população da comunidade, visto que ocupavam uma posição de poder ao presidir a associação. A nosso ver, isso está expresso quando ela traz em sua fala o fato de que “(...) a gente tinha a nossa famosa, a gente tava no auge: qualquer coisa, ‘chame as mulheres da Beira Rio!’”. Porém, esse mesmo grupo era considerado *outsider* perante o poder público, visto não coadunar com o posicionamento dos “homens do poder” em relação às decisões relativas à própria comunidade.

Nesse sentido, coube ao então governador Wilson Braga, a partir da criação da Fundação Social de Apoio ao Trabalho - FUNSAT, articular as associações paralelas no interior das comunidades, para que exercessem o papel de interlocutoras que pretensamente compactuariam com todos seus projetos, cooptando seus membros e enfraquecendo assim as lideranças políticas autônomas que representavam até então os interesses dos moradores e moradoras.

Em relação a questão da gerência local é notório que as práticas acima citadas proporcionaram que a comunidade, de fato se tornasse um dos grandes redutos eleitorais da então primeira-dama do Estado, Lúcia Braga⁸⁸, que teve a sua atuação na comunidade várias vezes questionada, tendo em vista que sua conduta assistencialista que a projetou politicamente, como por exemplo em sua candidatura à Câmara Federal em 1986, visto ser ela uma figura pública que,

⁸⁸ Antônia Lúcia Navarro Braga (1934-2020), enquanto primeira dama do Estado da Paraíba, se fez valer de diversas práticas políticas conservadoras para efetivar muitas de suas ações, a exemplo da distribuição de cestas básicas, materiais de construção, entre outros, em comunidades carentes do município de João Pessoa, a fim de levantar capital político eleitoral para suas futuras candidaturas. De acordo com Rodrigues (2017), foi por meio de sua atuação junto à população periférica da região metropolitana da cidade de João Pessoa que a mesma se tornou conhecida, fazendo uso, para tanto, do cargo que ocupou na FUNSAT, o que a transformou em um importante nome político no Estado paraibano em meados da década de 1980.

(...) atuou junto à população periférica de João Pessoa e, pautada em práticas assistenciais e assistencialistas, conseguiu mobilizar grande parcela desse setor, trazendo para junto do governo, o apoio de importantes lideranças comunitárias, desmobilizando, em partes, alguns movimentos sociais urbanos (RODRIGUES, 2017, p. 14).

Durante alguns anos, representantes políticos tentaram várias vezes cooptar lideranças da própria comunidade para que seus projetos eleitorais e de governo fossem efetivados tendo como canal a própria Associação. Nesse sentido, alguns relatos que serão mencionados no decorrer desse capítulo, somados aos documentos e fotografias encontrados no arquivo da AUBR irão ajudar a compreender o início do movimento popular, apoiado pelo movimento de organização ligado à Igreja Católica que deu origem à criação da Associação traçando uma trajetória que vai, desde as primeiras ações de reivindicações por políticas públicas para a comunidade, perpassar pelas formas utilizadas para atuar visando o fortalecimento da instituição dentro e fora da Beira Rio e a atuação dos agentes políticos, o que acabou contribuindo para uma desmobilização de alguns associados (as), no que diz respeito ao processo de luta da Beira Rio que, em 1987, passasse ser conhecida como Bairro São José.

3.1. PAUTANDO O DIREITO À PERMANÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES E MORADORAS.

Num contexto geral as organizações e instituições de luta por direitos no Brasil, segundo Sader (1988) passaram por uma crise no período de 1970 e 1980 que resultou no surgimento de “novos sujeitos”, devido à falta de representatividade, que produziram outros espaços coletivos de mobilizações. Esses que não necessariamente estavam ligados a organizações com sindicatos, partidos políticos e a Igreja, “passaram a definir-se, a conhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas” (SADER, 1988, p. 10)

Tal autonomia dos movimentos sociais, limitada em certas situações, é observada durante o período em que a ditadura, com suas formas de atuação, pressionou qualquer tipo de manifestação contrária ao controle e dominação que impactava diretamente na capacidade de luta e resistência da classe trabalhadora empobrecida. O formato de

organização que acabou contrariando os parâmetros tradicionais evidenciando o confronto com a institucionalidade vai oportunizar a criação de novos espaços para a prática da política amparada nas vontades e interesses dos próprios sujeitos.

No caso da Beira Rio, o movimento de moradores, liderado por membros da família Belarmino, vai ser organizado durante quase toda a década de 1970 a partir da demanda por lugar de moradia em detrimento ao avanço brutal das políticas de urbanização da cidade que, como já foi citado, dificultou o acesso dos empobrecidos à terra urbana. Antes da institucionalização, como associação, do movimento, a Igreja Católica chega na comunidade para atuar junto com os(as) moradores(as). É a relação que os *Belarminos* têm com o catolicismo que vai consolidar a entrada da Igreja e o desenvolvimento de suas ações na comunidade. Segundo Paulo Marcelo (2021),

Já existia ações da Igreja nas redondezas da comunidade, por exemplo a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Miramar, as pessoas visitavam ali, as pessoas da comunidade iam para missas ali. E um padre inteligente vai procurar onde é que tem pessoas que precisam serem catequisadas. A primeira missa que eu assisti foi com Padre Everaldo lá na Igreja do Miramar. Padre Everaldo já falava da Beira Rio. [...] depois dele teve um outro padre, mas, Padre Everaldo foi mais firme, mais incisivo, ele defendeu com grandes falas a comunidade Beira Rio. Eu acho porque ele era mais politizado. Nós, direção da Associação tivemos muito contato, muita firmeza conversando ele. (PAULO MARCELO, 2021)

Padre Everaldo através da *Ação Pastoral Igreja Viva (1969)*, desenvolvida em todo território da Arquidiocese da Paraíba, tinha por objetivo aliar a Igreja às angústias, sonhos e esperanças aos moradores(as) dos territórios de atuação traduzindo-os em trabalhos de acordo com as necessidades do povo propondo ações ou simplesmente juntando forças ao movimento já existente no interior da comunidade.

Como coordenador da Ação Pastoral e pároco da Igreja Nossa Senhora de Fátima do Miramar, região próxima à Beira Rio, são fortes as evidências de que suas ações impactaram de alguma forma a organização e atuação do movimento autônomo na comunidade anos antes da formalização da associação, tendo em vista que, além das homilias feitas, uma série de materiais eram reproduzidos pela Ação Pastoral como

exemplo a criação de cânticos litúrgicos para serem utilizados nas missas com o intuito de fazer uma reflexão sobre os problemas da vida em comunidade.

Figura 4 - Letra de uma música que referencia a junção da questão religiosa com a luta dos movimentos sociais.⁸⁹

PAI NOSSO DA AMÉRICA LATINA
 REFRAO Pai, ó Pai Nosso, quando é
 que este mundo será nosso?
 Pai Nosso quando o mundo será nosso
 dos pobres, nossos irmãos?
 Pai Nosso como é duro ver minha gen
 te crucificada, pela opressão.
 Pai Nosso dessa América ferida,
 Ah vida, quanta aflição
 Pai Nosso quem saciará o pranto,
 dos povos dessas nações?
 Pai Nosso o coração de nossa gen
 te, despedaçado, quer solução.
 Pai Nosso a esperança do presente
 'e igualdade, repartição.
 par
 Pai Nosso, quando a terra será
 nossa, dos povos, sem aflição?
 Pai Nosso, quando a terra será
 nossa, dos pobres, nossos irmãos?

Fonte: AUTOR DESCONHECIDO. *Letra de uma música que referencia junção da questão religiosa com a luta dos movimentos sociais*. Disponível em: Arquivo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José – AUMBSJ.

As ações da Pastoral Igreja Viva podem ser percebidas em várias localidades do Estado da Paraíba⁹⁰, bem como na Beira Rio no sentido de que, em certa medida, o movimento de moradores acabou usando os materiais produzidos pela pastoral e o próprio apoio do Padre Everaldo no que diz respeito à tomada de decisões e busca pela luta e permanência naquela localidade:

⁸⁹ Essa letra faz parte de um repertório que foi cantado durante o 5º Congresso Nacional dos Favelados ocorrido na cidade de Recife no estado de Pernambuco-PE e que também foi utilizada em missas e atos promovidos pela Associação dos Moradores da Beira Rio.

⁹⁰ Isso acontece porque a *Ação Pastoral Igreja Viva* é uma comissão ligada à *Ação Pastoral Arquidiocesana (APA)* que, criada em 1967 por Dom José Maria Pires e outros agentes de pastorais, atuava de forma mais geral fazendo com a Ação Pastoral pudesse chegar a quase todo território da arquidiocese da Paraíba. (PEREIRA, 2017, p.153)

Padre Everaldo era diferente. Ele era da luta pela terra, era uma luta daqueles que não tinham pra onde ir que a sociedade estava excluindo e que tinha uma terra ali abandonada e que precisava ser ocupada por alguém para dar vida aquela terra, Pe. Everaldo falava isso. (PAULO MARCELO, 2021)

Nessa direção, é importante analisar quanto a participação do então diácono Israel Ramos, que segundo relatos chegou à comunidade por volta do ano de 1979, e desempenhou a função de mediador, foi relevante na medida em que o processo das ocupações foi se intensificando e que surgiu a necessidade de uma liderança para organizar o processo na Beira Rio.

Os(as) moradores(as) da comunidade julgaram melhor que a pessoa responsável por organizar a divisão das terras, não pertencesse à comunidade, o que a tornaria apta a tomar decisões pautadas nas premissas da igualdade, sem pré-julgamentos. Como as primeiras famílias que chegaram à região acabaram conseguindo terrenos maiores, coube ao diácono, primeiramente, o papel de liderar o processo de ocupação e divisão do espaço:

[...] quando o pessoal vinha né que descobriram que aqui podia invadir, aí o pessoal vinha e ia chegando então tinha gente que pegava um cantinho maior... o Padre saía no Domingo depois da missa, aí minha Mãe e outras pessoas da Comunidade, meu Pai, se juntava e ia pedir... fulano você tem um cantinho maior, dívida com essa pessoa né, aí tinha gente que num fazia confusão né aí dividia e ia dano, pronto! Aqui você faz seu cantinho, num era nada de dinheiro não, num tinha isso de vou comprar canto não... ninguém comprava era tudo doado, aí fazia o que... o pessoal arranjava cada um se responsabilizava, arranjava... porque era tudo de taipa... arranjava madeira, aí ia fazendo suas casinhas cuberta... tinha uns que num podia cobrir com telha porque nessa época nem tinha, cubria com lata com cartão, e as paredes era feitas com areia [...] (MARIA DA CONCEIÇÃO, 2017)

Quando a minha amiga foi me chamar em Mandacarú pra eu vim invadir um terreno aqui na beira rio, em 79, eu cheguei e fui falar com o irmão Israel aí ele veio até aqui nesse terreno e mandou eu construir minha casinha nele. Tinha dois terrenos vazios vizinho a esse meu, quando foi de noite um pessoal de Campina Grande invadiu e colocou um cercado bem próximo da minha porta, aí o padre veio conversou com eles e ficou bem dividido como você tá vendo agora, estou aqui desde que cheguei. (DONA ADÉLIA, 2017)

Ainda, segundo conversas com moradores(as), o diácono partilhou intensamente as questões vividas na comunidade e era comum ouvir em suas homilias registradas a mão por ele⁹¹, situações do cotidiano como forma de catequisar e ensinar no sentido de serem obedientes aos preceitos bíblicos e as determinações que forem impostas pelo poder público, visto que os adeptos da religião católica eram em maior quantidade. A junção dessa perspectiva religiosa ao movimento, no sentido de que o diácono vai se aproximar das reivindicações que estão sendo pautadas pelo grupo, vai agregar ainda mais o sentido de coletividade na comunidade, que passa a ver a incorporação da Igreja como importante aliada na luta, como veremos a seguir.

A igreja contribui bastante na formação do bairro formando grupos para lutar pelos nossos direitos. Partindo do diácono Irmão Israel, que já faleceu, que fundou aqui a Legião de Maria, orientando pra quê as famílias não fosse se ordenando sem a palavra de Deus entendeu? [...] porque assim, pra ele a Legião de Maria dentro da Comunidade era essencial por conta da família, porque Jesus, Maria e José, então por isso que a partir daí ele criou esse grupo e no decorrer do tempo aí foi se criando outros grupos e outros e mais outros e a participação dele na comunidade era contribuir ajudando pessoas da comunidade em relação a alimentos a pessoas necessitadas e a gente também os grupos que são criados dentro da Igreja levam o evangelho até as famílias, entende? (ANA MARIA, 2017).

Por mais que o diácono Israel Ramos tenha conseguido um lugar de destaque na organização da comunidade e na formação religiosa de parte de sua população, sua atuação também foi lida de uma outra maneira, pois há moradores(as) que analisam que algumas de suas ações interferiam no ato de luta pelos direitos da comunidade chegando a inibir o sentimento mais aguerrido de busca por melhorias, como é relatado:

Padre Israel teve uma participação muito grandiosa na história da nossa comunidade eu respeito muito ele, também sei dos defeitos num vô cobri o sol com a peneira não. Infelizmente uma das minhas falas é essa, Padre

⁹¹ O que se sabe é que essas fontes possivelmente estão sob o cuidado de um outro membro, e amigo do falecido Pe. Israel Ramos, da Igreja Católica. Durante o desenvolvimento desta pesquisa entramos em contato com possíveis interlocutores, porém não obtivemos êxito. Entretanto, por se tratar de uma prática que foi presenciada durante os anos de atuação do Pe. Israel Ramos na capela São José, as homilias escritas a mão se tornaram uma marca catequética do clérigo enquanto esteve à frente das práticas do catolicismo na comunidade.

Israel ele teve uma participação grandiosa aqui dentro, ele formou muita gente católica né? Padre Israel gostava muito de rezar ele gostava muito de rezar que às vezes a gente dizia que tinha muita reza sem ação muita gente eu mesmo me peguei dizendo isso porque tem muitas vezes que algumas coisas que a gente queria naquela coisa de comunidade né que a gente queria ele barrava a gente que talvez tinha sido bom né, não ter inflamado mais que a gente. Ele foi uma das pessoas que lutou junto conosco ele lutou junto conosco mais ele era aquela história ele dava a vara e ensinava a pescar, porém ele era mais envolvido com a formação dos moradores no catolicismo e depois de quando já começou a loucura todo mundo querendo ele já vinha determinar qual seria o teu terreno é por isso que a participação de irmão Israel foi muito grande muito boa no nosso movimento. (DONA RITA, 2017).

O diácono era uma pessoa distante dessa história da luta. Tinha vezes que a gente batia de frente com ele, com um jeito cuidadoso, mas a gente dizia que não concordava com as posições dele. Ele era um militar e as posições dele era que a gente era ocupante de uma coisa que não era nossa e que tinha que ouvir e obedecer a Igreja que ele pensava. [...] Se ele fosse uma pessoa mais próxima do povo, mais antenado no crescimento espiritual e humano a Beira Rio... Não tô dizendo que não tinha as dificuldades que a gente tinha e continua tendo não, mas, teria crescido bem mais do ponto de vista intelectual e humano. [...] ele tinha medo em relação ao crescimento da população da comunidade e a formação de grupo de reivindicação. (PAULO MARCELO, 2021).

Sobre essa ambiguidade que existe a respeito da figura do diácono, mais tarde padre Israel Ramos, podemos aventar algumas explicações preliminares diante de algumas falas, sendo uma delas a de que por ter servido ao exército nacional brasileiro, ele teve muitas vezes sua imagem vinculada à suposta questão da “espionagem”, um possível infiltrado que poderia, de fato, expor quais eram as ações do movimento.

Por ser esse “agente externo” volta e meia ele passava de um aliado apaziguador de conflitos para um cerceador de pautas reivindicatórias que eram elaboradas pela parte mais aguerrida do movimento comunitário. O que chama a atenção é que o diácono Israel Ramos soube conduzir com certa tranquilidade tais questões ficando evidente quando analisamos a duração de seu trabalho pastoral na comunidade, aproximadamente 30 anos.

Por mais que a organização dos moradores fosse forte e articulada, contando com esse apoio da própria Igreja Católica, era impossível operar em constante unidade pois volta e meia um interesse pessoal se sobressaía e o coletivo então passava a discutir a

questão causando inclusive desconfortos entre os integrantes. Como a maioria dos participantes do movimento tinha idade média, entre 25 e 40 anos, o choque de cultura se tornava quase que comum, não só entre eles como também com os demais moradores(as) da comunidade:

Tínhamos dificuldades também. Tinha um grupo que não achava que a gente não tava só pensando na comunidade, porque era um grupo que viveu a ditadura militar no começo, e que lá no começo as pessoas já eram tratadas como comunistas e que nós tínhamos raízes comunistas. Eu morava perto de 2 [duas] famílias que diziam: Um menino tão jovem, mas, já envolvido nessas coisas de comunista. Isso foi o que fez a gente em alguns momentos ficar distante de algumas pessoas. (PAULO MARCELO, 2021)

Nesse sentido, a urgência da criação de algo que aglutinasse os anseios, preocupações, projetos como também as ideias divergentes entre os(as) moradores(as) era algo que permeava as conversas nas rodas de amigos, nas festas e nos ambientes domésticos ainda mais quando a esse assunto se juntava a questão da desapropriação que era tema recorrente desde as medidas de desapropriação feitas pela PMJP durante a década de 1970:

Eu acompanhei essa fala: Gente essa terra é de uma família muito rica e que pensa ainda aqui construir uns apartamentos, grande coisas, lotear isso aqui. Ninguém sabia nem o que era especulação imobiliária, quem falava já falava para os outros o que era que era vender terra e transformar em negócio e pra que isso não acontecesse seria necessário uma organização muito forte e pra essa organização ser forte precisa criar uma Associação. (PAULO MARCELO, 2021)

Sendo assim, após discutir a proposta em toda a comunidade, na tarde do dia 15 de novembro de 1980, no prédio da Escola Nazinha Barbosa realizou-se uma assembleia para decidir a criação da Associação União da Beira Rio – AUBR⁹², que foi aprovada por todos e no dia 16 de novembro foi realizada a eleição dividida em sessões por toda a comunidade

⁹² Mesmo após esse movimento interno de criação da Associação de Moradores só 3 (três) anos depois, em 1983, é que a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Governo do Estado da Paraíba através da Secretária de Serviços Sociais reconhece a existência dela, porém isso não impede que os moradores promovam suas atividades nos anos anteriores como demonstram os documentos encontrados no acervo.

(*Sessão da Capela São José; Sessão da “Igreja dos Crentes”* – Assembleia de Deus e a *Sessão de Zé Buchudo*) na qual foram eleitos 7 membros que formaram a diretoria.

Como presidente *Alberto Mario Neves*, vice-presidente *Maria Do Socorro Santos Neves*, 1º secretário *João Nunes Do Espirito Santo*, 2º secretário *Janduir Monteiro*, 1º tesoureiro *Washington Nascimento Cardoso*, 2º tesoureiro *Heleno Da Silva*, e *Maria Da Conceição Santos*, que ficou responsável pelas relações públicas. Essa diretoria tomou posse no dia 8 de dezembro de 1980, com a presença do Vigário da Paróquia e quase toda a comunidade. E no mesmo momento propuseram uma assembleia, em caráter de urgência, em que ficou decidido que o primeiro passo da Associação seria organizar a população para reivindicarem a posse da terra como também serviços como energia elétrica e água encanada, essenciais para a permanência e o bem-estar na comunidade.

Após formarem uma comissão passaram a expedir ofícios à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA e para a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA, porém não receberam respostas. Daí tentaram recorrer a PMJP e, o então prefeito, *Damásio Barbosa Franca*, emitiu uma nota se isentando de qualquer responsabilidade e só depois disso foi que os membros da comissão entraram em contato com o Palácio do Governo do Estado da Paraíba para marcar uma audiência para expor os problemas enfrentados pelos(as) moradores(as) da Beira Rio.

No dia 5 de março de 1981 em comissão fomos até o palácio marcar uma audiência para expor todos os problemas da comunidade e exigir que o Governador tomasse todas as providências, mas não conseguimos marcar. Voltamos várias vezes e depois de muita pressão através de notas em jornais e entrevistas em rádio, marcaram a audiência para o dia 15 de abril de 1981 às 16 horas. A comissão compareceu ao palácio às 15 e 30 horas, esperamos até as 18 horas e não falamos com o Governador. (*“Carta aos Companheiros”*. ALBERTO MÁRIO NEVES, 1981)

Ao chegaram à comunidade, pós esse acontecimento narrado acima, os representantes da comissão decidiram propor uma caminhada saindo da Beira Rio até chegar ao Palácio do Governador. Então, no dia 15 junho de 1981, data em que o então Governador do Estado da Paraíba, *Tarcísio de Miranda Burity*, estava em audiência com representantes da embaixada da Itália, os(as) moradores(as) seguiram rumo ao destino do

ato munidos com faixas e cartazes com palavras de ordens e pedidos de ajuda frente ao descaso do Poder Público.

Fizemos uma caminhada, que foi um marco muito grande, saímos da Beira Rio, subimos a avenida Eptácio Pessoa todinha e viemos parar no Palácio do Governo. Quando chegamos não fomos recebidos pelo Governador, sentamos com o Chefe da Casa Civil, que começou a falar um monte de mentiras pra gente. (PAULO MARCELO, 2021)

Como o movimento acabou ganhando uma proporção maior do que o planejado, pois os veículos de imprensa, falada e escrita, buscaram saber e noticiar os motivos que levavam a comunidade a fazê-lo, ao chegarem na frente do Palácio, os(as) moradores(as) foram recebidos(as) pelos secretários e chefes de gabinete do Governador que determinou apenas a entrar uma comissão composta de 4 (quatro) membros para uma reunião com o secretário do Governador e assim aconteceu:

Na chegada fomos avisados de que o Governador tinha saído, mais que logo voltaria. Ao chegar no gabinete no secretário do Governador, tivemos uma 2ª informação de que o mesmo teria viajado de 2 horas para Recife. A comissão presente discordou dos informes em dúvida se o Governador estava ou não no palácio decidimos esperar até as 18 horas. Prazo esgotado decidimos ir até o jornal e fizemos uma denúncia. Saímos do palácio encaminhados para falar com o presidente da SEAP, que nos fez proposta do conjunto PROMORAR que foi discordada pela comissão que insistiu na urbanização da favela. Foi alegado o problema do terreno não está desapropriado, sendo que 2 já teria concordado em vender suas partes e prefeitura e uma está em questão. Ficando o presidente da Saelpa de marcar uma audiência com o proprietário em questão, a esposa do Governador e um representante da favela. Sendo que a mesma não foi marcada. (*“Carta aos Companheiros”*. ALBERTO MÁRIO NEVES, 1981)

Retornando à Beira Rio, a comissão junto com os moradores que participaram do ato, mobilizou os demais para uma outra assembleia a fim de relatar os acontecimentos e avaliar o resultado da ação, que por hora os tinha deixado desmotivados, haja vista que não obtiveram respostas aos questionamentos que tinham sido apresentados na reunião com o representante do Governo Estadual, porém:

Quando retornamos à comunidade, reunimos os moradores e moradoras e fizemos uma assembleia pra contar o que tinha acontecido. Mesmo saindo sem uma solução, a repercussão do nosso protesto é muito grande do que imaginamos. Daí o Estado começa a chegar junto da comunidade enviando técnicos para analisar a comunidade, fazem levantamentos de quantas pessoas tinham na comunidade e outras ações. Então de certa forma nosso protesto surtiu efeito. E a partir disso, as pessoas que foram, que testemunharam aquele ato também voltam empoderadas. (PAULO MARCELO, 2021)

Esse, portanto, foi o primeiro grande ato pós a criação da Associação União da Beira Rio, segundo os(as) entrevistados(as) com mais idade. Após esse acontecimento observa-se uma mudança significativa na conduta dos poderes Estadual e Municipal em relação à Beira Rio, que passaram, por exemplo, a consultar os(as) moradores(as) sobre as condições de vida e em relação à moradia foram feitos até levantamentos sobre a opinião deles(as) a respeito de morarem ou não na região.

Sem dúvidas esses avanços foram possíveis pela articulação interna dos(as) moradores(as) que a partir da questão estrutural da comunidade passaram a demandar outros tipos de assuntos fazendo com que o Poder Público acabasse, mesmo que a contragosto, em promover o diálogo, algo bastante importante para a comunidade e essencial para encaminhar as suas demandas.

Você discutir, incorporar que é importante e aceitar alguém que tá falando subjetivamente que a associação vai ser para isso e o povo acreditar, pra mim foi um passo muito importante. A Prefeitura e o Estado passaram a nos procurar [Associação] para conversar. A Associação tinha uma linguagem muito popular e tinha um apelo muito forte: Nossos filhos estão aqui, vão crescer aqui temos a possibilidade de brigar por colégio, de brigar por creche, já se falava em creche naquele momento. Quem escutava incorporava e lutava por isso. (PAULO MARCELO 2021).

Os 2 (dois) primeiros anos de consolidação da AUBR serviram de preparação para as adversidades que estavam por vir nos anos seguintes e que não foram de pouca monta, conforme veremos adiante. Organizados e visando as melhoras essenciais para a comunidade o trabalho era manter essa constante para que a AUBR, “*órgão máximo da comunidade*”, continuasse com plenos poderes de representatividade e, para isso, era

necessário preservar o sentido inicial que os uniu enquanto grupo, elegendo um presidente, jovem e com princípios que coadunassem com os líderes da época, uma tarefa complexa narrada a seguir. De toda forma, para além das lutas mais gerais, a AUBR também organizou diversas atividades no bairro.

3.2. ELEGENDO UM *FORASTEIRO*: EM BUSCA DE UM NOVO LIDER.

Assim como previsto no Estatuto da AUBR, a eleição da nova diretoria deveria acontecer em meados de 1982 e isso fez com que o grupo já estabelecido propusesse possíveis nomes de candidatos que seguissem as ideias e propostas que já se faziam presentes no grupo. Nesse sentido, membros da gestão à época passaram a sondar pessoas que possuíam características aproximadas à do grupo de membros da gestão atual a época. Foi aí que *Heleno Silva*, 2º tesoureiro eleito no pleito de 1980 saiu, literalmente a campo na busca de um representante à altura:

Um belo dia ele [Heleno] chega e diz: olhe vagou, saiu uma pessoa lá e você tem qualidades pra assumir esse cargo. Aí eu disse não. Foi uma certa resistência. Uns outros 2 [dois] companheiros disseram Paulo você tem condições de assumir. Quando eu cheguei lá, em uma reunião na capela, onde hoje é a Igreja, me sentei atrás e fiquei assistindo e foi Heleno que me apresentou dizendo: Olhe eu tenho uma pessoa aqui que já está com a gente, se envolvendo aí com o nosso time e eu acho que ele poderia acompanhar, assumir esse cargo que tá vago aí. (PAULO MARCELO, 2021).

Paulo Marcelo, como apresentado anteriormente, chegou ao Estado da Paraíba por volta do ano de 1976 para trabalhar com a construção de conjuntos habitacionais que estavam sendo erguidos em várias regiões da cidade de João Pessoa. Segundo ele relata, conheceu a Beira Rio pouco tempo depois de sua chegada, de passagem, pois como trabalhava na construção dos conjuntos habitacionais João Agripino e o do INPS, acabava mantendo contato com alguns moradores da comunidade que também trabalhavam nesses empreendimentos.

Acostumado com as experiências das outras cidades e estados que ele passou antes de chegar a João Pessoa que seguia o modelo construção tido como “formal”, que consistia

em casas e apartamentos construídos de tijolos e telhas, revela que reagiu com certo espanto quando passou a frequentar a comunidade:

Quando eu passei lá, a primeira vez que eu me deparei com aquela situação, casa coberta com palha, feita de taipa, aquilo pra mim era uma coisa mais do interiorzão não era uma coisa pra ter num a cidade. Eu fiquei meio intrigado com isso porque e pensei: Por que aqui também tem esse tipo de moradia? Algumas pessoas me disseram: aqui a moradia dos pescadores é exatamente assim. Aí perguntei: E aqui só mora pescadores? Aí fui descobrindo que moravam muitos pescadores, tinha bastante pescadores, mas, também tinha trabalhadores de outras categorias, tinha pessoas que catavam materiais recicláveis pra vender, pouquinho mais tinha, tinha criadores de gado como Seu Pedro que segundo informações foi um dos primeiros moradores de lá e já tinha pessoas que trabalhavam como domésticas nas casas das outras pessoas. (PAULO MARCELO 2021)

O que chama a atenção é o fato dele perceber que ao passo em que os bairros de Brisamar, João Agripino e Manaíra se expandiam sob os moldes dos conjuntos habitacionais e obras de infraestrutura pensadas para os moradores, como a construção de ruas largas, praças e casas arejadas, na Beira Rio ficava evidente o descaso do Poder Público em relação a dispor de recursos em urbanização para a comunidade.

Porém, Paulo Marcelo não classifica a Beira Rio como um território que não tem valor, por exemplo, logo após se casar ele vai com sua esposa morar na comunidade em um terreno cedido pelo sogro, e vivencia, inclusive, uma outra forma de construção de casas e o próprio movimento comunitário composto pelas demandas dos habitantes da Beira Rio:

Bom o que me impressionou muito foi o tipo de construção e a forma, as pessoas faziam juntamente. Se juntava 4 (quatro), 5 (cinco) pessoas e faziam as casas, das outras pessoas, sem remuneração. A minha casa, por exemplo, quando eu comprei não tinha 1(um) tijolo, era totalmente de taipa. O tijolo que eu ganhei da construtora, eu trouxe lá eu fui desmanchando e fazendo uma nova casa. Na verdade, quando eu cheguei que comprei a casa a água passava embaixo da sala, aí eu fui construindo, tive que levantar um pouco, porque ela era baixa demais, o rio quando enchia ele ia bem na portinha de trás da cozinha. Aí eu fui fazendo a minha casa e também as pessoas que foram me conhecendo me ajudaram muito nesse processo de transformação da casa de palha para casa de alvenaria, isso foi acontecer já era meado dos anos de 1981. (PAULO MARCELO, 2021)

Logo depois de estabelecido na comunidade, Paulo Marcelo começou a desenvolver um trabalho com crianças e adolescentes que resultou na criação de um time de futebol que foi um dos motivos que o levou a conhecer Heleno e, conseqüentemente, o trabalho da AUBR:

Meus cunhados, crianças e adolescentes, sabiam que eu gostava muito de bola, eu era muito envolvido com time de pelada e aí um cunhado meu me chamou e disse: ei organize pra gente um time, porque a gente num tem muita coisa pra fazer, aqui a gente não tem muito com o que brincar e tem um campo aqui [Beira Rio] e outro lá em cima [João Agripino]. E eu como gostava muito de bola, fui na cidade onde já tinha a loja Rei dos Esportes, comprei umas 12 camisas e constituímos o time, o Barcelona. Então esses meninos passaram a brincar, e Heleno me viu com essa meninada e a gente um dia se encontrou, um time daqui de cima e outra lá de baixo pra jogar com a criançada e como eu era o coordenador dessa criançada, e depois me chamou pra uma conversa e eu fui e daí ele me convenceu a se juntar ao grupo da Associação. (PAULO MARCELO, 2021)

A filiação de Paulo Marcelo a AUBR e a condução do seu nome para encabeçar uma chapa, como presidente, num primeiro momento não foi bem-vista, pois diferente dos outros integrantes dos grupos que estavam na comunidade desde o fim da década de 1960 e outros que chegaram durante toda a década de 1970, ele em menos de 2 (dois) anos já se apresentava como um líder de um movimento muito importante, pois além do trabalho de reivindicação também carregava a História da comunidade:

Eles diziam que eu era um forasteiro, uma pessoa que não tinha história ainda na comunidade, que não sabia a história da comunidade e que teriam que fazer uma outra escolha. Todo mundo ficou meio de olho atravessado, lógico. Eu tive que contar novamente de onde eu vim e o que eu estava fazendo ali e porque eu fui parar ali, que não era meu sonho, mas, se o grupo aceitasse tudo bem. Eu também que eles não me viam como um presidente. Eu sabia fazer o que eu estava fazendo lá na comunidade que era juntar a criançada, mas, eu não sabia discutir e defender o objetivo, eu não sabia com tanta habilidade, como tinha os outros. (PAULO MARCELO, 2021)

Além dessa questão de ser um “forasteiro”, um outro fato importante que fazia parte dessa resistência ao nome de Paulo Marcelo para a presidência da AUBR era a falta

de ligação dele com a Igreja Católica: *“Eu nunca fui 100% de dentro da igreja, agora eu tinha uma influência, eu tinha amigos muito católicos, venho de uma família católica, mas, eu nunca fiquei amarrado a religião, preso aquela igreja.”* (PAULO MARCELO, 2021)

Fotografia 6 - Paulo Marcelo fazendo uma fala durante uma Assembleia na AUBR.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. Paulo Marcelo fazendo uma fala durante uma Assembleia na AUBR. Ano: DESCONHECIDO. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Todavia não frequentar a Capela da comunidade não o fazia indiferente a ação da religião na vida das pessoas: *“eu respeitava muito a fé das pessoas e eu dizia: quem vai salvar, quem vai segurar nós aqui o nosso trabalho e a fé desse povo. E a fé deles faziam a gente se juntar, porque lutar contra o Estado, nos dias de hoje é até mais fácil, mas naquela época não.”* (PAULO MARCELO, 2021).

Mesmo com esses obstáculos, o que ressaltou no final foi a rede de amigos que ele constituiu e a experiência anterior que ele teve enquanto trabalhador da construção civil, demonstrando a facilidade de mobilização que ele tinha: *“Eu sempre fui curioso, eu era muito curioso, eu já trabalhava obra e já era muito ativo não deixa muita coisa passar barato não. Então qualquer coisinha a gente se juntava, mobilizava pessoas e pra falar com o gerente de onde a gente trabalha, eu já tinha aprendido a fazer isso.”* (PAULO MARCELO 2021)

Sua experiência em mobilizar os companheiros da construção civil foi sem dúvidas precursora para que Paulo Marcelo se tornasse potencial candidato a não só presidente da Associação dos Moradores como também assumisse uma liderança que perpassava as linhas institucionais visto que o carisma e a capacidade de absorver as demandas e através do seu papel social propor soluções fazia dele muito mais do que a figura de um presidente acrítico.

Com isso, uma espécie de força tarefa foi montada para além de convence-lo, garantir a sua eleição e foi assim que aconteceu em uma manobra feita por alguns membros antigos da AUBR foi composto um “chapão”, que reuniu nomes de peso com o intuito de estabelecer concorrência para a eleição só que na prática todos estavam trabalhando para que os demais associados(as) votassem em Paulo Marcelo. Isto feito, ele consegue a maioria dos votos e assim se torna presidente da AUBR para um mandato de 2 (dois) anos.

Paulo Marcelo era muito articulado. Como a gente [comunidade] já vinha dizendo o que a gente precisava ele foi anotando, reunindo com o pessoal que já era da Associação a anos e foi correndo atrás pra que as coisas pudessem sair do papel. Eu lembro que ele com as orientações de Auxiliadora e Dona Iracema [mãe de Auxiliadora] começou a organização da primeira creche comunitária, que contava com as ajudas que vinha de fora e ele era esse responsável, como um gestor, porém, disposto a escutar o que nós, voluntárias tinha pra dizer e melhorar nas ações da creche e das outras atividades da Associação. (DA GUIA, 2020)

A certeza de que Paulo Marcelo daria conta de reger a Associação e suas questões burocrática era quase unânime pelo fato de suas experiências anteriores até mesmo a sua chegada na comunidade. O que realmente é interessante é o seu comportamento frente não apenas ao novo cargo que passou a assumir e sim o fato de que, em certa medida, ele passou a “substituir” uma das figuras emblemática no interior da Beira Rio que era o *Zé Belarmino*. Associado a imagem do catolicismo fervoroso *Belarmino* era uma espécie de “líder abençoado por Deus” que exercia tal papel não por ser presidente da Associação, mas, por amor e devoção, a São Jose no caso.

Portanto, foi primordial que Paulo Marcelo o presidente eleito, o líder forasteiro, mantivesse o vínculo com Zé Belarmino e os demais estabelecidos, haja vista que as dificuldades enfrentadas pelos(as) moradores(as) já eram conhecidas por eles e a proposta

do movimento sempre foi pauta na união das habitantes da comunidade. Não obstante, Paulo Marcelo iniciou com o seu primeiro mandato um processo de estruturação da Associação no que tange à solução dos problemas vivenciados no cotidiano da comunidade. O que ele não contava era com a intervenção política do Governo, através das ações da FUNSAT, que acabou abalando as relações sociais na Beira Rio bem como a queda da barreira no ano de 1984 que exigiu dele, enquanto líder comunitário, *expertise* frente à avalanche de fatos ocorridos durante os primeiros anos de seu mandato.

3.3. “A MAIS PROPOSITIVA DA CIDADE”: AS FRENTES DE TRABALHO DA AUBR.

A luta dos(as) moradores(as) da Beira Rio no período que antecedeu à criação da AUBR estava *a priori* ligada à questão da conquista pela terra, visto que as investidas do governo no sentido de remoção das famílias da região era constante. Fato é que logo a Diretoria empossada tratou de se organizar fazendo um levantamento sobre a Beira Rio que consistiu na contagem dos moradores e a tentativa de escrever a História da comunidade, visando, com as informações obtidas, reforçar o discurso que legitimava a permanência deles na localidade.

Feito isso, meses depois de instituída a Direção da AUBR e do conclusão desse levantamento, precisamente no dia 26 de setembro de 1981, é promovida uma grande assembleia que conta com a participação de representantes das comunidade de Mandacaru, Bayeux, Santa Rita, Ninho da Perua, Ernany Sátiro, Vila de Palha, Gauchinha, Baleado, Matinha, Saturnino de Brito, Cidade Padre Zé, Ilha do Bispo e Agricultores do Camucim, demonstrando o seu poder aglutinador em torno da luta pelo direito à moradia.

Para essa assembleia popular convidamos lideranças de outras comunidades assim como também várias autoridades e a imprensa falada e escrita. O objetivo desta assembleia era desapropriar a terra e lotear para todos os moradores encontrarem formas de organizar suas casas e conseguir das autoridades a urbanização [na Beira Rio]. Outro objetivo desta assembleia era reunir representantes das mais diferentes organizações populares para que tomando conhecimento da nossa luta nos apoiem em nossas reivindicações. Logo que decidimos organizar essa assembleia começamos a fazer divulgações com cartazes na própria

O objetivo maior desse movimento, como observamos na documentação da AUBR, era ampliar os debates sobre as problemáticas que cada comunidade vivenciava naquele momento e assim reunir as reivindicações, que acabavam sendo compartilhadas mesmo em regiões diferentes, e ganhar proporções maiores como é ilustrado na figura [5] a seguir que nos faz perceber que o perímetro de atuação das Associações se estendia por boa parte do território da cidade.

Além das assembleias que a gente promovia, convocando sempre autoridades responsáveis pelas demandas que iam ser discutidas, nós também estávamos em parceira quando o assunto era manter os nossos espaços das associações. Então, exemplo, quando os companheiros do Gauchinhas ou os de Camucim estavam precisando de alguma quantia pra poder ir fazer algum protesto ou até mesmo comprar algo pra poder fazer uma rifa para conseguir recursos, nós [direção da AUBR] víamos as possibilidades e enviamos o que era possível. A ideia era de ajuda mútua mesmo, quando mais fortalecidas a gente [associações] estava, mais possibilidades de melhorias para nossas comunidades eram possível, por isso a ideia desse grande grupo de Associações de João Pessoa. (PAULO MARCELO 2021)

A Beira Rio, como vimos segundo o levantamento feito pela AUBR, já tinha uma população significativa no início da década de 1980 e, por conseguinte, outras questões que perpassavam o debate da propriedade urbana começavam a ser debatidos isso porque em várias assembleias eram pontuados assuntos do cotidiano dos(as) moradores(as). Nesse sentido serviços que atendessem às necessidades internas tais quais a criação de escola, creche, posto de saúde construção de casas, pontes e escadarias para ligar a comunidade com as regiões próximas e a implantação de serviços de água e energia passaram imediatamente para a pauta do dia.

No interior desse movimento de estruturação, um grupo de mulheres que se reuniam todas as semanas na sede da AUBR, passou a debater questões que envolviam tanto problemas do universo feminino relacionados às suas vivências diárias, como também assuntos relacionados à dimensão coletiva como, por exemplo, acesso à serviços de saúde e educação, orçamento doméstico, cuidado com os filhos, relacionamento com seus cônjuges e o desemprego.

Fotografia 7 - Registro da conclusão do curso de corte e costura promovido pelas mulheres da Beira Rio.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro da conclusão do curso de corte e costura promovido pelas mulheres da Beira Rio.* Ano: DESCONHECIDO. Fotografia do acervo privado pertencente a uma moradora da Comunidade. Acessado em: set. 2021.

Esses encontros, como o evidenciados nas fotografias [7 e 8], não foram registrados em documentações escritas, pelo menos durante a pesquisa no arquivo nada em relação a esse tema foi encontrado. Isso, de forma alguma, não anula o protagonismo que inclusive norteou a maioria das entrevistas realizadas durante nossa pesquisa.

O que se sabe é que as mulheres da Beira Rio estiveram sempre presentes na estrutura da AUBR ora participando de formações para o mercado de trabalho informal através de cursos de corte e costura, manicure, cabelereira, crochê entre outros e nas tomadas de decisões por parte dos habitantes da comunidade, “qualquer coisa que acontecia o povo já dizia, “chame as mulheres da Beira Rio!” (DONA RITA, 2017).

Mesmo não as encontrando em postos, como, por exemplo, de direção da associação dos moradores é importante frisar que a partir das discussões promovidas por elas, um grupo de mulheres diversas que partilhavam das dificuldades cotidianas, nos bastidores da cena social da comunidade foram deliberações importantes, que saíram do

papel e contribuíram positivamente na dinâmica local como é o caso da criação da escola infantil e da creche comunitária.

Fotografia 8 - Encontro com as mulheres moradoras da Beira Rio na sede da AUBR.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Encontro com as mulheres moradoras da Beira Rio na sede da AUBR*. Ano: DESCONHECIDO. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Sobre a escola infantil, foi grupo de mulheres que propôs a discussão sobre a situação das crianças da Beira Rio. Conforme os registros da época, a partir de um levantamento feito por elas e levado à direção da AUBR que ficou evidenciado a pouca oferta de vagas no grupo escolar da comunidade e grande número de crianças sem estudar e que várias famílias tinham dificuldades financeiras para comprar material didático e fardamento para os seus respectivos filhos. Assim, em assembleia os(as) moradores(as) são consultados(as) e acabam aprovando a proposta de fundarem uma escola que estaria sob a responsabilidade da instituição.

Contando inicialmente com 35 alunos, a *Escolinha* como ficou conhecida, estava organizada de modo que a criança tivesse oportunidade de se expressar e desenvolver o senso crítico e a criatividade tornando-se agente ativo no seu processo de aprendizagem. Os conteúdos ministrados pelas monitoras, que eram também moradoras da comunidade,

atendiam desde os temas convencionais até os vivenciados no cotidiano dos estudantes possibilitando também o despertar para participarem quando possível ativamente do quadro de associados.

Em consonância com as condições estabelecidas pelo grupo de mulheres a Direção da AUBR estipulou os seguintes objetivos para a criação da *Escolinha*:

- 1 – Atender as crianças que estão fora da faixa etária
- 2 – Desenvolver uma educação que tenha como ponto de partida a realidade e a cultura a qual as crianças estão inseridas;
- 3 – Desenvolver uma prática libertadora onde o poder se torna dividido;
- 4 – Desenvolver uma maior participação e integração das mães no processo educativo dos seus filhos;
- 5 – Desenvolver o conteúdo para que possa ajudar a comunidade dentro da sua caminhada. (*Histórico da Escola da Associação*, 1982)

As mães das crianças atendidas além de estarem integradas ao processo de aprendizagem dos seus filhos, passaram a contribuir com o que podiam financeiramente com a escolinha, mas como a infraestrutura para o funcionamento das atividades demandava gastos que ultrapassavam o orçamento mensal da AUBR logo projetos de captação de fundos foram feitos e uma parceria que logrou êxito foi com o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS que disponibilizou recursos durante os 12 meses de existência do projeto.

Assim após 1 (um) ano de funcionamento por conta do aumento em relação à procura de vagas na *Escolinha* e à falta de recursos financeiros o projeto finaliza suas atividades em uma grande reunião de avaliação que, por sinal, repercutia positivamente visto que foi uma ação que qualificou o debate educacional na Beira Rio, pois foi usada como forma de chamar a gestão municipal para a conversa tendo como pano de fundo os resultados obtidos pelas crianças e famílias atendidas transformando-os em reivindicações, tais quais,

- 1 – Aumento do número de vagas na escola pública existente na comunidade;
- 2 – Melhores condições físicas e os meios de manter a escola da comunidade;
- 3 – Contratação de monitoras que já trabalhavam na comunidade e mais outras que fossem necessárias;

4 – Que fossem cumpridas as promessas que foram feitas até essa data, pois ainda seguimos as reivindicando. (*Breve relato da experiência da nossa Escola*, 1983)

De toda feita, a experiência com a *Escolinha*, mesmo que breve, impulsionou outras reivindicações por parte do grupo de mulheres quando o assunto era educação de crianças, uma vez que várias mães da comunidade estavam com problemas de terem filhos pequenos e trabalharem fora. Como a questão financeira era o gargalo maior, elas, junto com o grupo da Direção da AUBR, assessorados integrantes da Liga Brasileira de Assistência - LBA, conseguiram um convênio com a Fundação Nacional de Arte – FUNART que permite a construção do prédio da Creche Comunitária Criança Feliz, para a realização do subprojeto intitulado “Criança é Gente” que visava a implantar na creche oficinas de artes.

Os homens da comunidade trabalhavam na maioria em Construção Civil e as mulheres nas casas de família lavando roupa engomando, outras trabalhavam de doméstica. Num onde deixar os meninos e aí era aquela confusão. Aí um dia a gente [Grupo de Mulheres e Direção da Associação] se sentou em uma reunião e conversou a necessidade de se criar uma creche e criamos sem muitas estruturas só com o apoio do convenio e a ajuda com a alimentação que vinha, uma parte da LBA. Foi muita luta mais enfim conseguimos a Creche Criança Feliz é conquista das mulheres da Beira Rio com o apoio da Associação e dos companheiros de fora. (DONA RITA, 2017)

Eu trabalho até hoje [2021] na prefeitura por conta da Creche. Eu era adolescente e acompanhava o grupo de mulheres da Associação e quando elas resolveram criar uma creche eu disse que ia trabalhar como voluntária, daí levei meus dois irmãos pequenos pra ficar na lá comigo e como a minha mãe trabalhava e só chegava no fim do dia era essa hora que eu vinha pra casa. A gente carregava água na cabeça, fazia fogo de lenha tudo pra cuidar das crianças enquanto as mães iam trabalhar. Nos primeiros anos não foi fácil mais em saber que eu estava ajudando as mães e a comunidade já era bom. Só anos depois que Dona Lia Trigueiro veio conhecer a creche que ficou vendo a situação e passou a chegar mais recursos e se transformou nessa que a ainda tá na comunidade. (DAGUIA, 2021)

Seguindo a apresentação da forma pela qual a Direção da AUBR buscou realizar um trabalho paralelo à luta pelos direitos dos(as) moradores(as) da comunidade como o apoio substancial do grupo de mulheres, associadas e não associadas, observamos que foi

do enfoque para além da educação de crianças, também nos campos de esportes e cultura para adolescentes e adultos.

Fotografia 9 - Fachada do recém-construído prédio onde funcionaria a Creche Comunitária Criança Feliz.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Fachada do recém-construído prédio onde funcionaria a Creche Comunitária Criança Feliz.* Ano:1984. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Dessa forma, a Direção da AUBR passou a incorporar na sua estrutura de atividades dos grupos que existiam na comunidade, o time de futebol chamado *Santa Cruz Esporte Club* que vai ser integrado ao Departamento de Esportes e Recreações – DER e o grupo de teatro *Nova Esperança* que é incorporado ao Departamento Cultural de Arte – DECA, compondo assim as novas possibilidades de trabalho de conscientização e mobilização na Beira Rio.

O Santa Cruz Esporte Club tinha uma sede própria na comunidade e, além de disputar as partidas de futebol, também era famoso pelas recreações que promovia nos finais de semana e em dias comemorativos. No ano de 1985, em comum acordo com a Direção da AUBR, iniciou-se o processo de integração do Time às atividades desenvolvidas por ela.

Como o time Santa Cruz passou a ter dificuldades em relação ao espaço físico para reunião e atividades e a AUBR, por sua vez, estava com dificuldades financeiras para realizar seus trabalhos, ambos se uniram em prol de suas necessidades associando-as ao argumento da associação em promover o debate crítico também através do esporte.

Fotografia 10 - Formação do Time Santa Cruz Esporte Clube de 1991.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Formação do Time Santa Cruz Esporte Clube de 1991*. Ano: 1991. Fotografia do acervo privado pertencente a uma moradora da Comunidade. Acessado em: set. 2021.

Sobre o processo de incorporação do time Santa Cruz a AUBR, Paulo Marcelo (2021) relatou que de início não foi algo fácil de aprovar, pois havia resistência de alguns membros da diretoria. Portanto, foi preciso demonstrar na prática, ~~pós~~ que a socialização promovida pelo esporte poderia, além de aprimorar as questões de amizade e solidariedade dentro e fora da comunidade, poderia minimizar os efeitos das desigualdades sociais incluindo os jovens marginalizados da Beira Rio no debate social e político da capital paraibana.

Já em relação ao grupo de teatro *Nova Esperança* a aceitação foi mais rápida e tranquila por se tratar de um grupo de adolescentes que estavam diretamente ligados à

igreja católica na comunidade. Eles apresentavam anualmente a encenação da Paixão de Cristo pela comunidade e participavam das atividades promovidas pela Capela São José.

Fotografia 11 - Registro da Encenação da Paixão de Cristo feita pelo grupo Nova Esperança na Beira Rio.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro da Encenação da Paixão de Cristo na Beira Rio*. Ano: DESCONHECIDO. Fotografia do acervo privado pertencente a uma moradora da Comunidade. Acessado em: set. 2021.

A inclusão na AUBR deu ao grupo a possibilidade de aprimorar o trabalho que já vinha sendo feito a partir do contato com as práticas do teatro popular que consistia em trabalhar temas latentes para a comunidade como busca por direitos, religião, reforma agrária entre outros através da arte cênica que permitia produzir os anseios da população da Beira Rio.

No teatro popular o público participa da encenação, portanto, sem ele não haveria apresentação e isso é um outro motivo que os membros da AUBR julgaram importante para manterem o grupo de teatro de jovens vinculado à instituição. Dado que como as assembleias eram o ponto de partida para a tomada de decisões, e alguns moradores(as) achavam cansativo e incompreensivo o formato de reuniões, passaram a utilizar o teatro, a música e a encenação como recursos para debater os temas pertinentes a comunidade de forma mais clara e assertiva.

Fotografia 12 - Registro da apresentação artística do Grupo de teatro Nova Esperança intitulada "Crucificai-nos".



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro da apresentação artística do Grupo de teatro Nova Esperança intitulada "Crucificai-nos"*. Ano: DESCONHECIDO. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Em suma, a AUBR, no seu processo de consolidação, procurou atuar de forma ampla e diversificada no âmbito interno e externo a comunidade. Sobre isso Paulo Marcelo nos diz,

Eu posso afirmar que nós tivemos na grande João Pessoa a Associação mais forte em termos de luta. Eu não tenho dúvida nenhuma, mais forte, mais respeitada, mais propositiva foi a nossa, porque você propor escola, propor trabalho com esporte e teatro, propor e construir creche e coordenar essas coisas todas isso não é pra... hoje lógico que não tem mais isso o Estado que tem essa obrigação, mas, naquela época não tinha essas condições, o Estado era bem mais distante, E um grupo de pessoas encarar isso, construir sede, construir creche, nossa! Fazer acontecer tudo aquilo ali eu não acompanhei em outro lugar não. (PAULO MARCELO, 2021)

Sem sombra de dúvidas, o calor das situações exigiu uma posição mais firme em detrimento dos problemas que iam surgindo ao passar do tempo, todavia o suporte que o grupo de mulheres deu em relação a detectar as demandas e propor as soluções foi a base de sustentação para atuação da AUBR referenciada por muitos até os dias atuais.

3.4. DE ALIADA À *NON GRATA*: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DA FUNSAT NA COMUNIDADE BEIRA RIO.

Com a eleição de Wilson Leite Braga, em 1982, e o início de seu mandato no governo estadual, em 1983, foi implementada uma nova forma de gestão pautada na aproximação das organizações populares para amenizar possíveis conflitos e a implementação de programas sociais através da criação da Fundação Social de Apoio ao Trabalho – FUNSAT, que era presidida por Lúcia Navarro Braga, esposa do governador Wilson Braga, como o objetivo de implementar ações assistencialistas com fins eleitorais a partir do controle social.

A esse respeito, Lavieri e Lavieri (1999) destacam:

Essas ações incluíam uma série de pequenos benefícios de atendimento imediato aos bairros, muitos deles de caráter transitório e cunho clientelista: distribuição de alimentos aos moradores, cortes de cabelo, manicure, doação de dentaduras, festas infantis, shows dominicais, expedição de carteira de trabalho, certidões de nascimento e casamento e etc. Desenvolveram-se ainda cursos profissionalizantes [...] e “ações de fachada”, como postos volantes de saúde instalados por poucas horas nos bairros pobres, criação de escolas públicas como programas de atendimento escolas, mera troca de lâmpadas em logradouros públicos como medida de iluminação, etc. (LAVIERI e LAVIERI, 1999, p.52)

A Beira Rio passou a ser um dos focos de atuação da FUNSAT por ser uma área onde o conflito com o Estado já estava estabelecido desde governos anteriores e, portanto, foi a partir dessa lógica que a FUNSAT buscou intervir no cotidiano da comunidade primeiramente como parceira, a exemplo de uma doação feita para a ampliação do prédio da sede da Associação em 1983, e depois como opositora estimulando conflitos internos objetivando consolidar a liderança do local enfraquecendo o movimento de moradores(as) que estavam em clara oposição ao modelo de atuação da instituição.

Após as tentativas, não concretizadas, de expulsar dos(as) moradores(as) da Beira Rio, o poder público retorna à comunidade, não mais como inimiga, mas, assume um papel “agregador” com o intuito de conciliar o conflito com a família *Luna*, propondo organizar a Beira Rio através da construção de um conjunto habitacional na própria região e

relocando uma parcela para um outro conjunto habitacional que foi construído às margens da BR 230, o conjunto Renascer em Cabedelo.

Para isso, houve um acordo de *desapropriação amigável*, em 1982, através do qual toda a extensão de terra foi concedida à Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP para a execução do projeto Programa de Erradicação da Sub-Habitação – POMORAR com os recursos do Banco Nacional de Habitação – BNH que estava prevista para o mês de julho do mesmo ano.

Era consenso entre moradores(as) e representantes do poder público que a intervenção na comunidade deveria ser bem abrangente na tentativa de solucionar problemas estruturais que foram, a cada ano, se intensificando. Nesse sentido, o projeto previa, para além da construção de moradias, o saneamento básico, luz elétrica, esgoto, calçamento da rua principal, legalização dos lotes, canaletas para a contenção da água da barreira, muro de arrimo para a proteção da barreira, a construção de um posto médico e um Grupo Escolar, a retirada da rede de alta tensão e a remoção dos moradores(as) que residiam na barreira e nas margens do rio, áreas consideradas de risco.

A questão da urbanização da Beira Rio passou a ser amplamente discutida levando o assunto também para esfera política eleitoral sem considerar que esta era uma causa que já vinha sendo problematizada pelo movimento de moradores(as) que quase não encontravam espaço no debate público. Como podemos ver na figura abaixo, o interesse político sobre o projeto se torna evidente quando o então deputado federal Wilson Braga assume a liderança do assunto sobre o pretexto de “humanizar as favelas”, visto que tal prática explicitava aberta campanha eleitoral para o governo do Estado nas eleições do ano seguinte.

Prova disso é que, por falta de informações, os(as) moradores(as) reunidos(as) elaboram um requerimento, através da AUBR solicitando ao gerente da agência do BNH que os forneçam oficialmente uma confirmação da aprovação do Projeto Beira Rio, justamente por conta das inúmeras promessas que tinham sido feitas para região e também, segundo eles, para terem a certeza de que “tudo[o projeto] não passasse de mais

uma promessa neste ano eleitoral”⁹³ já que foram informados sobre a aprovação do projeto por meio da matéria de jornal exposta abaixo.

Figura 6 - Matéria do Jornal Correio da Paraíba, informando o início das obras de urbanização na Beira Rio em 1982.



Fonte: AUTOR DESCONHECIDO. *Matéria do Jornal Correio da Paraíba, informando o início das obras de urbanização na Beira Rio em 1982*. Jornal Correio da Paraíba. 28 de jul. de 1982. Disponível em: Arquivo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José – AUMBSJ.

Após a publicação dessa ação no Diário Oficial, a os(as) moradores(as) começaram a buscar mais informações até porque não tinham tido uma apresentação da proposta. Porém, mesmo com todo entusiasmo com a possibilidade de melhorias no espaço físico da comunidade, a falta de debate e participação de representantes comunitários fazia da proposta algo não muito bem-visto e isso só piorava conforme o tempo ia passando.

Depois de 6(meses), contando da data de aprovação do projeto, é que a CEHAP inicia a primeira etapa do trabalho na comunidade, que durou mais 7(meses) – de janeiro a agosto de 1983 - e consistia em realizar num levantamento sobre os moradores da Beira Rio, algo bastante criticado tendo em vista que a mesma ação já tinha sido feita pela

⁹³ Essa afirmação está exposta no ofício de número 07 do ano de 1982, encaminhado pela presidência da AUBR e assinado pela vice-presidente Maria do Socorro Santos Neves, para a gerência local do BNH.

Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba – SEPLAN/PB em anos anteriores bem próximos.

Em agosto de 1983 a CEHAP se reuniu com os moradores(as) em assembleia para apresentarem a planilha de financiamento para a compra, por parte dos moradores(as), dos lotes onde seriam construídas as casas do projeto. Estava também incluso no orçamento o pagamento para a ligação da água, para a retirada da rede de alta tensão que cortava a comunidade e até uma indenização que deveria ser paga por cerca de 200 famílias além de ficarem responsável pela limpeza do terreno que seria desapropriado.

De imediato essa proposta foi de forma unanimemente rejeitada, haja vista que população, que não tinha condições financeiras reais para arcar com todo o pagamento das supostas melhorias implementadas na comunidade e, nesse sentido, moradores(as) propuseram rejeitar essa proposta de intervenção do Estado, como podemos observar,

[...] Ultimamente apareceu o PROMORAR que é destinado ao pessoal de baixa renda. Refletimos e chegamos à conclusão que o atual conjunto não vem ser a solução para o nosso problema, pois todos que moram na favela são pessoas que já fugiram de alugueis de casas porque o que ganham mal dá para alimentação. [...]
(Trecho do depoimento cedido à direção da associação de moradores quando à elaboração do documento reivindicações da favela, ano 1981.)

Por intermédio da direção da AUBR os moradores(as), passada a confusão inicial, aceitaram, em meio as dificuldades postas, pagar pelos terrenos, todavia não aceitaram pagar pela retirada da rede de alta tensão, nem as ligações de água e muito menos pela indenização pois alegavam ser competência e responsabilidade do Estado resolver essas questões. Sem acordo entre as partes em relação ao financiamento dessas ações do projeto, um dia após a assembleia realizada na Beira Rio no dia 06 de agosto de 1983, a CEHAP paralisa os trabalhos na comunidade.

Em outubro de 1983 a Fundação Social do Trabalho – FUNSAT assume oficialmente a execução do projeto e, em assembleia também realizada na AUBR, Lúcia Navarro Braga, presidente da instituição, assume o compromisso de aceitar as reivindicações dos(as) moradores e propões que, ao invés desses pagarem a indenização,

eles(as) iriam receber materiais para construir suas casas na área que já estavam determinadas pelos lotes demarcados pela CEHAP.

Na mesma assembleia a coordenadora, chamada Dra. Edinalva, e os técnicos da FUNSAT informam que as famílias que deveriam ser removidas teriam que entrar no regime do *Mutirão de Bayeux*⁹⁴, ou seja, teriam que pagar 780 horas de serviço, para receber uma casa que media 4(quatro) metros de frente por 6(metros) de fundo, sem repartição no interior. Os moradores, no entanto, não aceitaram a proposta e, em votação, deliberaram que receberiam os materiais, como aventado por Lúcia Braga, porém, construiriam suas casas em formato de *Mutirão Espontâneo* e ficou acertado que o trabalho seria iniciado no dia 20 do mesmo mês.

Na data referida, ao invés das obras serem iniciadas, como acordado com a coordenadora da FUNSAT, Lucia Braga vai até à Beira Rio tentar convencer a população a aceitar a proposta do mutirão de construção das casas aos moldes do que estava acontecendo na cidade de Bayeux ou ela junto com a sua equipe se retirava da área. Concomitante a esse comunicado, como afirma em nota pública a direção da AUBR, o terreno que tinha sido destinado para a construção das casas na região foi cercado com arame farpado e as marcações do loteamento destruídas e passou a ser vigiado “dia e noite pela polícia”, impedindo que os moradores(as) construíssem suas casas.

Como forma de conter o impasse com a comunidade, a FUNSAT junto com os governos Municipal e Estadual empreendeu obras, como a pavimentação da rua principal, fez parte da ligação dos esgotos e chegou até a reformar algumas casas, tudo para que fosse possível e empurrar para fora dos holofotes à questão da construção das casas conforme previa o projeto inicial.

Por várias vezes a FUNSAT foi convocada para prestar esclarecimentos para a população da Beira Rio em relação à execução do projeto, porém, segundo relatos de moradores(as), nunca houve uma resposta positiva e essa situação fez com que se sentissem sem autonomia, de mãos atadas e, ainda pior, com receio do que poderia

⁹⁴ Sobre a construção de unidades habitacionais do projeto *Mutirão de Bayeux* e consequentemente sobre assuntos relacionados a cidade de Bayeux ler a dissertação intitulada *Avenida Liberdade: morfologia e estrutura urbana em Bayeux-PB. (1960 a 1989). 311f*, escrita por Maiara Ateciene dos Santos Belo e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPP no ano de 2015.

acontecer, haja vista que habitavam áreas de risco na comunidade e o medo do período do inverno já era grande.

Fotografia 13 - Placa sinalizando as obras empreendidas pela FUNSAT na Beira Rio (1983).



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Placa sinalizando as obras empreendidas pela FUNSAT na Beira Rio (1983)*. Ano: 1983. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Em março de 1984, caíram fortes chuvas na cidade de João Pessoa e as casas que estavam situadas no alto da barreira na Beira Rio começaram a rachar. Com isso, as 13(treze) famílias que lá estavam abandonaram a região, algumas mulheres e crianças se alojaram no Grupo Escolar e na Sede da AUBR e outros tentaram ir construir as novas casas na parte do terreno que tinha sido cercada a pedido da FUNSAT, sem sucesso. E, com o fim parcial das chuvas, eles retornam para a área.

Interpelada mais uma vez pela direção da AUBR a FUNSAT envia engenheiros à Beira Rio para que pudesse ser feita uma avaliação da área e, após a vistoria da barreira, foi constatado que ela poderia cair e que, por isso, toda a região deveria ser evacuada o quanto antes. Os(as) moradores(as) foram avisados(as) que tinham que sair de suas casas, mas, não havia barracas suficientes para todos, haja vista que cada unidade comportava até 3(três) famílias.

A FUNSAT, que tinha elaborado o plano e evacuação e alojamento das famílias que tinham saído da área de risco, muda de plano mais uma vez e comunica aos desalojados(as) que, se quisessem, teriam que trabalhar para a firma que seria contratada para realizar as obras do PROMORAR, não seria mais oferecida a indenização em material para a construção das casas, como teria ficado acertado em 1983, e, ainda mais, eles(as) teriam que pagar pelas novas casas.

Isso causou uma revolta generalizada na comunidade, protestos e notas de repúdio são feitos na tentativa de reverter a situação, todavia, isso não acontece e alguns moradores(as) acabaram voltando para o alto da barreira e após outro período de fortes chuvas há o deslizamento de terra na região que ceifou vidas na comunidade. Só depois desse acontecimento que a FUNSAT resolve desocupar todas as casas do sopé da barreira.

Figura 7 – Manchetes de jornais sobre os desastres do ano de 1984.



Fonte: Jornal Correio da Paraíba. Manchetes de jornal Correio da Paraíba sobre o deslizamento da barreira na Beira Rio. João Pessoa/PB. Ano: 1984. Disponível na dissertação de mestrado intitulada: *Análise da percepção de riscos de populações vulneráveis urbanas: estudo de caso no Bairro São José, João Pessoa – PB*. (2017). Autora: Monalisa Cristina Silva Medeiros.

Esse acidente provocado por deslizamento aconteceu no ano de 1984, no dia 22 de maio, após 72 horas de chuvas⁹⁵ na cidade de João Pessoa. Foram registradas as mortes de

⁹⁵ Apesar de esse ser o motivo principal, vinculado em todas as manchetes de jornais da época, corre na comunidade que, antes do primeiro deslizamento em 1984, já podia ser observado que o alto da barreira era usado como descarte de entulhos oriundos da construção das casas do Conjunto Jardim Luna e com o

6 pessoas, 16 ficaram feridas e quase 2 mil ficaram desabrigadas (SANTOS, 2017, p.12) sendo encaminhadas para a sede da Associação e para alojamentos públicos feitos com barracas cedidas pelo Exército nas margens da BR – 230. Para além dos prejuízos materiais, as mortes causaram uma grande comoção entre os moradores como nos conta a entrevistada Maria da Conceição,

Quando a barreira caiu foi uma tristeza só [...] nessa época Mãe era Catequista e eu professora e muitas crianças que eu iam pra igreja e que também eu estava alfabetizando os pais morreram na barreira... eu nunca apaguei isso da memória. A gente teve que acolher todas essas crianças que eram filhas de pessoas conhecidas da gente e isso é uma coisa que nunca vai apagar, as pessoas moravam na barreira porque não tinha condição de morar em outro canto, então fazia suas casinhas e quando chovia como a barreira nesse tempo era muito alta, então a água que vinha de lá, [...] descia todinha, então quando amolecia o barro as casinhas que eram construídas de barro em cima... ali em cima era assim de casa uma pegadinha na outra aí quando vinha o peso da água os pé de pau, saiu levando tudo! (MARIA DA CONCEIÇÃO, 2017)

Logo esse episódio, a FUNSAT tratou de captar os recursos do recente Programa Nacional de Autoconstrução conhecido como projeto João de Barro⁹⁶ para destinar à recuperação da região afetada pelos deslizamentos. Sobre o projeto João de Barro na Beira Rio, Rodrigues (2017) afirma:

Era frágil. Primeiramente por demonstrar o quanto a interferência governamental modificava os rumos do projeto, e o quanto a população se mostrava insatisfeita com isso. Segundo, pois o seu principal objetivo era retirar as pessoas de áreas de risco, porém, as novas construções estavam alicerçadas em espaços territoriais também expostos a enchentes, alagamentos e deslizamentos. (RODRIGUES, 2017, p. 131)

acúmulo da água da chuva ocasionaram o acidente. Outra versão, essa para o ocorrido em 1989, que teria sido o Restaurante Visual o culpado pelo segundo deslizamento de barreira na Beira Rio.

⁹⁶ Após 8 meses de trabalho entregou às vítimas do deslizamento 200 casas populares com sistema de drenagem e saneamento, eletrificação, muro de arrimo, em parte da região, para a proteção da barreira e a construção de uma creche que tinha o slogan de “maior creche construída no Estado” que se chamava Maria de Lourdes Bonavides Lins e era uma clara tentativa de contrapor à existência da creche que foi construída e era mantida com o apoio da Associação dos moradores.

Dessa feita, segundo matéria do jornal Correio da Paraíba de 01 de maio de 1984, cerca de 800 homens da própria comunidade foram recrutados para construir 211 habitações, que seriam entregues num prazo de 90 dias. A execução desse projeto de recuperação da área que foi afetada pelo deslizamento da barreira na Beira Rio acabou modificando a aparência urbana do lugar onde ocorreram as últimas ocupações no final da década de 1980 é considerada a primeira iniciativa concreta de urbanização da comunidade por parte do poder público.

Essa ação consolidou a interferência política do Governo do Estado e da FUNSAT, na pessoa de Lúcia Braga, no cotidiano dos(as) moradores(as) o que ocasionou numa explícita divisão entre os eles(as), ficando evidente a partir do relato abaixo,

Se a gente num tá em outro canto eles são os responsáveis. São eles porque foi no governo dele que aconteceu isso tudo que é de errado, tudo que tem de errado nessa história de gente que entrou pra outro caminho... não vou dizer que eles são os culpados disso não, isso é outra coisa mais como comunidade. Wilson Braga e Lúcia Braga foram os únicos responsáveis por esse racha, porque a gente vamo ser bem sincero que num tem um racha com aqui e o povo lá de baixo? Tem, a gente tem que juntar as coisas porque tem e foi eles que começaram tudo isso! (DONA RITA, 2017)

Com esse ocorrido, intensificaram-se as críticas em relação à permanência dos moradores da Beira Rio na região, visto que com o desastre da queda da barreira abria-se o cominho para que pudesse ser posto em prática o plano de desapropriação que há anos rondava a comunidade e tinha o apoio deliberado de moradores(as) dos bairros de Manaíra e João Agripino.

Na primeira queda de barreira que nós acompanhamos, eu tive que subir, lá no João Agripino era onde tinha um orelhão que era pra ligar para os bombeiros, eu já estava na direção da Associação. E na hora que eu estava ligando, uma pessoa encostou e disse: agora é a hora do Governo tirar todo mundo, aproveita que caiu a barreira e diz que ali não é lugar de ficar e a gente já era tratado com muita discriminação também. Era como se dali não fosse dar ninguém que prestasse, era isso que eu escutava. (PAULO MARCELO, 2021)

Os líderes locais, junto com os membros da AUBR, intensificaram as ações, formulando notas públicas, textos para a mídia escrita, relatório com dados que evidenciavam o descaso da FUNSAT em relação à proteção da população visto que toda a

equipe tinha conhecimento do perigo que corriam as pessoas por conta da situação insustentável da barreira e, mesmo assim, não tomaram as devidas providências. Esse foi sem dúvidas o estopim para a animosidade que só se intensificou nos anos seguintes entre Lúcia Braga (FUNSAT) e os integrantes da diretoria da AUBR. Segundo Paulo Marcelo,

Lúcia Braga chegou e construiu um conjunto onde a gente [Associação] disse que não era pra construir, porque precisava de uma proteção e mesmo assim ela construiu e a barreira veio abaixo e as pessoas morreram. Foi problemático porque construir casas, quem não quer que construa casas. Você ser contra a construção de casas na comunidade, por conta de ver que não era viável gerou uma antipatia, pois o povo achava que nós [Associação] estávamos jogando a conquista fora. E assim ficamos poucos amigos de muita gente lá. (PAULO MARCELO 2021)

Era clara, por parte dos(as) moradores(as), a necessidade de uma intervenção estrutural de grande porte na comunidade e essa só poderia ser realizada por meio de recursos públicos, municipais e estaduais. Até o fim da década de 1970 todas as habitações e os equipamentos de uso coletivo tinham sido construídos por conta da organização interna, cabia ao Estado manter apenas o funcionamento através do pagamento de salários aos funcionários. As intervenções que o poder público pretendia para a Beira Rio eram ancoradas na premissa de que a população deveria arcar com todo ou metade dos recursos financeiros, algo improvável de acontecer, como ficou explícito nos parágrafos anteriores.

O que estava posto, portanto, era a realidade de uma comunidade que tinha crescido em grande proporção, como problemas estruturais graves e que intensificou ainda mais a tentativa de unir os(as) moradores(as) em torno da luta pela resolução das disparidades internas e contra a estigmatização de seus moradores e moradoras tidos como “marginais⁹⁷” por setores da mídia, agentes políticos e pelos bairros de classe alta e média circunvizinhos.

Nesse cenário, o movimento reivindicatório dos(as) moradores(as) já tinha força substancial para estabelecer o enfrentamento junto ao poder público local, através de

⁹⁷ “Marginais” no sentido sociológico haja vista que os(as) moradores(as) da Beira Rio se encontravam à margem da sociedade por não possuem os mesmos direitos e acessos a saúde, alimentação, moradia e educação que os(as) outros(as) das regiões vizinhas (Manáira, Bessa, João Agripino, Jardim Luna). A Marginalização ocorria intensamente no âmbito social considerando-os(as) inferiores e no âmbito econômico excluindo-os por possuírem baixas condições financeiras.

assembleias mensais mais pessoas iam participando das discussões e contribuindo na elaboração das pautas mais importantes para a comunidade. Observa-se nitidamente que a tentativa de mudança de postura do poder público, de viabilizador das expulsões a mantenedor de políticas de garantia da permanência da população na comunidade, não foi o bastante para que os conflitos na Beira Rio cessassem.

À medida que os moradores(as) passaram a sedimentar ainda as reivindicações por seus direitos, após 2 (dois) anos de criação da AUBR, tendo em vista que foi uma organização regulamentada, tiveram mais reconhecimento para dialogar com os gestores, estadual e municipal e os meandros desde sua criação, as ações empreendidas pelos(as) associados(as), seu apogeu e o declínio do período intenso de suas atividades.

Mesmo com a construção das habitações e o projeto ter sido parcialmente executado o conflito entre a FUNSAT e parte dos(as) moradores(as) membros da AUBR já estava consolidado. Dentre os motivos estava a articulação que a própria Lucia Braga fez cooptando alguns membros, inclusive do movimento que antecede a criação da AUBR, o que causou profundo descontentamento somado aos conflitos gerados pelas intervenções locais⁹⁸ que, de fato, estabeleceu a cisão e fez com que o movimento de resistência e embate dos moradores se opusessem a Lucia Braga e seus apoiadores da Beira Rio.

E foi isso que fez com que Lucia Braga percebesse [Que a Associação não iria apoiá-la na compra de votos e nem seria porta voz de suas ações na comunidade] e dissesse dentro da Beira Rio mesmo, que não iria mais tirar o chapéu para a Associação. Pronto ali racha tudo e depois de não tirar o chapéu ela articulou um grupo para tomar a Associação. (PAULO MARCELO, 2021)

Essa expressão “Tirar o chapéu” se refere a um convênio estabelecido entre a FUNSAT e a AUBR que tinha por objetivo a doação de uma quantia em dinheiro pra a reforma e ampliação da sede onde eram desenvolvidas as atividades da Associação. Com isso o cenário na Beira Rio era o seguinte: de um lado, estava o grupo que fundou a AUBR

⁹⁸ Esse grupo de moradores(as) promovia diversas ações na comunidade no sentido de prestigiar as ações da FUNSAT exacerbando a importância da então presidente Lúcia Braga através de eventos, panfletagens e caminhadas com alto falantes. Nessas atividades também existia espaços onde os aliados da política braguista atacavam o grupo dos associados que eram inclusive chamados de “radicais insatisfeitos”, o que gerava ainda mais tensão local.

que seguiu sendo oposição ao projeto político braguista e, do outro, um grupo considerável de pessoas que, mesmo sendo associados da AUBR, resolveram se aliar a Lúcia Braga no intuito de assumirem a liderança local visando algum tipo de promoção social. Sendo assim, com os ânimos aflorados, a AUBR passou, no ano de 1984, por mais um processo de escolha para presidente, dessa vez com a intervenção de Lúcia Braga, o que inflamou ainda mais o processo. O resultado disso será apresentado no próximo tópico.

3.5. “NA NOSSA LUTA, PRECISAMOS CONTINUAR INDEPENDENTES”: OS CONFLITOS DA ELEIÇÃO DE 1984.

Como ressaltado anteriormente, enfrentar os Estado com todo o seu aparato não era uma tarefa fácil para os(as) moradores(as) da Beira Rio mesmo que fosse a luta por direitos e que estivesse em pauta o descaso traduzido na demora para resoluções de problemas pontais por parte das gestões locais era evidente. Com a entrada da FUNSAT, que se dizia ser o órgão responsável para dissolver os conflitos entre Governo e comunidades, na discussão sobre construção de moradias há inicialmente um certo alívio no sentido de que o diálogo iria ser maior só que logo depois se percebe que para além das questões sociais, a instituição trabalhava em prol de manter a hegemonia política, através de suas práticas puramente assistencialistas.

No caso da AUBR não foi diferente, a FUNSAT primeiramente surge com propostas de ajuda financeira e até mantem convênios importantes com a instituição no que diz respeito a promoção da comunidade. Como, a partir da execução, parcial, do PROMORAR, os membros da Associação começaram a perceber que a ideia não estava centrada no bem estar dos moradores nem na melhoria estrutural da comunidade, eles passaram a questionar a FUNSAT e isso incomodou de certa forma que a própria Lúcia Braga tomou pra si esse conflito e fez dele um jogo prejudicial, que reverbera até os dias de hoje, para a comunidade⁹⁹.

⁹⁹ Em conversas com moradores(as) é possível perceber que desde que Lucia Braga através da FUNSAT passou a intervir na comunidade a ponto de querer também liderar a Associação, que tinha a premissa de ser autônoma para poder reivindicar as melhorias para a comunidade, as relações sociais não são mais as

Já que o objetivo da FUNSAT era transformar a Beira Rio numa uma região modelo que demonstrava boa relação entre o Governo do Estado e as “favelas” da cidade de João Pessoa, nada melhor do que ter o domínio da Associação dos moradores. A primeira medida foi cooptar pessoas, de preferência de dentro do movimento, para serem seus olhos e ouvidos dentro da comunidade e mais por já serem habituados com essa questão de processo eleitoral também seria proveitoso o apoio dessas pessoas, haja vista que o resultado com a votação ainda era impreciso, portanto, teriam que trabalhar como toda fora em prol da conquista do posto de presidente daquela instituição.

Olha, já existia oposição. Existia oposição ao que a gente fazia. Era um grupo que sempre discordava do que a gente [Associação] tava pregando mentiras. Até questionavam, como uma comunidade daquela ia receber água, luz, passar transporte... Já fomos até chamados de “falsos profetas”. Então, já tinha a oposição lá. Só que essa oposição não ia nas reuniões, não influenciava as pessoas a participarem do debate, isso não existia. Agora aparecer, explicitar ali: Eu sou e acho que vocês estão mentindo, foi com a intervenção do Estado. Então eles [a FUNSAT] encontraram companheiros que acreditassem no discurso deles e achassem que estava na hora da gente sair ou apoiar o Governo, porque o Governo só estava com boa intenção. Imagine, a mulher do Governador chegando na comunidade e querendo a toque de caixa construir casas e nós [Associação] pedindo cuidado para que fosse feito algo bom pra comunidade fez com que para alguns nós saíssemos como os vilões da história. Portanto, quem consolidou o racha na Beira Rio foi exatamente a mulher do Governador. (PAULO MARCELO, 2021)

Essa ruptura, intencional, entre os(as) moradores(as) da Beira Rio determinou o clima das eleições para presidência da AUBR no sentido de que foram organizados os grupos que disputariam o pleito que ficaram divididos da seguinte forma: A Diretoria a época da AUBR¹⁰⁰ que visava continuar o trabalho que vinha sendo desenvolvido desde o

mesmas, heranças foram deixadas após esse contato. Primeiro, a leitura que se faz sobre a própria Lúcia Braga, ora “mãe dos pobres”, ora “incentivadora de conflitos”. Outro exemplo, é a desmobilização social que se percebe no Bairro São José, não existe mais aquela ideia de comunidade como vista em tempos passados. E, por fim, a despolitização dos(as) moradores(as) que se contentam em serem ouvidos apenas em período eleitoral, para quase sempre venderem seus votos.

¹⁰⁰ Esse grupo monta uma estratégia visando garantir a reeleição de modo que até a organização da chapa é articulada no sentido de conseguirem a maioria dos votos sejam dos recém associados, como daqueles que estavam junto ao movimento desde a criação da AUBR. Portanto, o nome de José Berlamino se torna evidente, até pela representatividade que ele tinha entre os(as) moradores(as) mais antigos e mesclado com

ano de criação da instituição e o grupo oposicionista que se chamava *Renovação*, mesmo tendo em sua estrutura membros que já tinha feito parte da gestão vigente, que contava com o suporte exposto da FUNSAT para demonstrarem o apoio do Estado e como isso seria “bom” para a comunidade.

Temos observado semanalmente em nossa comunidade um carro de som, que durante toda a tarde e até aproximadamente as 22:00 hs, fica a disposição dos componentes da chapa 2, quando nós sabemos perfeitamente que essas pessoas não possuem poderes aquisitivos para arcarem com tantas despesas. Além do mais essas mesmas pessoas dependem de uma quantia um tanto irrisória que lhes são pagos pela FUNSAT para nos agredam moralmente esperando um revide de nossa parte, para que possam nos agredir fisicamente e nada sofrerem, pois estão acobertados. (Nota Pública da AUBR, 1984)

Várias outras ações foram feitas no interior da comunidade em favorecimento da Chapa 2 mediadas pelo Estado que inclusive disponibilizava até aparato policial para que tais práticas não fossem impedidas de acontecer e de maneira geral que pudesse intimidar aqueles ou aquelas que por ventura chegassem a questionar.

O clima na Beira Rio era tão tenso que as chapas começam seus trabalhos de campanha à pelos menos 50 (cinquenta) dias antes do pleito o que denotava que esse confronto reunia questões que iam além de ocupar a Associação, estava em jogo toda uma trajetória de luta que, na visão de muitos moradores(as), iria cair no esquecimento com a eleição de um grupo “amigo” do Governo.

[...] Já realizamos duas eleições que transcorreram num clima bastante tranquilo, mais esta eleição [a de 1984] não será como das vezes anteriores, em virtude da Associação ser bastante combativa, lutar pelos nossos direitos, nem concordar que as coisas sejam feitas de cima para baixo, eles tentam desarticular a nossa organização no sentido de colocar uma Diretoria que seja comprometida com o Governo e não com o povo, (Nota Pública da AUBR, 1984)

Sabendo que estavam a serviço de um propósito que não era em prol de um bem coletivo, visto que vários membros da Chapa 2 receberam boas quantias de dinheiro e até

nomes de participantes mais novos na luta como exemplo o de Paulo Marcelo, haja vista que as ações da gestão dos anos de 1982 e 1983 também entrariam no crivo dos eleitores.

cargos na gestão estadual, a Diretoria da AUBR também partiu para o trabalho fazendo visitas, apresentando as suas propostas de gestão e, ao se aproximar do dia da eleição, tomaram a decisão, com orientação de advogados, de não entregarem a lista de votantes com alguns dias de antecedência, como tinha sido acordado, com o pretexto de impedir que os membros da Chapa 2 fossem nas casas e comprassem os votos dos associados.

Figura 8 - Cédula de propaganda para a eleição de diretoria da AUBR em 1984.

ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO		
CHAPA	EFETIVOS DA DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
1	Presidente: José Belarmino Vice Presidente: Alberto Mário Tesoureiro: Paulo Marcelo 2º Tesoureiro: Antônio Gabriel Secretária: Maria de Fátima 2º Secretário: Luiz Pereira R. Públicas: Erasmo França	Antônio Severino da Silva Antônio Adelino da Silva Heleno da Silva
X		
CHAPA 2	João Nunes do Espírito Santo Hilda Alves Vieira Severina dos Santos Janduy do Nascimento Manoel Carneiro da Silva Luiz Adelino de Souza Luiz Coelho da Silva	Ma. do Nascimento Araujo Leonardo da Silva Geraldo Bendito da Costa

Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Cédula de propaganda para a eleição de diretoria da AUBR em 1984.* Ano: 1984. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Porém a FUNSAT, junto com advogados do Governo do Estado, conseguem uma liminar expedida por um juiz que determina que a lista de votantes deveria ser entregue aos membros da Chapa 2 as 19:00 horas sob pena de arcar com as consequências de lei; todavia, mais uma vez, os membros da Diretoria descumprem o acertado na tentativa de barrar a explícita tentativa de burlar o sistema de eleição com a compra de votos:

[...] montamos uma estratégia de entregar a lista de votante num horário em que ela [Lúcia Braga] não pudesse estragar tanto a eleição. Entregamos a lista na casa do juiz, que era pra ter entregado para os membros da Chapa 2, um pouco mais de 9:00 horas da noite do dia

anterior à eleição. Achávamos que não daria tempo pra eles irem nas casas pois o pessoal já deveria estar dormindo. Porém, quando foi umas 10:00 horas e poucos a mulher do governador entra na comunidade com sacolas de dinheiro e foi comprando e comprando os votos. (PAULO MARCELO, 2021)

No tocante à compra de votos era algo quase impossível de ser controlado, segundo alguns entrevistados(as), o que poderia ter sido feito em questão de mobilização de pessoas para votarem seguindo as pautas de reivindicações para o desenvolvimento humano da Beira Rio foi popularizado até um dia antes da eleição, cabia portanto, esperar o dia da votação e *“observar olhando no olho quem estava com a Diretoria e quem tinha por ventura se vendido”*, como afirma Paulo Marcelo (2021).

Fotografia 14 - Sede da AUBR local de votação para escolha dos membros da Diretoria no dia 18 de novembro de 1984.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Sede da AUBR local de votação para escolha dos membros da Diretoria no dia 18 de novembro de 1984.* Ano: 1984. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Chegado o dia da eleição para a escolha dos membros da Diretoria, em 18 de novembro de 1984, seguindo rigorosamente o estatuto da sociedade iniciou-se os trabalhos as 08:00 horas, no prédio da sede da Associação com a presença dos membros das chapas

concorrentes, apoiadores externos a comunidade assim como seus respectivos advogados¹⁰¹.

O dia da eleição foi o dia do “grande conflito”, o clima era de final de “Copa do Mundo”, diz Paulo Marcelo (2021), muita ansiedade dos dois lados e a cada hora que se aproxima do fim da votação era mais eletrizante no sentido de saberem quem iria estar à frente a organização comunitária da Beira Rio pelos menos nos outros dois anos posteriores.

Não precisava nem ser envolvido com a Associação pra perceber que aquele dia [18 de novembro de 1984] as coisas estavam diferentes, era tanto do carro, tanta da gente e passou o dia todo assim. Tinha um pessoal que gostava de provocar e a coisa era séria mesmo, até porque né tinha o Governo participando, concorrendo a eleição. No fim foi outro tumulto, aí já porque quem ganhou foi o pessoal da comunidade e não eles. (DAGUIA, 2021)

Às 16:00 horas foi encerrada a votação e a comissão partiu para a contagem das cédulas e constaram que dos(as) 312 associados(as), 164 votaram na Chapa 1, 141 votaram na Chapa 2, 4 votaram em branco e 3 associados anularam o voto, havendo uma abstenção inferior a 0,3% dos que se apresentavam em condições legais de exercerem o direito ao voto segundo a presidente da mesa apuradora a assistente social Maria de Lourdes Carvalho, vice-presidente do Conselho Regional das Assistentes Sociais – CRAS, à época.

Quando foi proclamado o resultado com a vitória da Chapa 1 com 23 votos de diferença a sede da Associação foi invadida pelo grupo de apoiadores da Chapa 2 e alguns membros da FUNSAT que quebraram cadeiras, bancos, mesas e lâmpadas do recinto como também partiram para a agressão física,

Foi um tumulto só. Juntou o pessoal da chapa 2 com o povo que tinha vindo de fora e partiram pra cima do pessoal da chapa 1, Zé Belarmino, a família dele, Paulo Marcelo, todo mundo teve que sair daqui corridos, até Geraldo Beltrão que era um advogado muito importante no tempo também entrou no bolo. Eu nunca tinha visto isso aqui [na comunidade] não. Mas infelizmente foi por causa dessas histórias de política e tinha

¹⁰¹ A Chapa 2 tinha como apoiadores os advogados: Marcos Célio do Nascimento diretor do PRODASEC/URBANO e patrono da chapa, Joás de Brito Pereira, Yanko Cirillo, Luís Frago, Valmar Toledo e outros, todos pagos pela FUNSAT. Já a Chapa 1 contava com o apoio dos advogados: Geraldo Beltrão, Eduardo Loureiro, Manuel Pacífico Neto e Luís Cassiano da Silva.

participação de moradores daqui junto com o pessoal de Lúcia Braga. (DONA ADÉLIA, 2017)

Desde o início de cooptação de um grupo de moradores pela gestão braguitas, inclui-se nesse processo além da entrega de cestas básicas e quantias em dinheiro promessas de emprego em órgão do governo, o momento pós a eleição da direção da AUBR no ano de 1984 foi, sem dúvidas, o mais tenso e perigoso. Resultado de uma investida pesada que contou com a ação deliberada da então primeira dama através da FUNSAT que aconteceu meses antes e perdurou por um bom tempo depois corroeu indiscutivelmente boa parte do trabalho comunitário construído ao longo dos anos, desde a chegadas dos(as) moradores(as) na comunidade e que tinha se intensificado com a criação da Associação.

Fotografia 15 - Carros da FUNSAT que circularam na Beira Rio durante todo o dia da eleição dos membros da diretoria da AUBR em 18 de novembro de 1984.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. Carros da FUNSAT que circularam na Beira Rio durante todo o dia da eleição dos membros da diretoria da AUBR em 18 de novembro de 1984. Ano: 1984. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Mesmo tendo acionado a polícia, a mesa de apuradores, os candidatos da chapa vitoriosa e seus respectivos advogados acabaram saindo por uma saída nos fundos da sede da Associação para que fossem evitados incidentes mais graves.

Fotografia 16 - Registro do confronto que se deu logo após o anúncio da vitória da Chapa 1 para direção da AUBR no dia 18 de novembro de 1984.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro do confronto que se deu logo após o anúncio da vitória da Chapa 1 para direção da AUBR no dia 18 de novembro de 1984.* Ano: 1984. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Após o resultado o advogado finado Doutor Geraldo Beltrão, terminou a ata trancado dentro de um banheiro, como os nossos companheiros de Chapa segurando na porta para que os membros da Chapa 2 e seus apoiadores não invadissem e foi ali no banheiro da Associação que foi escrita a ata com o resultado que deu poder para a gente continuar. Mesmo tendo que correr todo mundo da comunidade, ter que sair as pressas, ficar 8 dias fora. Mais quando voltamos, o grupo já estava esperando de volta, nos acolheram e a luta continuou. (PAULO MARCELO, 2021)

[...] no dia da Eleição para nossa surpresa veio um monte de gente pra quebrar nós no pau com a polícia e tudo. Quando terminou a votação a gente ganhou com uma diferença de poucos votos, mas a gente ganhou. E quando a gente acabou de ganhar aí a coisa pegou fogo quando eles viu que a gente ganhou e que os meninos saíram pra fora... olha tinha uns baita dos homens armados eu acho que pra lixar nós pra lixar porque nós tinha ganhado a nossos companheiros Erasmo, Paulo Marcelo, Alberto que já se foi, Vicente, tiveram que sair às escondidas da Associação um deles até saiu vestido de mulher porque os caras estava na frente pra pegar. A gente fez uma corrente humana e se saiu empurrando Paulo Marcelo e num sei qual foi o outro e a gente conseguiu tirar eles de lá. Quando a gente viu que não tinha mais ninguém a gente voltou [...] Eu

e Antônio Gabriel ficamos pra fechar a Associação. Ficou com a gente pra fechar Também Seu Júlio. Enquanto eu tava fechando a porta minhas mãos estavam tremendo e depois apareceu dois caras que ficaram nos encarando. A minha sorte foi porque eu não saí presa, porém os meninos passaram uma semana ameaçados e foragidos da comunidade. (DONA RITA, 2017)

Em nota pública, divulgada no dia 21 de novembro de 1984 a Chapa 1, que saiu vitoriosa do pleito, faz um balanço dos acontecidos e chama os(as) moradores(as) da Beira Rio à refletirem acerca do quando o incentivo da FUNSAT em mobilizar moradores, gastar dinheiro dos cofres públicos com a campanha acabou inflamando a população, causando atos de violência física, algo que já havia também acontecido em outros pleitos a exemplo, das Associações do Ernany Sátyro, Funcionários I e Gauchinha.

Fotografia 17 - Registro de como ficou a sede da AUBR pós o confronto por conta do resultado da eleição de 18 de novembro de 1984.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro de como ficou a sede da AUBR pós o confronto por conta do resultado da eleição de 18 de novembro de 1984.* Ano: 1984. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

A eleição tinha findado, porém o cenário de disputa continuava sendo alimentado pelo grupo derrotado prova é que no dia 20 de novembro de 1984 Lúcia Braga promoveu

um ato público em frente ao Palácio da Redenção com o apoio do então governador Wilson Braga, estimulando ainda mais o conflito através falas violentas e que colocavam em cheque a índole dos integrantes da chapa vencedora. A direção da AUBR por sua vez buscou, através dos meios legais, apurar as acusações feitas para punir os responsáveis e os seus respectivos mentores intelectuais que articulavam os meios através da difamação e da pressão psicológica exercida nos(as) moradores(as) da Beira Rio que se encontravam na oposição.

Como última cartada, característica da política do governo braguista, haja vista se tratava de uma ação também vista em outras comunidades de João Pessoa e do interior do Estado, houve demissões e transferências de postos de trabalho de pessoas que estavam ligadas ao grupo que se opunha a FUNSAT e ao Governo do Estado com o pretexto de penaliza-los:

[...] denunciemos as demissões sumárias do servidor ALBERTO MÁRIO DAS NEVES, do DETRAN-PB, vice-presidente eleito, com 07 anos de serviços prestados aquela instituição e um título de funcionário do ano de 1983, do médico EDUARDO FRANCISCO DE ASSIS BRAGA, do cargo de diretor do posto de saúde da comunidade, com 08 anos de serviços prestados à comunidade, seis dos quais como voluntário, de MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS, 1ª secretária eleita e de FRANCISCA SOARES DOS SANTOS, ambas atendentes do posto de saúde daquela comunidade, além da transferências das servidoras LUZINETE FERNANDES e IVONETE DA SILVA, igualmente do referido posto, além da ameaça de demissão de mais 11 servidores públicos, todos que não se curvaram à imposição de usar os serviços públicos para promover interesses da chapa da FUNSAT. (Nota Publica da AUBR de 21 de novembro de 1984)

Fato é que, mesmo derrotada a frente composta pelos membros da Chapa 2, FUNSAT na pessoa de Lúcia Braga e pelo Governador do Estado Wilson Braga, marido de Lúcia, continuou repercutindo seus feitos na Beira Rio. Embora membros da Diretoria da AUBR, equipe de advogados e demais moradores(as) tenham oferecido resistência a estas intervenções, estavam discordando das ações que envolviam a mais alta autoridade do Estado, portanto, não era algo tão fácil. A partir disso, para continuar atuando na comunidade é fundada um outra Associação que teve um poder superdimensionado na tentativa de receber reconhecimento dos moradores.

À nova direção da AUBR coube promover a reorganização de forças, restabelecer diálogos e promover projetos de urbanização da comunidade, só que um novo desastre na comunidade e a desmotivação de algumas lideranças locais atrelado ao esvaziamento promovido através das ações do Estado mudaram a forma de pensar e agir no recém criado Bairro São José, atentem-se.

3.6. DA ASSOCIAÇÃO COMBATIVA AO ESVAZIAMENTO PÓS FORMALIZAÇÃO DO BAIRRO.

Por volta do ano de 1985 a comunidade Beira Rio já tinha crescido significativamente, contanto com a desapropriação do terreno e algumas obras de urbanização, e sua presença se fazia visível na cidade, especialmente em relação aos bairros praianos de Tambaú, Manaíra e Bessa, bem como aos bairros do Vale do Jaguaribe em direção Oeste, acima da barreira que acompanha a zona litorânea, como Jardim Luna, João Agripino, Miramar, Tambauzinho e outros. Não obstante, as questões que envolviam o título da propriedade e infraestrutura para toda a região, mantinham a AUBR na luta melhorias e conquistas de direitos para a Beira Rio, mesmo tendo que restituir a sua imagem de detentora do poder para representar os(as) moradores(as).

A presença deles na comunidade implicava na demanda por serviços públicos diversos, como iluminação pública, abastecimento de água, esgotamento sanitário, recolhimento de lixo, transporte, saúde, educação, entre outros, de tal maneira que essas necessidades de sua população começaram a se fazer mais presentes no cenário urbano da cidade João Pessoa. A partir disso, numa última grande tentativa de intervenção do Governo do Estado na condução das demandas dos(as) moradores(as) da Beira Rio, é criada em 22 de fevereiro de 1985 a Associação Comunitária Amigos da Beira Rio - ACAMBR, que tinha por objetivo tentar obstruir o trabalho da AUBR e centralizar a conquista dos avanços estruturais na comunidade como forma de simbolizar a aproximação com a gestão estadual e como isso seria “bom” para todos.

Independente da força que a ACAMBR vinha a adquirir com o discurso de terem contato direto com os gestores locais, os(as) moradores(as) intensificaram a pressão aos órgãos governamentais através de atos públicos, entrevistas à imprensa falada e escrita,

reuniões e assembleias, promovidas pela AUBR no sentido de reforçar a atenção nas questões estruturais da comunidade como água, luz, esgoto, calçamento da rua principal, legalização dos lotes, construção do muro de arrimo e calhas para proteção e contenção da água na barreira, ampliação do posto médico, do grupo escolar, retirada da rede de alta tensão e a remoção das famílias que moravam nas encostas da barreiras.

A conquista dessas demandas era o primeiro passo rumo à obtenção do status de bairro, algo que era endossado inclusive por setores políticos locais e escolha de um nome era de extrema importância, pois iria determinar a posição da comunidade no traçado urbanístico da cidade de João Pessoa um dos motivos pelos quais iria diferenciar a Beira Rio de outras ocupações que aconteceram ao longo do trajeto do rio Jaguaribe que também receberam essa denominação.

Partiu de uma reunião com representantes do transporte público da cidade, que discutia a proposta do ônibus trafegar pela rua principal da comunidade visto que existiam muitos(as) moradores(as) que trabalhavam em bairros distante, a exigência de um novo nome para a Beira Rio, foi quando ao retornarem da reunião os membros da diretoria promoveram uma assembleia geral em caráter de urgência para propor uma votação referente à escolha do novo nome.

Existiram várias propostas de nomes para a Beira Rio, inclusive o grupo que sempre esteve junto não eleições de diretorias passadas, discordou em relação a essa escolha, o que era consenso era que as sugestões fossem pautadas na ideia de um nome que simbolizasse toda a trajetória que os moradores(as) vivenciaram até aquela data. Diante da variedade de opções, a saída não foi tão fácil:

[...] Tinha uma ideia era que fosse *Bairro Nova Esperança*. A nossa proposta era: ou *Bairro da Esperança*, *Cidade da Esperança*, uma coisa assim, mais era *Esperança*. Tinham mais gente que dizia, mais porque num vamos chamar de *Bairro Vitória*, porque tudo foi uma vitória, e não era só em relação ao Governo não e nem era só o Prefeito, era tanto o povo que morava no outro lado do rio [Manaíra] como o povo que morava em cima da barreira [João Agripino] que queria que a gente sáisse dali. (PAULO MARCELO, 2021).

Poucas pessoas sabem, mas, a sugestão do nome que foi vitorioso na votação para a escolha de como deveria se chamar a Beira Rio está estritamente ligado ao grupo de pessoas que participaram das primeiras ocupações na localidade. Muitos(as) vindos(as) do contexto rural, trouxeram suas tradições que fizeram da comunidade a extensão da vida no campo onde puderam construir suas moradias, criar animais, cultivar a terra e, também, dar continuidade a devoção a santos buscando através das orações uma espécie de sentido para a vida. Esse catolicismo de matriz mais popular, hoje desafiado pela presença ativa de igrejas neopentecostais, ainda mantinha uma força considerável nos anos 80 e contribuiu para o resultado da escolha.

Zé Belarmino pegou um funil (eu chamava o funil de Zé Belarmino) Zé Belarmino pegou o Funil, porque hoje em dia tem microfone, tem carro de som, naquele tempo não tinha, se juntou de cima a baixo da Beira Rio... Umas 7:00 horas da noite a gente tava com 200 pessoas a frente Igreja. Ai a gente levou a exposição levou da conversa, ai a conversa tava tomando uma grande proporção, como toda conversa com muita gente né?! cada um tem sua opinião... e a gente tem que respeitar, ai lá pelas tantas alguém disse minha gente só tem duas coisas a gente vai butar 2 nomes pra ser votado o que for o mais votado é o que vai ficar ai a gente butou *Bairro São José* e *Verde Mar*. Se eu não tiver enganada, Verde Mar nunca podia porque era o nome de um conjunto lá por traz da Engenharia. [...] quando abriram os dois papéis butou em votação o pessoal votando mesmo aí quando butou em votação que quando abriu Bairro São José, aí ficou Bairro São José quando abriu o primeiro que abriu ai disseram pra num ter confusão o primeiro que abrir é o que fica ai quando a gente abriu era o nome Bairro São José. (DONA RITA, 2017)

Não por um acaso que o santo escolhido como padroeiro da Beira Rio foi *São José*¹⁰², descendente da casa de Davi, foi esposo de Maria e pai adotivo de Jesus de Nazaré. É relacionado nas Sagradas Escrituras ao ofício da carpintaria, um trabalho braçal, simples e rude, porém, instrumento de dignidade do homem por propiciar o sustento da

¹⁰² É um dos santos mais populares da Igreja Católica, padroeiro dos trabalhadores e da Família suas festividades são comemoradas nos dias 19 de março e 01 de maio. No Nordeste ele é famoso por mandar chuva para os agricultores em tempo de seca, inclusive é tradição para que se tenha uma boa colheita, nos meses de festas juninas, o sinal é que chova no dia 19 de março. Outro dado importante é que como não existe uma data oficial de quando a primeira pessoa chegou à área onde se formou a Beira Rio, é comemorado no dia 19 de março o dia de “aniversário” da comunidade, mesmo depois da obtenção do título de bairro.

família. São José também é conhecido como homem justo e está ligado à educação do menino Jesus a quem, junto a Maria, cuidou e devotou durante seu tempo de vida.

Tradicionalmente, muitas igrejas e capelas de comunidades de trabalhadores tinham o santo carpinteiro como seu Orago. Em todo o Brasil, desde o período colonial, dezenas de cidades e incontáveis bairros e paróquias Católicas ostentam o nome desse santo. Na Paraíba, o próprio nome José costuma ser um dos mais adotados até os dias de hoje.

São José, portanto, é relacionado o tempo todo não apenas com o universo do trabalho manual, mas também com as vivências domésticas dos(as) moradores(as), expressas na imagem da Sagrada Família, a ponto de interferir até em decisões não religiosas como o caso da escolha da nova denominação da Beira Rio,

[...] Na votação, a comunidade se reuniu e botaram outros nomes e foi né, o mais votado foi o São José... foi minha Mãe (*Iracema*) que lançou esse nome São José por causa do padroeiro da capela, que era São José Operário, aí o pessoal acharam bom.... e foi ganho por votação, o nome que foi mais votado foi São José... aí ficou *Bairro São José*. (MARIA DA CONCEIÇÃO, 2017)¹⁰³

A prática religiosa na Beira Rio já era realizada anos antes da chegada formal da Igreja Católica, na figura do Padre Everaldo Peixoto, do Diácono Israel Ramos e seus auxiliares, portanto, a devoção a São José manifestada na construção da capela, na realização de novenas e procissões evidencia uma ligação direta com o santo sem intervenção da parte da institucionalidade.

Numa clara expressão do catolicismo popular¹⁰⁴, tanto a escolha do nome quanto nas explicações sobre os fatos do cotidiano dos(as) moradores(as), São José, o santo, se

¹⁰³ Um fato interessante, existe uma outra narrativa a respeito da opção de *São José* para nome da Beira Rio, que inclusive nada tem de cunho religioso. Como uma figura central na comunidade, que reunia além da figura de liderança a carregava a representatividade de pertencer as famílias que participaram do primeiro movimento de invasão na região, conhecido como *Zé Belarmino* teria sido a real inspiração para a escolha da proposta. José era seu primeiro nome, como ele estava na frente do movimento para a escolha do nome de Bairro para a comunidade, os próprios membros acharam interessante usar da ocasião para também homenageá-lo. Como o que existe são apenas especulações, nada foi comprovado nesse sentido, é interessante observar a importância das lideranças locais nos momentos decisivos de luta e conquistas dos(as) moradores(as) da Beira Rio.

¹⁰⁴ O catolicismo popular é um tipo de catolicismo e tem a sua funcionalidade a partir da figura central que são as devoções aos santos. “Esse tipo de catolicismo era praticado por portugueses pobres, alguns pequenos

torna membro da luta para a solução dos problemas vivenciados pelos membros da comunidade. A força que o Catolicismo ainda guardava junto às comunidades populares, em recuo dos anos 1990 para cá, não criou obstáculos maiores à adoção da denominação de um santo católico para o bairro.

Fotografia 18 - Registro da mobilização feita na Beira Rio para decidir um novo nome para a comunidade.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro da mobilização feita na Beira Rio para decidir um novo nome para a comunidade*. Ano: 1987. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Após a escolha e uma certa reorganização da casa, os membros da AUBR voltaram a se encontrar com agentes públicos para discutir assuntos relacionados à Beira Rio e apresentam o novo nome para comunidade, porém salientam que agiram conforme a toada

proprietários, índios destribalizados, ex-escravos e, sobretudo, mestiços”. (SANTOS, p. 34, 2017). No Brasil pode ter sido influenciado por religiosos europeus mal formados, os quais foram enviados para as novas terras com a finalidade de catequizá-las e como estratégia de controle sobre a população da colônia, esses membros da Igreja Católica criaram meios que eram um tanto diferentes do catolicismo europeu da época, consolidando a prática do catolicismo popular predominante no Brasil. (SANTOS, p. 35, 2014.)

de sempre, que consistia na tentativa de solucionar os problemas que se alastravam de gestão a gestão.

Tais melhoramentos só saíam do papel, segundo o entendimento do comando do movimento dos(as) moradores(as), caso a comunidade fosse elevada à condição de bairro, haja vista que mesmo se encontrando situada entre as áreas lotadas pela especulação imobiliária, prevalecia o descaso e a falta de comprometimento para com as causas que motivavam a insistência da luta da população da Beira Rio. Dessa forma, contatos foram buscados junto às autoridades, visando a regulamentação dessa aspiração que mobilizava a comunidade.

Fotografia 19 - Registro da participação do prefeito Antônio Carneiro Arnaud em uma assembleia realizada na sede da AUBR.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Registro da participação do prefeito Antônio Carneiro Arnaud em uma assembleia realizada na sede da AUBR.* Ano: 1987. Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José - AUMBSJ. Acessado em: fev. 2017.

Desta feita, em 10 de abril de 1987¹⁰⁵, o prefeito Antônio Carneiro Arnaud, sanciona a lei de número 5.211, que determina no Art. 1º - Passa a se chamar de Bairro São José, o Núcleo Habitacional popularmente conhecido como Favela Beira Rio, situado entre as Avenidas Senador Ruy Carneiro, Dr. Flávio Ribeiro Coutinho, Rio Jaguaribe e a Falésia de Manaíra.

Em 1984 quando teve o grande conflito, quando a gente ganha esse processo que lá na frente [em 1985-1986] entra a energia aí as pessoas se empoderaram. A partir da entrada da energia e da água, eu me lembro muito bem, houve um empoderamento das pessoas muito grande das pessoas quererem mudar as suas casas. Isso foi uma coisa que eu também não tinha noção que isso estimulava tanto as pessoas a transformar os seus espaços de moradia. Foi exatamente nesse momento que a gente começa também ali a dizer que quando você tem casas de alvenaria, casas cobertas, quando você tem casas bem rebocadas não podia chamar mais de favela né isso?. E mais adiante, as 2 conquistas mais, a primeira conquista energia e água, segunda grande conquista foi asfaltar aquela rua [a principal] calçar as outras ruas e entrar o ônibus. Ali nós ficamos empoderados de mais, foi um orgulho completo. (PAULO MARCELO, 2021)

Consolidado esse processo, a população do recente bairro São José viu que, na prática, as mudanças estruturais na região não ocorreram conforme o idealizado visto que, o que se observou foi a manutenção em larga medida de uma “administração” dos problemas, tais quais periódicas inundações do rio Jaguaribe, os desabamentos das barreiras que chegaram a matar várias pessoas e os projetos que propõem a realocação do bairro para outras área da cidade, com o intuito de mantê-los uma vez que nos primeiros anos foram realizados reparos pífios comparados as dificuldades apresentadas pelos(as) moradores(as).

Enquanto isso, no bairro de Manaíra, vizinho ao São José, houve uma significativa expansão nos investimentos em infraestrutura como rede de esgoto, energia elétrica, telefone e pavimentação, que possibilitou à região, além da função de área residencial

¹⁰⁵ Nenhum(a) morador(as) do Bairro São José se refere ao dia *10 de abril*, data tida como “oficial” por parte do poder público, como dia de comemoração de aniversário do bairro. Todavia, existe uma parcela de moradores que recorrem ao dia *19 de março*, dia de São José para comemorar dia em que foi fundada a comunidade, geralmente com uma procissão em devoção ao santo junto com uma festa religiosa maior. Alguns outros(as) moradores(as) se utilizam do dia da fundação da Associação dos Moradores, *15 de novembro* para festejarem o aniversário do bairro quase sempre festas realizadas na frente da sede e em pontos específicos situados na extensão do bairro.

considerada de alto padrão para a cidade, a instalação de numerosos pontos comerciais¹⁰⁶, sendo o mais conhecido dele o Shopping Center Manaíra, construção de grande porte, sistematicamente ampliada desde os anos 1990, que marca visualmente a região, além de um grande impacto ambiental que veio a provocar¹⁰⁷. (SILVA, 2015, p.23)

Fotografia 20 - Construção do Shopping Center Manaíra em 1988.



Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. João Pessoa/PB. *Construção do Manaíra Shopping*. 02 abr. 2020. Instagram: @historiasdejampa. Disponível em http://www.instagram.com/historiasdejampa?utm_medium=copy_link. Acesso em 20 de março de 2020.

¹⁰⁶ Com abertura na década de 1950 e expansão a partir da década de 1970 a Avenida Flávio Ribeiro Coutinho, popularmente conhecida como Retão de Manaíra, através dos recursos do programa CURA, que tinha função principal ligar o centro a orla marítima de João Pessoa passou a exercer um papel importante na região impulsionando a valorização do solo e consequentemente gerando, com a pressão da especulação imobiliária, uma segregação socioespacial na medida houve um isolamento da população empobrecida da comunidade do Bairro São José e um intenso processo de melhorias da área física, principalmente nas proximidades do Shopping Center Manaíra. (SILVA, 2015, p. 23)

¹⁰⁷ O Shopping Center Manaíra foi inaugurado em 11 de novembro de 1989, desde sua construção o empreendimento passou por cinco grandes ampliações em 1993, 1997, 2002, 2007 e 2016 elevando-o a categoria de segundo maior centro de compras do Nordeste com mais de 10 mil metros quadrados, com grande importância econômica para cidade e região. Desde o início, a sua construção gerou grande polêmica por estar sobre uma área de mangue (Rio Jaguaribe), desrespeitando as leis ambientais e ocasionando sérios prejuízos ambientais ao ecossistema, por exemplo, em relação ao bairro São Jose, cada vez mais o empreendimento foi invadindo as margens do rio, forçou o desvio do leito natural inviabilizando o escoamento maior na época das chuvas provocando as inundações. (MEDEIROS, 2017, p.144)

A construção do Shopping Center acabou, de certa forma, modificando a dinâmica do solo urbano não só do Bairro de Manaíra como nas imediações uma vez que impulsionou na região a proliferação de outras instalações comerciais, um adensamento populacional com a construção de casas e pequenos edifícios residenciais e em relação ao Bairro São José, além dos problemas ligados ao aterramento ilegal do rio Jaguaribe, como as enchentes ocorridas nos meses chuvosos, houve uma elevação da vulnerabilidade social, econômica e nos índices de violência como podemos ver nos relatos abaixo,

Até pouco tempo depois da gente virar bairro, aí onde é o Shopi Manaíra era tudo mato. A gente construiu uma pontezinha de madeira pra poder atravessar o rio, quando tivesse cheio, pra pode ir ali perto do de onde tava começando o aeroclube, a gente chamava de *arieiro*, pra pegar lenha pra cozinhar, e se o rio tivesse com muita correnteza a gente levava nossas roupas de ganho pra lavar lá. Eu não tenho lembrança, pelo menos aqui nessa área, de que o rio invadiu as casas, mais depois que construíram esse estacionamento do Shopi, todo ano a gente sofre com isso. Junta isso com alguns moradores que volta e meia joga lixo no rio aí é só tragédia. (DONA RITA, 2017)

Todo mundo que acabava o ensino médio, até bem pouco tempo atrás, já era quase que predestinado a trabalhar no shopping Manaíra. Isso porque já tinha algum tio, primo, mãe, irmão que já estava lá trabalhando. Isso começou a mudar um pouco quando os mais jovens começam a ter outras oportunidades através de projetos sociais que atuavam na comunidade ou pelo fato de terem conseguido entrar na faculdade. O Shopping próximo da comunidade não significa que a gente é beneficiada diretamente com alguma ação e mais a existência dele acaba que faz com que a gente fica mais distante do que ele oferece, até porque não temos dinheiro nem tempo pra tá gastando lá. Eu mesma só vou lá pra pagar minhas contas de água e luz e em alguma urgência. Fora que parece que somos estranhos e que vamos sempre fazer algum mal quando resolvemos ir lá. Já aconteceu alguns assaltos e tudo, porém não justifica que os clientes que não são aqui do bairro fechem os vidros do carro ou troque de lado da calçada só porque somos do bairro São José. (MIRTES ANJOS¹⁰⁸, 2021)

Já acontecia alguns assaltos antes da construção do *shopi*, porém era furtos pequenos como pegar galinha, uma roupa que tava no varal, nada justifica, seja pequeno ou grande tudo é roubo. Agora com esse *shopi* aí as coisas ficaram intensas. A gente ouvia muito falar de assaltos não diretamente ao estabelecimento mais as pessoas que iam lá fazer

¹⁰⁸ Mirtes Araújo Anjos, conhecida como Mirtes, tem 34 anos, natural da cidade de João Pessoa, reside na comunidade desde a infância. Participou de projetos pioneiros na comunidade relacionados à educação, cultura e economia solidária. Dentre as contribuições importantes da qual a entrevista fez parte articulando a execução da atividade foram a criação do Ponto de Cultura e do Banco Comunitário.

compras. É uma tristeza saber disso, porque mesmo reconhecendo que é um erro mortal pegar o que não é seu, a gente sabe que se houvesse mais oportunidade pra os jovens da nossa comunidade, cursos, que pudessem ir direitinho pra escola, isso podia não acontecer. Não posso negar que teve alguns pontos bons desse shopi ter chegado aí em Manaíra, mas ou ruins são maiores que é a questão do aterramento do rio e a contribuição pra a violência dos dois bairros. (DONA RITA, 2017)

De fato, como demonstram as falas das entrevistadas, a segregação socioespacial entre os(as) moradores(as) dessa região é motivada por várias questões e a mais evidente é a econômica. Enquanto no bairro de Manaíra, houve um enobrecimento urbano, permitindo a oferta de melhores serviços, qualidade ambiental, melhores tipos de construção, à população do bairro São José restou conviver com a exclusão, a violência, com o fracasso escolar, as desigualdades, a falta de oportunidades e a precariedade das ações propostas pelos governantes locais.

Estabelecida essa relação, a questão da periculosidade do bairro São José acabou se potencializando visto que faz parte do jogo dos interesses locais estimular o medo em relação ao bairro que é taxado como reduto de assaltantes, assassinos, desocupados, traficantes e todo o tipo de “indesejados sociais”. Essa prática, desenvolveu, entre outras coisas, a promoção à proteção redobrada as casas e apartamentos dos(as) moradores(as) de Manaíra e a acirrou ainda mais as relações de exclusão e preconceito vivenciadas pela população do São José, evidenciando que a atenção quanto a violência voltada para o bairro São José deveria ser amplamente divulgada como uma das principais fontes dos problemas da cidade de João Pessoa¹⁰⁹.

Voltando às questões internas do bairro São José, no dia 13 de abril de 1989 ocorre o segundo deslizamento de terra que ocasiona o soterramento de 40 casas ceifando a vida de vários(as) moradores(as). A comunidade nem tinha se recuperado do luto anterior quando novamente se viu em meio a uma nova tragédia como podemos observar:

[...] Quando caiu a segunda barreira que morreu 22 pessoas a gente sofreu tanto, sofreu com a perda dos companheiros como a perda da família como a preocupação de colocar o povo todo sem casa foi um sofrimento

¹⁰⁹ Sobre o crescimento do mercado de segurança interessante ler: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2011. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp.

na vida da gente sabe e aí a gente tanto que reuniu tanto que lutou que brigou que fez tudo e ficou decidido que naquele local que tinha aquele conjunto lá debaixo daquelas casinhas só podia ser construído ali de novo se fosse construído um muro de arrimo fizesse um muro todim no pé da barreira não podia derrubar a barreira porque a barreira é pedaço de Mata Atlântica. Não podia derrubar aquela coisa ali no caso o muro de arrimo então se fizesse um conjunto ali uma casa ali teria que fazer toda a estrutura né i aí oi aí que começou a briga porque a gente começou a questionar porque eles no governo deles começaram a construir sem nenhuma proteção o que tinha sido assinada feita tudo no papel e não eles fizeram as casas do jeito que quiseram. Se a gente tivesse sido ouvidos não teria morrido as 22 pessoas. A maior coisa que eu tenho lembrança na minha vida é o sofrimento que eu passei com meus companheiros pra tirar os amigos mortos de baixo da areia cavando com inchada carregando nas costas, indo brigar nas portas das entidades pra butar o povo desabrigado. (DONA RITA, 2017¹¹⁰)

Como encaminhamento, a Diretoria da Associação Comunitária do Bairro São José – ACBSJ em conjunto com as Associações das comunidades Saturnino de Brito, Renascer e adjacentes da cidade de Bayeux, com o ajuda da Federação Paraibana de Associações Comunitárias- FEPAC, elaboram um documento para levar ao conhecimento da população da cidade de João Pessoa e aos poderes públicos¹¹¹, reivindicações e direitos que deveriam ser garantidos aos desabrigados da chuva, que são:

- 1 – Alimentação digna e constante para os desabrigados;
- 2 – Remédios e Assistência Médica;
- 3 – Indenização para as famílias dos mortos e aos que perderam bens em consequência das chuvas
- 4 – Comissão Estadual de Defesa Civil, em contato permanente com as Associações de Moradores, para uma melhor articulação do poder público e os desabrigados;
- 5 – Direitos os desabrigados à escolha das terras do poder público, com material de construção para fazer as casas;

¹¹⁰ Durante a entrevista, Dona Rita afirma que ocorreu um terceiro deslizamento de barreira na Beira Rio. Ela não especifica data nem ano do acontecido, mas afirma que as lideranças da Associação de Moradores, da qual ela fazia parte, foi acionada para resgatar uma família na região onde tinha ocorrido o desmoronamento. Chegando lá retiraram os integrantes da casa que tinha sido atingida e os levaram para a sede da Associação, chegando lá o pai resolveu voltar para pegar um bujão que tinha ficado na casa e para a surpresa de todos ele acabou morrendo soterrado pelos destroços da casa que caiu durante sua volta.

¹¹¹ O comunicado foi enviado para as seguintes autoridades: O governador do Estado, Tarcísio de Miranda Burity (que havia retornado ao governo estadual); o prefeito da Capital, Wilson Leite Braga (na ocasião Prefeito, depois de ter sido governador estadual); à coordenadora regional da SEAC – PR, Fátima Cavalcanti; o Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Carlos Gláucio e para o Presidente da Assembleia Legislativa, João Fernandes.

6 – Particularmente o Bairro de São José exige a retirada do restaurante “Bar Visual”, pois o mesmo joga sua água e detritos em cima da barreira da Beira Rio. (Ofício Circular. 104/1989, Federação Paraibana de Associações Comunitárias- FEPAC)

Sobre as reivindicações apresentadas acima não podemos atestar com certeza se foram cumpridas, o que se pode atestar são os atos realizados pelos moradores dos bairros e os membros das intuições parceiras no intuito de referendar e ao mesmo tempo pressionar as autoridades para que fossem efetivadas como por exemplo, o ato no Ponto de Cem Réis no dia 18 de abril para colher assinaturas em apoio ao documento feito e também um outro evento feito no bairro São José no dia 22 de maio de 1989 para a inauguração de um monumento em homenagem às vítimas do desastre.

Em relações às consequências do acidente para a comunidade, vale enfatizar que ele aconteceu nas proximidades de onde 5 (anos) antes a população tinha vivenciado a mesma situação, na ocasião os membros da AUBR confrontaram a FUNSAT a respeito desenvolvimento do projeto no local¹¹² onde a barreira tinha caído que, contrariando as constatações feitas pelas lideranças do bairro, além de causar animosidade entre os(as) moradores(as) contribuiu para que esse segundo desastre acontecesse na comunidade¹¹³. Segundo Paulo Marcelo, esse acontecimento que enlutou os(as) moradores(as) do bairro foi simplesmente “*fruto da teimosia, fruto da falta, fruto da truculência de um Governo que subestimava a nossa experiência*”. (PAULO MARCELO, 2021).

A queda da barreira no bairro São José acabou de certa maneira reaproximando os(as) moradores(as) no sentido de que era preciso reorganizar a forma de trabalho em prol das reivindicações para a comunidade, porém, o cenário já não era o mesmo do início da

¹¹² Evidencia-se, portanto, que o descontento das lideranças da Associação não era com a instituição FUNSAT, que inclusive já tinha feito parcerias importantes anos antes, e sim com como as ações eram desenvolvidas pelos seus funcionários mediados por Lúcia Braga que havia sido presidente e primeira dama do Estado. A tentativa de alerta feita pelos(as) moradores(as) foi justamente no sentido de evitar outros acidentes, até porque por não ter contemplado toda a população do local, algumas pessoas tiveram que voltar a habitar as encostas da barreira e os relatos locais dão conta que toda a situação de ingerência do projeto tinha sido posta pra os coordenadores da FUNSAT, porém como a importância da ação estava ligada mais a uma questão política visando benefícios eleitoreiros, foi deixada de lado a proteção e segurança da habitantes da região afetada pelos deslizamentos.

¹¹³ Lembrando que o segundo acidente ocorreu durante o governo Tarcísio de Miranda Burity (1987-1990). A FUNSAT como modelo de gestão braguista já não existia e passou a se chamar Fundação de Ação Comunitária – FAC, porém o legado de suas ações ecoa(ram) por muito tempo no bairro São José.

década de 1980, os agentes políticos não mudaram muito, e eles já contavam a presença de uma outra Associação de moradores dentro da comunidade que dividia o posto de representante legítima somado ao desinteresse de participação por parte considerável da população.

[...] Mesmo voltando algumas pessoas que tinham ficado do lado oposto ao nosso na eleição de 1984, não voltaram com aquele sentimento de luta. Muitos deles achavam que tudo que tinha chegado na comunidade tinha sido graças à boa vontade do Governo. Luz é o Governo que põe, Água é o governo que põe, transporte é o Governo que manda. A luta tinha sido algo que não tinha feito muita diferença. Aí a gente foi perdendo a nossa força. (PAULO MARCELO, 2021)

O motivo dessa evidente desmobilização que acontece não só nos bairros da cidade de João Pessoa, bem como no resto do país nos anos finais da década de 1980, dentre outros, são frutos das políticas de controle das Associações por parte dos governos municipais¹¹⁴ em consonância com os governos estaduais. Segundo Andrade (1991, p.19), não só se criavam Associações, formavam suas lideranças no interior das comunidades financiando candidaturas e distribuindo recursos para desenvolverem projetos diversos.

Resultado desse processo podemos observar que a interferência do Estado, desde os anos anteriores, minou a estrutura da Associação dos(as) moradores(as) do bairro São José justamente pelo poder de intermediação nos encaminhamentos de soluções e problemas que afetavam o cotidiano da população que essa entidade possuía.

A História de luta iniciada na ainda na Beira Rio, que acabou consolidando capacidade de mobilização frente às ações dos governantes locais motivou o outro lado, o do Estado, a criar mecanismos de controle através da criação, por exemplo, de uma outra Associação. Isso implicou no estabelecimento de um, acirrado conflito entre parte dos(as) moradores(as), além de outras ações que foram capazes amortecer a pressão popular, na medida em que a nova forma de diálogo entre população e poder público era marcada pela imposição de limites às reivindicações por parte da organização popular e pelas

¹¹⁴ A cidade de João Pessoa tinha registrados, até o ano de 1982, aproximadamente 50 associações e movimentos de bairro. No fim do Governo de Wilson Braga (1983-1986) estavam registradas formalmente cerca de 300 instituições. (ANDRADE, 1991, p.21)

Associações frente ao Estado, tornando ainda mais escassas as possibilidades de recursos que por ventura poderiam ser oferecidas ou conquistadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Na Beira Rio foi a luta de fazer acontecer as políticas sociais e essa foi a parte que mais me tocou e tem uma coisa que as pessoas não sabem muito, por que eu entrei no movimento sindical? Eu saí do movimento de luta por moradia, luta popular e vou parar no movimento sindical, isso eu trago também lá da Associação. Então pra mim foi de uma riqueza enorme, foi lá que eu conheci professores da Universidade. A maior e melhor Universidade que eu tive começa na Beira Rio em termo de crescimento intelectual e humano de ver as pessoas, de entender o quanto é importante a solidariedade. (PAULO MARCELO, 2021)

O caminho que esta pesquisa seguiu para chegar até aqui foi longo e cheio de idas e vindas. Nesse sentido, peço licença para faltar um pouco com o protocolo acadêmico de escrita em terceira pessoa, para me apresentar na primeira pessoa e assim evidenciar algumas reflexões para este trabalho.

Inicialmente parti da ideia de dar continuidade à minha pesquisa sobre o bairro São José desenvolvida ao longo dos quase 5(cinco) anos de graduação em História. Porém, no ano de 2020 o mundo parou por conta da pandemia causada pelo Sars-CoV-2, o coronavírus, e então todo o projeto de visitar arquivos, fazer entrevistas e até mesmo atualizar as informações do caderno de campo escrito ainda em 2017, foi suspenso o que causou bastante angustia, confesso.

Foi então que entendi que não tinha receita pronta ou fórmula a ser seguida para a estruturação de um trabalho, daí que as contribuições do meu orientador (Ângelo Emílio), das professoras (Luciana, Ana Beatriz e Regina) e dos meus colegas de turma que vivenciaram a mesma experiência foram essenciais para que eu concebesse que cada trabalho é único e importante.

Então. a partir dessa experiência, novos elementos foram surgindo e sendo adaptados à pesquisa. Assim, ocorreu a proposta de trabalhar com a documentação produzida pela Associação dos Moradores do bairro São José associando com as entrevistas que eu já tinha feito em 2017 e as que possivelmente poderia fazer, dependendo do avanço da vacinação no país.

De fato, a documentação encontrada na Associação de Moradores somada aos relatos orais de memória foram responsáveis pelo norte que essa pesquisa tomou. A partir

delas foi possível responder ao questionamento central dessa pesquisa que girou em torno de entender, em síntese, quais as possíveis contribuições da *Associação Unidão da Beira Rio – AUBR* para a formação do bairro São José.

As pautas reivindicatórias foram ganhando corpo conforme a dinâmica interna da comunidade ia também se modificando, portanto, a AUBR foi responsável pela administração dessas questões nascendo já num cenário de profundo descaso do poder público e isso fazia com que não se tivesse tempo para pensar a não ser demandar uma mudança de postura do poder público e dos bairros vizinhos se pondo como a autoridade máxima de representação dos(as) moradores(as).

No interior dessa organização, vários foram os mecanismos usados para poder trabalhar a conscientização e o trabalho em grupo seja dentro da comunidade, propondo a escola, posto de saúde, creche comunitária e formando grupos de mulheres, grupo de esportes e de teatro ou fora dela, na tentativa de unir-se às outras Associações das outras comunidades tidas como *Amigas* no sentido de ecoaram as vozes de luta dos moradores para o restante da cidade.

Também podemos aferir que essas contribuições que se pautaram na luta pela terra e das questões estruturais da comunidade e na tentativa de um movimento maior de apoio ao direito de morar na cidade, também impactaram na vida de cada um dos(as) envolvidos(as) e envolvidas nesse movimento como narrado no início dessa consideração por um entrevistado, o *Paulo Marcelo*, bastante eloquente nesse processo.

Um outro ponto que pode ser observado, que não aparece na escrita do texto mas, fica como reflexão para trabalhos futuros é em relação à atual situação da *Associação dos Moradores do Bairro São José*, que, segundo alguns relatos, enfrenta, em relação ao bairro, outros tipos de problemas, para além das questões urbanísticas e infra-estruturais. Nos depoimentos e na pesquisa de campo se mostram flagrantes a desmobilização por parte dos associados que já não comungam da prática coletiva que caracterizava a ação de anos atrás.

Tal realidade caracteriza-se, no âmbito dessas falas, tanto pela suposta falta atual de interesse às reivindicações feitas em relação ao poder público como, também, pelo desinteresse relativo à mobilização política como um todo – e não apenas em sua dimensão eleitoral – no que se refere à própria Associação, conforme elucida a entrevistada *Dona*

Rita: “A Associação hoje é o que? Fazer aniversário e samba, e mais nada” (2017) Certamente, convidar os(as) entrevistados a repensarem a ação dos movimentos comunitários e da referida entidade há quase quatro décadas e sua percepção hoje, supõe uma série de problemáticas relacionadas ao trato com a memória, que discutimos com vagar no andamento desse trabalho.

De toda forma, em linhas muito gerais, percebemos, atualmente, que a Associação dos Moradores está ligada apenas a eventos de recreação e confraternizações, se ausentando perante a resolução das questões conflitantes que ainda perpassam a comunidade. Mesmo não tendo, de forma mais incisiva, a interferência do Estado na sua estrutura organizacional, é notória a dificuldade dos moradores (as) em se organizarem enquanto força de caráter coletivo, o que pode ser analisado na condição de uma perda da capacidade de mobilização da comunidade, levando-se em consideração o fato de que, mesmo após mais de 30 anos de fundação, apesar de algumas melhorias realizadas na estrutura física do bairro, os problemas ainda existem, sendo perceptível o fato de que a manutenção dos serviços públicos na comunidade ainda deixa a desejar. Também há de se considerar que as formas de sociabilidade e de relações políticas ganharam novas configurações ao longo dessas décadas e nesse sentido a nossa pesquisa esteve sempre atenta a esses aspectos de suma importância para a análise dos depoimentos.

Ainda, segundo a percepção da entrevistada *Dona Rita*, tal desmobilização política da Associação teria acontecido a partir do momento em que o Poder Público, ainda na gestão de Wilson Braga frente ao Governo do Estado – e nas gestões posteriores de alguns de seus líderes representativos desse grupo teria dividido a comunidade, influenciando a criação de uma outra Associação *pari passu* à existência da primeira, na busca por esvaziar de sentido, literalmente, a existência desse tipo de equipamento no bairro, descaracterizando a luta política que a primeira Associação vinha construindo junto à comunidade.

Analisando algumas falas, percebi que o esvaziamento da função reivindicatória e política da comunidade caracteriza-se, também, no que diz respeito à ausência de uma substituição de lideranças combativas à frente da Associação de moradores, aos moldes daquelas que ocupavam este papel nos anos 1980, quando a comunidade passou a se organizar politicamente de maneira mais ostensiva, estando isso, a nosso ver, expresso na

fala “(...) mas a gente era tudo jovem e a gente tinha aquelas coisas de trabalhar, *num* queria dar o braço a torcer não (...)”.

Resolvi, portanto, me apresentar nessa parte do trabalho para poder expressar o quanto um processo de produção de um trabalho acadêmico e cheio de limitações, erros e acertos e que, ao perceber que minha contribuição para a História será mais uma perspectiva no âmbito da História Local, fiquei mais orgulhoso do que fiz. É preciso entender as crises que fazem um pesquisador/historiador.

Nesse ponto julgo importante ressaltar a importância que essa pesquisa tem para os moradores do bairro São José, como também para o Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFPB no que se refere à produção do conhecimento científico acerca da temática referente à historiografia local, tema que a cada vez mais suscita interesses de pesquisadores(as) das diversas áreas do conhecimento. Meu intuito é que o(as) leitor(as) desse trabalho sintam-se convidado(as) a buscar informações sobre as histórias das diversas comunidades/bairros como forma de ampliar o debate sobre as formas de morar na cidade de João Pessoa.

As entrevistas realizadas desde 2017, as virtuais e a única presencial no ano de 2021, cheia de protocolos para evitar a transmissão do coronavírus, com o auxílio dos documentos e fotografias que fazem parte do acervo da Associação de Moradores, oportunizaram esclarecer e apontar direcionamentos que pesquisas desenvolvidas no bairro São José anteriormente desconheciam, a exemplo da participação em massa das moradoras, nas discussões sociais e políticas referentes às conquistas da comunidade. Certamente, outros aspectos irão emergir do aprofundamento desse trabalho.

Após mais de 30 anos desde a fundação da Associação dos Moradores, a atuação do grupo que liderava o movimento de luta por reconhecimento por parte do poder público local, possibilitou uma significativa melhoria na estrutura física da comunidade, todavia a manutenção dos serviços básicos, como por exemplo, saneamento básico, ainda se coloca como desafio ingente. Por outro lado, a questão da estigmatização sofrida pelo bairro perante a mídia burguesa local também continua um de nossos desafios, que tentou ser enfrentado maneira mais direta até o final desse nosso texto dissertativo.

REFERÊNCIAS

FONTES HISTÓRICAS MANUSCRITAS

- **Arquivo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ):**

- Ata da Eleição para a constituição da Diretoria da Associação União da Beira Rio (1982)
- Ata de Eleição da Associação União da Beira Rio (1984)
- Documento intitulado: Companheiros – Conheça e ajude a luta dos moradores da Favela Beira Rio (1981)
- Livro de Caixa da Associação União da Beira Rio - AUBR entre os anos de 1981 e 1989.

FONTES HISTÓRICAS IMPRESSAS

- **Arquivo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ):**

- Ata da Eleição para a constituição da Diretoria da Associação União da Beira Rio (1982)
- Ata de Eleição da Associação União da Beira Rio (1984)
- Ata da Reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Associação União da Beira Rio (1984)
- Boletim informativo da Associação União da Beira Rio (1982)
- Carta nº 1 – Companheiros da Favela Beira Rio (1981)
- Carta ao coordenador do projeto PROMORAR – Beira Rio (1983)
- Comunicado ao governador do Estado da Paraíba Clóvis Bezerra Cavalcante (1983)

- Convênio entre a Associação União da Beira Rio e a Fundação Social do Trabalho da Paraíba (1983)
- Histórico da Escola da Associação (1982)
- Letra da música do 5º Congresso Nacional dos Favelados (1983)
- Material de campanha da chapa 2 da eleição de 1984 (1984)
- Nota da Associação União da Beira Rio (1984)
- Ofício ao Presidente da Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP (1983)
- Ofício da Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA (1986)
- Ofício circular (Comunicação) nº 104/1989 da Diretoria da Federação Paraibana de Associações Comunitárias e Entidade Signatárias (1989)
- Projeto de incorporação da Associação Esportiva “Santa Cruz Futebol Clube” pela Associação dos Moradores União da Beira Rio (1985)
- Relatório das atividades da Escola da Associação (1983)

- **Pasta de recortes de jornais de circulação na cidade de João Pessoa:**

- ANDEAZZA DIZ A WILSON QUE O “BEIRA-RIO” FOI APROVADO. **Jornal Correio da Paraíba.** João Pessoa – Paraíba. 28 de Jul de 1982. Acesso em 16 de Abr de 2020.
- FUNSAT RELOCALIZA 736 FAMÍLIAS E CONVOCA AS MINI-EMPREITEIRAS. **Jornal A União.** João Pessoa – Paraíba. 01 de Mai de 1984. Acesso em 04 de Jun de 2020.

FONTES HISTÓRICAS VISUAIS

- **Arquivo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ):**

- AUTOR DESCONHECIDO. Acervo imagético da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ). 1983-1990. 150 Fotografias.

FONTA HISTÓRICA DIGITAL

- **Biblioteca Nacional Digital:**

- Nome: Jornal O Norte (PA) – 1908 a 1953

<<http://memoria.bn.br/docreader/120774/2685>> Acesso em: 20. ago. 2020.

FONTES HISTÓRICAS SONORAS

- **Entrevistas:**

- CARNEIRO, Ana Maria da Silva. Entrevista III. [Ago. 2017]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2017. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- LIMA, Paulo Marcelo de. Entrevista VIII. [out. 2021]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2021. 8(oito) arquivos no formato mp4 (7,88 GB.). A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- SANTOS, Cássio Rodrigo Soares dos. Entrevista VII. [Ago. 2021]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2017. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- SANTOS, Mirtes Araújo. Entrevista VI. [Ago. 2021]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2017. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- SILVA, Adélia Raimunda da. Entrevista II. [Ago. 2017]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2017. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- SILVA, Maria da Conceição Santos da. Entrevista IV. [Set. 2017]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2017. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- SILVA, Maria da Guia Raimunda da. Entrevista V. [Set. 2021]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2021. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

- SILVA, Rita Maria de Jesus da. Entrevista I. [Ago. 2017]. Entrevistador: Cássio Geovani da Silva. João Pessoa/PB, 2017. Transcrita em Word. A entrevista na íntegra encontra-se armazenada conforme os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil como indica o anexo – 11 desta dissertação.

LEGISLAÇÃO

- **Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa:**

- JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 5.211/1987 de 10 de abril de 1987. Denomina de Bairro São José, o núcleo habitacional popularmente conhecido como favela Beira Rio e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1987/3921/3921_texto_integral.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

- JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 12. 260/2012 de 12 de janeiro de 2012. Autoriza o poder executivo municipal, criar uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, nas comunidades São José e Chatuba, nos bairros São José e Manaíra. Disponível em: https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2012/15181/15181_texto_integral.jpeg. Acesso em: 18 out. 2018.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade:** lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. **Cidade de João Pessoa:** A memória do Tempo. João Pessoa: GRAFSET – Gráfica e Editora, 1993, 356p, 2 ed.

ALBERTI, V. **O Fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012 [1923].

ALMEIDA, M. C. F.. **Viajante, Cronista e Aprendiz de Turista: olhares sobre a Parahyba na década de 1920**. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2005, Salvador - BA. Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2005.

AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGC, 1996.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **A incorporação das associações de bairro na implementação de políticas sociais como estratégia de dominação política no Nordeste**. Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú -MG, 1991. Disponível em: file:///D:/Downloads/IlzaAndrade_Incorporacao.pdf. Acesso em 29 de novembro de 2019.

ANDRADE, Manuel Correia. As cidades como formadoras de região - O exemplo de João Pessoa. In: **Cidade e Campo no Brasil**. São Paulo, editora brasiliense, 1974. p. 86-111.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. /Mário de Andrade; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez; Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF: Iphan, 2015. 464 p.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira-Rio**. 1983. 133 f. Dissertação, (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. 1983. 133f.

BECHARA FILHO, Gabriel. **Arte e sociedade na Parahyba**. 2001. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba. 2001. 170 f.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. 6º ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

BISERRA, I. K. C. A gestão de Camillo de Hollanda na Parahyba (1916-1920): redes de sociabilidade e atuação política. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], v. 38, n. 38, p.

243–259, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2018v38n38.30569. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/30569>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BISPO, Luana Maria Cavalcanti. **Relicário urbano: uma leitura do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa-PB (2003-2013)**. 2015. 170 f. Dissertação, (Mestrado em História) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2015. 170f.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 2005 – (Coleção Primeiros Passos; 17)

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **As responsabilidades da história**. Revista de História. Vol. IV, Nº 10, p. 257-273, abril-junho, 1952.

BURKE, Peter (org.) **A Escrita a história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica)

CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. **Como a história oral chegou ao Brasil**, (entrevista). História oral. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.167-179, 1999.

CANDEIA, Emanuel C. **A Repercussão do Conceito de Experiência de E. P. Thompson na Historiografia Brasileira: um estudo sobre a UNICAMP e Sidney Chalhoub (1980-1998)**. Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa, UFPB-CCHLA, 2010. 209f.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT.,orgs. **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CARR, Edward. **Que é história?** Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: Volume II**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTELLUCCI JR., Wellington e BLUME, Luiz Henrique dos Santos (orgs.). **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: Estudos interdisciplinares.** (2 vols.). Salvador: Ed.UNEB, 2016.

COUTINHO, Marcos Antônio Farias. **Evolução Urbana e Qualidade de Vida: O caso da Avenida Epitácio Pessoa.** 2004. 220 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB – PRODEMA, João Pessoa, 2004.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**/ ~~Alain Corbin~~; Tradução Paulo Neves. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDEIRO, Antonio Clerton. O Catolicismo Popular no Brasil. Disponível. Em <<http://www.coladaweb.com/religiao/o-catolicismo-popular-no-brasil>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba de 1910 a 1930.** Recife, 2004. 281p. Tese (Doutorado) – UFPE.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** Cortez, 2º ed. 1991. Disponível em: [file:///C:/Users/lu/Downloads/Pesquisa%20em%20Cie%CC%82ncias%20Humanas%20e%20Sociais%20\(Anto%CC%82nio%20Chizzotti\).pdf](file:///C:/Users/lu/Downloads/Pesquisa%20em%20Cie%CC%82ncias%20Humanas%20e%20Sociais%20(Anto%CC%82nio%20Chizzotti).pdf) Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer.** v.1 Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar.** Trad. Ephraim Ferreira Alves. 6 ed. v.2. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIEB, Marília de Azevedo e MARTINS, Paula Dieb. **O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/Pb: da harmonia ao conflito.** Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1690/1669>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

DOS PASSOS, Luciana Andrade. et al. **Processo de expansão versus sustentabilidade urbana: reflexão sobre as alternativas de deslocamento na cidade de João Pessoa, PB.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 4, n. 1, p. 47-59, jan./jun. 2012.

DUNDA, Bruno Faro Eloy. **Intervenção para urbanização de assentamentos precários no bairro São José em João Pessoa – PB: Uma abordagem da regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares em áreas de preservação permanente.** 2014. 113 p. Dissertação (Pós-graduação em Direito Ambiental) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2014.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de. [coord.]. **Entre-vistas:** Abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, R. V. L. Movimentos sociais e Partidos Políticos. Estudos, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, p. 166-176, 1994. Disponível em: [file:///C:/Users/Juliana/Downloads/acabral,+Gerente+da+revista,+Movimentos_sociais_e_partidos_pol%C3%ADticos%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Juliana/Downloads/acabral,+Gerente+da+revista,+Movimentos_sociais_e_partidos_pol%C3%ADticos%20(2).pdf). Acesso em: 09. Jan. 2022.

GONÇALVES, Regina C.. Como e onde viviam os trabalhadores da Cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)?. In: Maria Berthilde Moura Filha; Ivan Cavalcanti Filho; Márcio Cotrim. (Org.). **Entre o Rio e o Mar:** arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. 1ed. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2016, v. 1, p. 64-89.

GURAN, Milton. “A ‘fotografia eficiente’ e as ciências sociais”. In: SAMAIN, E. (Org). O Fotográfico. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998. p. 87-99.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. “Da história social à história da sociedade”; “A história britânica e os Annales: um comentário” e “A história de baixo para cima”. In: **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

IBGE. Sinopse preliminar do Censo demográfico: Paraíba/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 56p: tab. – (Recenseamento geral do Brasil 1980, 9.: v. I. t. I. n. 10).

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

KIDDER, Daniel Parish (1815-1891). **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Tradução Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins/ Ed. USP, 1972.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

KRANTZ, Frederick (org). **A Outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

LIMA, Marco Antonio Suassuna. **Morfologia urbana, qualidade de vida e ambiental em assentamentos espontâneos: o caso do bairro São José, João Pessoa – PB. 2004**. 189 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

LIMA, N. D. C. A Belle Époque: Transformações urbanas, moda e influências no Rio de Janeiro. In: XXIV Encontro Estadual da ANPUH- Seção São Paulo, 2018, Guarulhos. Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

MAUAD, A. **A Participação Dos Governos Locais Na Segunda Conferencia Das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos (HABITAT II) e seus Desdobramentos Internacionais e Nacionais.** Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília. p.140. 2011.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel et al. **A Invenção do Cotidiano:** morar, cozinhar. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. v.2. Petrópolis: Vozes, 2011.

MEDEIROS, Amanda Silva Santos de. **Segregação socioespacial: o caso da cidade de João Pessoa – PB.** 2012. 76 f. Monografia (Graduação em Geografia) CCEN/UFPB - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MEDEIROS, Coriolano de **O. Tambiá da minha infância/Sampaio.** João Pessoa: A União, 1994.

MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. **História Oral – como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2010.

MENEZES, José L. M. **Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa.** Recife: Pool, 1985.

MENESES, Marcondes. **O Processo de Demolição e Desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923-1935): "O caso das Mercês".** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFPB, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 31 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONSMA, Karl; SALLA, Fernando Afonso; TEIXEIRA, Alessandra. “A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais”. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, pág. 65-87, Jan. / Abr. 2018.

MONTENEGRO, Antonio. **História oral e memória – a cultura popular revisitada.** São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral. São Paulo: Hucitec/ Ed.Usp, 1999.

NASCIMENTO, Ana Caroline Aires Vieira do. **A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa**. 2012. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan/dez. 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf> > DOI: 10.1590/s0101-33002006000100005.

OLIVEIRA Juliana Barros de. **A escola entre-vista: uma análise das interdependências entre a Escola Estadual Professor João José da Costa e o bairro da Torre (1984-2019)** / Juliana Barros de Oliveira. – João Pessoa, 2021. 299 f.: il. Orientação: Ricardo de Figueiredo Lucena Lucena. Tese (Doutorado) – UFPB/CE.

OLIVEIRA, Juliana Barros de. **A escola no bairro e o bairro na escola - história, instituição escolar e pertencimento: o caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor João José da Costa no Bairro da Torre – João Pessoa-PB**. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo2/submissao_14698363582781472992322451.pdf

OLIVEIRA, Juliana Barros de. **O Bairro de Jaguaribe na Memória de seus Moradores Idosos**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, CCHLA/UFPB, 2012. 261f.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In: **O direito à memória**. São Paulo, DPH/SMC, 1992.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. Dissertação (Mestrado) UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2012. 179f.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A educação popular na arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. Tese (Doutorado) UFPB/CE. João Pessoa, 2017. 280f.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **Por trás e para além dos Monumentos: Materialidade, desmaterialização e invisibilidade dos patrimônios ou de como a consagração se torna a outra face da assepsia da história.** In: XXX Simpósio Nacional de História, 2019, Recife-PE. Anais do XXX Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2019. v. 01. p. 01-31.

PESSOA, Victor Chacon da Silva. **Bairro do Roger em João Pessoa PB: o lugar e suas práticas culturais.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Fortaleza, CCT/UECE, 2012. 111f.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e identidade social.** IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 1-16.

POMBO, Igor Nasianese. **Territórios do sagrado: espacialidade e invisibilidade dos terreiros de umbanda no município de João Pessoa – PB.** 2015. Monografia (Curso de Geografia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2015. 65f.

RABAY, Gloria de L. F. Movimento de Moradores: Conflito e Disciplinamento. In: GONÇALVES, Regina Célia et al. **A questão urbana na Paraíba – João Pessoa:** Ed. Universitária/ UFPB, 1999, 67-74.

RABAY, Glória. **Organização de moradores e institucionalização – concessão, conquistas e conflitos.** 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

RESSA, Patricia Gigliola de Queiroga. **Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953).** 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais.** Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, UFPB/CCHL, 2017. 211f.

_____. Atuação política de Lúcia Braga entre 1982 e 1986: construindo seus Capitais Políticos. XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: História e democracia, 2017, Brasília-DF. **Anais XXIX Simpósio Nacional de História**. Disponível em:< <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>> Acesso em: 25 jul. 2019.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, 85-91.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**— Rio de Janeiro: Paz Terra, 1988.

SILVA, Eron Carlos Santos da. **A urbanização do Bairro Valentina Figueiredo e suas desigualdades Sociais**. Monografia (Bacharelado em Geografia). João Pessoa, CCEN/UFPB, 2014. 36f.

SILVA, José Flávio. **Progresso e destruição na cidade da Parahyba: a cidade dos jardins** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. 212 p.:il.

SANTOS, Silvio Cesar Assis dos Territorialidade e sagrado / O caso da igreja católica no Brasil / Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014. viii, 70 f.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3v. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.

VASCONCELOS FILHO, João Manuel de. **A produção e reprodução do espaço urbano no Litoral Norte de João Pessoa**. Recife: Dissertação de Mestrado em Geografia-UFPE, 2003.

ANEXOS

Quadro 2 - Organização espacial da Beira Rio entre 1968 e 1986.

Setores	Equipamentos existentes
Setor I – Corresponde à região onde ocorreram as primeiras ocupações na localidade tornando-se a principal área da comunidade que reúne o maior número de serviços existentes conseguidos pelos esforços dos próprios moradores(as). ¹¹⁵	• Escola: Apenas uma sala de aula que foi construída pela Prefeitura Municipal e funcionava pela manhã com as séries do 1º Grau e a noite o MOBREAL. Seu corpo docente era composto por três professoras e chegava a atender cerca de 150 alunos, os demais em idade escolar acabavam procurando escolas fora da comunidade que dispunha de uma estrutura maior.
	• Duas torneiras de água: Abasteciam as casas mais próximas, sendo a única alternativa de água potável que também era utilizada na lavagem de roupas, pratos e para o banho dos moradores(as).
	• Igreja Católica: Além das atividades religiosas celebradas aos domingos, a preparação de crianças para a 1ª comunhão e reunião com o grupo de jovens, eram realizadas no recinto atividades como cursos profissionalizantes, servia também como sala de aula e espaço para reuniões da comunidade.
	• Posto Médico: Tinha seu funcionamento mantido pela LBA (Legião Brasileira de Assistência) e pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Seu quadro de funcionários era composto por dois atendentes, um servente e cinco médicos. Funcionava de segunda a sexta-feira e os serviços prestados eram atendimentos de curativo, aplicação de injeções e vacinação.
	• Sede do time de Futebol: Era uma casa alugada onde aconteciam as reuniões do time, discussões sobre as questões internas da comunidade e nos

¹¹⁵ Não chega a ser citado pela pesquisadora quando esteve observação a organização da Beira Rio (1983), mas, esse setor da comunidade também foi escolhido para a construção da sede da Associação dos moradores palco que muitos embates e decisões importantes no que tangem as conquistas de diretos.

	fins de semana festas e outras diversões.
	• Creche: Construída através de mutirão, funcionava durante o dia e atendia inicialmente a 70 crianças da comunidade geralmente filhos de mães que trabalhavam.
	• Bodegas: Principais locais onde vendiam produtos alimentares, bebidas e tira-gostos sendo comum a compra à vista ou fiado, alternativa de compra nos momentos em que não se tinha dinheiro.
Setor II – Ficava localizado numa área intermediária entre os setores I e III e sua ocupação se deu em decorrência da falta de lotes no setor I e grande parte de suas moradias eram constituídas pelos filhos e familiares dos habitantes mais antigos.	• Uma torneira de água.
Setor III – Corresponde a área que fica próxima à avenida Ruy Carneiro, toda na encosta da barreira e as margens do rio Jaguaribe.	• Não possuía nenhum equipamento de uso comunitário.

Fonte: Levantamento disponível em: Dissertação de Mestrado Intitulada: *Apropriação do espaço e autoconstrução na favela Beira Rio. (1983)* Autora: Maria do Socorro Xavier Batista.

Anexo 1 - Quadro Organização Espacial do Bairro São José (2021).

Setores	Equipamentos existentes
Setor I	• Sede da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ): Desde a sua fundação em 1980 a sede da associação sempre esteve fisicamente nessa região. Mesmo no período de “unificação” com a <i>Associação dos Amigos do Bairro São José (AMBSJ)</i>, que estava situada no setor II, durante a década de 1990, as reuniões e decisões sempre partiam da sede principal. • Igreja Católica – São José: Continua na mesma localidade e, há alguns anos, iniciou seu processo para se tornar uma paróquia. Atualmente, pertence à região administrada pela <i>Paróquia São Pedro e São Paulo</i> localizada no Bairro do Brisamar. • Creche Municipal/ Estadual Criança Feliz: A mesma criada pela Associação de Moradores que, ao longo dos anos, passou a receber incentivo financeiro por parte das gestões locais. • Unidade de Polícia Solidária (UPS): Esse equipamento atualmente ocupa o prédio que já foi a <i>Escola Municipal Nazinha Barboza</i> e posteriormente o <i>Posto de Saúde</i>, ambos transferidos para o bairro de Manaíra. • Unidade Âncora da Unidade de Saúde da Família (USF): Espaço reservado para atendimentos de baixa complexidade servindo de suporte para a <i>Unidade de Saúde da Família</i> que atende a comunidade por completo. • Templo de Omolú: Estrutura modesta, capacidade de acolhimento de cerca de 60 pessoas, em torno de 40m, bancos de cimento distribuídos pelo terreiro, 5 salas com diversos altares, uma poltrona vermelha, alguns ventiladores no espaço. O terreiro, barracão, funciona na própria casa do responsável conhecido como <i>Zé Bambolê</i>. Situação econômica aparentemente difícil. (POMBO, 2015, p. 45) • Escadarias: Foram construídas nos lugares dos caminhos que os(as) moradores(as) fizeram pela falésia para terem acesso ao conjunto João Agripino e ao bairro Brisamar visto que eram as localidades onde, antigamente, era possível utilizar o transporte público. • Escolas Privadas: As existentes na comunidade estão aglutinadas nessa região e a pioneira nesse sistema de educação foi a administrada pela <i>Igreja Betel Brasileiro</i> que se chamava <i>Christina Wolpert</i>, em homenagem a uma missionária que desenvolveu trabalhos junto aos moradores e, a partir dessa experiência, ela formulou a seguinte proposta: os pais dos respectivos alunos da instituição pagariam as mensalidades e a elas seria somadas contribuições de um projeto de apoio financeiro internacional que ajudava a manter o espaço e que

	também apadrinhava algumas crianças através de bolsas de estudos. Hoje, no lugar, dessa antiga escola são desenvolvidas ações de um projeto social que leva o mesmo nome.
Setor II	• Igrejas Protestantes: A maioria dessas congregações existem no entorno da região central, ou setor I da comunidade, isso não quer dizer que existam exceções com é o caso da <i>Igreja Pentecostal Deus é Amor</i> que foi fundada na comunidade no ano de 1987 e a <i>Igreja Universal do Reino de Deus</i> que chegou recentemente. Cabe ressaltar que um dos primeiros registros do protestantismo na comunidade se deu pela atuação da <i>Igreja Assembleia de Deus</i> que permanece na região até dos dias atuais. • Igreja Católica – Nossa Senhora de Lourdes: Foi criada no intuito de fortalecer a ação da Igreja Católica na comunidade auxiliando a Igreja principal no trabalho com as necessidades sociais e espirituais dos moradores contribuindo também no processo de formação da almejada Paróquia São José. • Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) Creusa Pires: Construída e ampliada pelas gestões municipais entre os anos de 2013 e 2018 é instalada no espaço antes destinado à lavadeira pública que havia na comunidade. • Pontes: As primeiras que foram construídas pelos moradores eram de madeiras e, ao passar dos anos, foram substituídas pelas de chapa de metal. Atualmente a comunidade conta com 3 (três) pontes (<i>a do Shopping, a do Mercadinho de Assis e a do Posto</i>) que conecta o São José ao bairro de Manaíra. • Comércio particular: Não existe na comunidade uma área reservada ao comércio local, sendo assim observa-se a existência de iniciativas particulares na busca de manter uma renda auxiliar. Com exceção dos 3 (três) mercados de médio porte, o restante do comércio é distribuído, e grande parte no setor II, entre vendas de alimentos, vestuários, utensílios para casa e serviços dos mais variados.
Setor III	• Praça: Foi construída após a remoção das famílias para o residencial <i>Novo São José</i> que fica na outra margem do rio Jaguaribe do lado do bairro de Manaíra. Ela tem uma estrutura simples, com poucos equipamentos para uso dos moradores, atendendo a uma pequena parte deles, chamando a atenção apenas, pelo fato de estar situada logo no início da rua principal da comunidade (rua <i>Edmundo Filho</i>) próximo à avenida <i>Ruy Carneiro</i>.

Fonte: CASSIO SILVA. *Organização Espacial do Bairro São José* (2021). Ano: 2021. Informações contidas no caderno de campo produzindo durante a pesquisa. Acessado em: 04 de set. 2021.

Anexo 2 – Quadro com uma síntese das anotações do Livro de Caixa da Associação de Moradores entre os anos de 1981 e 1989.

		DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Associação União da Beira Rio - AUBR	1981	✓ A primeira prestação de contas da associação foi feita em julho de 1981. ✓ Deu início aos tramites de compra do local onde futuramente seria a sede da Associação, um acordo que resultou no pagamento de CR\$ 25.000,00 cruzeiros que foi dividido em 3(três) parcelas. ✓ Outros gastos foram observados, como compra de lampião e material de expediente para a realização das reuniões que aconteciam como os moradores em outros trechos da comunidade e despesas com reforma e inauguração da sede.	A priori todo o recurso financeiro dos primeiros meses de atuação da AUBR foi arrecadado através de Bingos, Balaies, Rifas, realização de Serestas, contribuições dos(as) moradores que iam se associando e de por meio de doações de terceiros.
	1982	✓ A Capela São José passou a contribuir financeiramente com a Associação. ✓ Despesas com atendimentos médicos bem como com sepultamentos de moradores(as). ✓ Pagamento de uma ajuda de custo no valor de CR\$ 4.000.00 para uma professora da escola criada pela Associação.	A partir desse ano com as demandas dos(as) moradores(as) sendo postas em pautas observa-se um movimento no sentido de buscar mais recursos financeiros para manter as ações propostas pela direção da Associação em conjunto com o grupo de mulheres da comunidade, como também apoio aos grupos e associações, conhecidas como <i>associações amiga</i> , visando dentre outras questões fortalecer o movimento comunitário.

		✓ No mês de agosto de 1982 os(as) associados(as) doaram uma quantia de CR\$ 5.000,00 para os “<i>companheiros do Gurugi</i>”. ✓ Gastos com a festa de posse da nova diretoria em dezembro de 1982.	
	1983	✓ Gastos como a obra de ampliação da Sede da Associação. ✓ Em outubro destinou-se o valor de CR\$ 650.000,00 cruzeiros para a compra do terreno onde seria construída a creche comunitária Criança Feliz. ✓ Despesas como o time de futebol Santa Cruz que era coordenado pelo Departamento Esportivo da Associação. ✓ Despesas com o Departamento de Cultura e Artes da Associação – DECAA.	Ano em que aconteceu a parceria com a FUNSAT. Os gastos com o time de futebol iam desde a compra de itens de manutenção como bola, padrão, calçados etc., até doações que eram feitas as comunidades que tinham também times de futebol quando aconteciam amistosos. Sobre o grupo de teatro tem a questão com gastos em relação a figurinos como também existia uma espécie de investimento, como exemplo, financiar a ida dos jovens para assistirem produções culturais de outras comunidades bem como trazer para dentro da beira rio artistas com intuito de potencializar esse campo de atuação por parte da associação.
	1984	✓ Despesas com o funcionamento Creche Comunitária Criança Feliz. ✓ Gastos com a Eleição da nova direção da Associação.	Foi a partir desse ano que os integrantes da direção buscam por apoio da Liga Brasileira Assistência – LBA para poder manter o projeto da Creche Comunitária, no sentido de conseguir manter as despesas com alimentação, saúde e pagamento de eventuais ajudas de custos as voluntarias do projeto.
	1985	✓ A associação passou a receber mensalmente contribuições das mulheres, mães das crianças atendidas pela Creche	Não se tem precisas sobre os detalhes desse acordo, porém observa-se que ao passo que seus filhos e filhas passavam a ser criados na Creche as mães puderam vender suas forças de trabalho e como consequência

		Comunitária, para que fosse possível a continuação desse serviço.	conseguiram, das mais variadas formas, contribuir para o funcionamento do serviço.
Associação Comunitária da Beira Rio - ACBR	1986	✓ É registrado contribuições feitas ao Centro de Documentação Popular – CEDOP.	O CEDOP registrou alguns movimentos em todo o Estado da Paraíba e segundo relatado por Paulo Marcelo essa contribuição feita era no sentido de fortalecer a prática de registro em áudio visual feita pela equipe do Centro que inclusive chegou a gravar alguns acontecimentos, como mobilização no interior da comunidade.
Associação Comunitária do Bairro São José - ACBSJ	1987	✓ A fundação Interamericana faz a primeira doação a Associação	Essa parceria durou por mais alguns anos e quando a diretoria da Associação muda observasse que não continua o trabalho de capitalização de recursos e parceiros de países do exterior levando ao fim das ações que eram mantidas com esses recursos.
	1988	✓ Gastos com mais uma reforma no prédio da sede da Associação.	
	1989	✓ Não existem registros.	Pode ter um motivo específico, porém não deve ser nada relacionado a uma perda brusca de receita. Podemos induzir, pela escassa documentação exigente na própria Associação que nesse ano começa dar uma guinada na sua atuação num outro sentido, que foi dar suporte, cedendo o espaço, fazendo levantamento entre os(as) moradores(as), as gestões locais nas realizações dos seus projetos de cunho assistencialista.

Fonte: AUTORIA DESCONHECIDA. *Anotações do Livro Caixa da Associação de Moradores entre os anos de 1981 e 1989*. Ano 1981-1989. Arquivo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José – AUMBSJ. Acessado em 05 de jan. 2019

Anexo 3 - Registro da fachada do prédio onde funciona a Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ).



Fonte: CÁSSIO SILVA. *Fachada do prédio onde funciona a Associação Unificada dos Moradores do Bairro São José (AUMBSJ).* Bairro São José, João Pessoa-PB. 18 nov. 2018.

Anexo 4 - Carta de Anuência da AUMBSJ.



ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ
A FORÇA DA COMUNIDADE ESTÁ NA UNIÃO
CNPJ: 02995104/0001-09

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) **Cássio Geovani da Silva**, aluno regularmente matriculado no **Programa de Pós Graduação em História - PPGH** do **Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - CCHLA** da **Universidade Federal da Paraíba - UFPB** a desenvolver o seu projeto de pesquisa "**A NOSSA FORÇA É A UNIÃO : DO PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO À ESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA - PB. (1981-1989)**", que está sob a coordenação/orientação do **Prof. Drº. Ângelo Emílio da Silva Pessoa**, cujo objetivo é responder ao seguinte questionamento: De que forma as ações empreendidas por parte dos membros da Associação União da Beira Rio (AUBR), com o apoio de agentes interno, não associados, e externos a comunidade impacta(ram) na organização do atual Bairro São José.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade.

João pessoa, 27 outubro de 2021.

PAULO BATISTA ALVES
Presidente da A.U.M.B.S.J.

Anexo 5 - Parecer do Comitê de Ética da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DA EMENDA**

Título da Pesquisa: "A NOSSA FORÇA É A UNIÃO": DO PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO À ESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA - PB. (1981-1989)

Pesquisador: CASSIO GEOVANI DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 23077219.2.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.117.526

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho objetiva analisar as ações da Associação União da Beira Rio e como elas exerceram influência no ato de organização das forças internas para reivindicarem suas garantias de direitos o que consequentemente resultou no reconhecimento e regulamentação do título de Bairro por parte da Prefeitura Municipal da cidade João Pessoa. Para a efetivação desse objetivo, utilizaremos a metodologia da história oral defendida por Paul Thompson (1992) que considera sua contribuição muito importante, pois é um recurso que reconhece as contribuições culturais, sociais, artísticas e políticas de grupos sociais geralmente excluídos e que, quando ouvidos, deixam registrado o que havia sido ignorado pela historiografia tida como oficial. A abordagem da pesquisa será qualitativa, utilizando-se a História Oral e imagens fotográficas recuperadas do acervo da Associação Unificada dos Moradores do Bairro. Os dados desta pesquisa serão providos mediante a observação participativa, entrevistas semi-estruturadas e pelo diário de campo que se apresenta como um instrumento de registro das temporalidades cotidianas vivenciadas na pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as ações da Associação União da Beira Rio e como elas exerceram influência no ato de

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.117.526

organização das forças internas para reivindicarem suas garantias de direitos o que consequentemente resultou no reconhecimento e regulamentação do título de Bairro por parte da Prefeitura Municipal da cidade João Pessoa.

Objetivo Secundário:

•Realizar um levantamento documental e bibliográfico sobre a história do bairro São José, antiga comunidade Beira Rio;•Buscar compreender as contribuições das memórias dos(as) moradores(as) as para a construção da história da região;•Investigar as formas de organização do movimento de luta pela moradia que se estabeleceram no interior da comunidade;•Apresentar os fatos que corroboraram a narrativa de que o movimento organizado iniciado no ano de 1980 foi responsável pela estruturação do bairro São José;•Mostrar o protagonismo dos(as) moradores(as) ligado ao poder e a capacidade de se construírem como sujeitos das suas próprias histórias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos danosos aos sujeitos da pesquisa são possíveis constrangimentos.

Benefícios:

Os benefícios apresentam-se como contribuição para o tema referente ao desenvolvimento da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa atende aos requisitos necessários para o seu desenvolvimento do estudo com base nos princípios éticos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluimos pela aprovação. Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_184791_1_E1.pdf	05/11/2021 14:30:53		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO_DETALHADO.docx	05/11/2021 14:22:56	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.117.526

Investigador	PROJETO_DETALHADO.docx	05/11/2021 14:22:56	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.docx	05/11/2021 14:22:42	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_MODIFICADO.docx	05/11/2021 14:22:29	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	05/11/2021 14:21:25	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	30/10/2019 12:20:54	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
Outros	DECLARACAO_PPGH.pdf	04/10/2019 11:34:46	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	04/10/2019 11:34:27	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	04/10/2019 11:26:39	CASSIO GEOVANI DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 22 de Novembro de 2021

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Anexo 6 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **A NOSSA FORÇA É A UNIÃO”: DO PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA BEIRA RIO À ESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA – PB. (1981-1989)**, desenvolvida por **CÁSSIO GEOVANI DA SILVA**, aluno regularmente matriculado no **PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH** do Centro de **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES - CCHLA** da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sob a orientação do professor **ÂNGELO EMÍLIO DA SILVA PESSOA**.

Nossa pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: De que forma as ações empreendidas por parte dos membros da Associação *União da Beira Rio* (AUBR), com o apoio de agentes interno, não associados, e externos a comunidade impacta(ram) na organização do atual Bairro São José.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de um tema lacunar na História da cidade de João Pessoa - PB, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico durante a realização da entrevista, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a comunidade acadêmica, população estudada e os demais interessados(as).

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2021.

Cássio Geovani da Silva
Pesquisador responsável

Participante da Pesquisa

OBSERVAÇÃO: No caso do pesquisado ser analfabeto, deverá ser colocado o quadrículo para colocação da impressão datiloscópica, assim como deverá ser inserido o espaço para colocação da assinatura de uma testemunha.

Cássio Geovani da Silva
Pesquisador responsável

Testemunha

